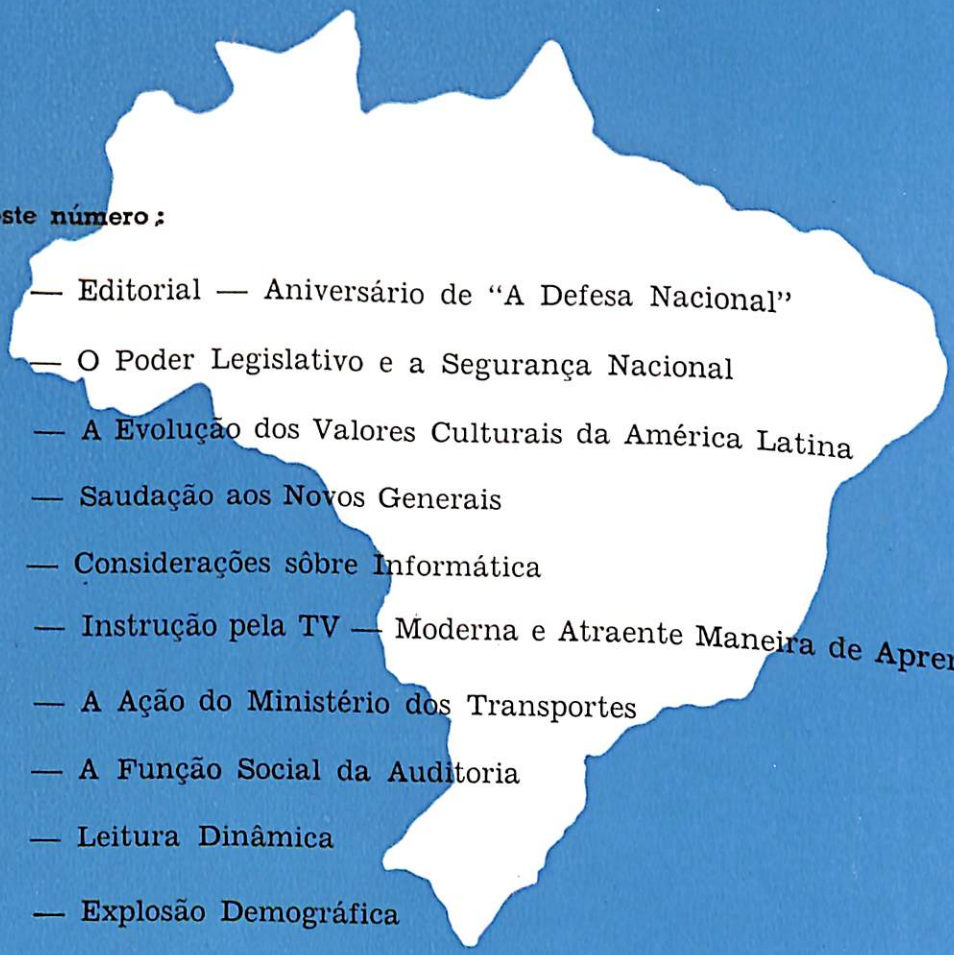
A Defesa Nacional

N.º 627

Set/Out 1969



Neste número:

— Editorial — Aniversário de "A Defesa Nacional"

— O Poder Legislativo e a Segurança Nacional

— A Evolução dos Valores Culturais da América Latina

— Saudação aos Novos Generais

— Considerações sôbre Informática

— Instrução pela TV — Moderna e Atraente Maneira de Aprender

— A Ação do Ministério dos Transportes

— A Função Social da Auditoria

— Leitura Dinâmica

— Explosão Demográfica

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDOS BRASILEIROS

Rio de Janeiro — Brasil.

COOPERATIVA MILITAR EDITÔRA E DE CULTURA INTELECTUAL "A DEFESA NACIONAL"

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Eleito para o exercício de 1967/70)

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente — Gen Div Humberto de Souza Mello
Diretor-Administrativo — Gen Div R/1 João Gahyva
Diretor-Secretário — Cel Cav Geraldo Knaack de Souza
Diretor-Tesoureiro — Ten-Cel (Ref) João Capistrano Martins Ribeiro

CONSELHEIROS

Gen Div R/1 — Adailton Sampaio Pirassinunga
Cel Art — Nilton Freixinho

CONSELHO FISCAL

Cel Eng — Délio Barbosa Leite
Cel Art — Sérgio de Ary Pires
Cel Inf — Oswaldo Ignácio Domingues

CORPO REDATORIAL

Redator-Chefe: Cel Cav Geraldo Knaack de Souza
Redatores: Ten-Cel Inf Heitor Cunha Teles de Mendonça
Ten-Cel Cav Cezar Marques da Rocha
Ten-Cel Eng Darino Castro Rebelo
Ten-Cel Inf Brasil Ramos Caiado Filho
Ten-Cel Prof Pedro Paulo Wandeck de Leoni Ramos

"A GUERRA REVOLUCIONÁRIA leva o perigo comunista ao umbral de cada casa, e a última frente se situa no espírito de cada cidadão."

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

ANO 55.º	Rio de Janeiro, GB — Set/Out 1969	Número 627

SUMÁRIO

EDITORIAL — ANIVERSÁRIO DE "A DEFESA NACIONAL" — Gen Ex Aurélio de Lyra Tavares 3
HOMENAGEM A JOÃO BAPTISTA DE MATOS — Mar Tristão de Alencar Araripe 9
O PODER LEGISLATIVO E A SEGURANÇA NACIONAL — Prof. Pedro Aleixo (Vice-Presidente da República) 13
CONSIDERAÇÕES SÔBRE A OPORTUNIDADE DA OPÇÃO SATÉLITE PARA TV EDUCATIVA NO BRASIL — Gen Bda R/1 Taunay Coelho dos Reis 25
A EVOLUÇÃO DOS VALÔRES CULTURAIS LATINO-AMERICANOS — Discurso de Galo Plaza — Secretário-Geral da OEA na Universidade de Louisville — Kentucky — EUA 37
O "ABRANDAMENTO" VISTO POR MOSCOU — F. O. Mikshe — Trad. de Maj P. Marcos da "Revue de Defense Nationale" — março/1969 43
A INFLAÇÃO EM GERAL E NO BRASIL — Ten Cel Eng Darino Castro Rebelo 55
CONSIDERAÇÕES SÔBRE INFORMÁTICA — Cel Cav Geraldo Knaack de Souza 67
SAUDAÇÃO AOS NOVOS GENERAIS — Gen Ex Antônio Carlos da Silva Muricy 71
RECORDAÇÃO DE UM JURAMENTO À BANDEIRA — Ismael Coelho de Souza 75
INSTRUÇÃO PELA TV — MODERNA E ATRAENTE MANEIRA DE APRENDER — 1.º Ten Cav José Antonio Moreira Xexéo — 1.º Ten Cav Luiz Ernesto Krau e Silva — 1.º Ten Cav Candido Fonseca da Silva — Instrutores da AMAN 81
A SELEÇÃO PSICOLÓGICA PARA O FUTURO OFICIAL DE ESTADO-MAIOR — Maj Eng Ivany Henrique da Silva 97
TESTE SEUS CONHECIMENTOS SÔBRE "INFORMAÇÕES" — Maj Cav Tancredo Bruno Porto — Instrutor da ESAO 109
TIRADENTES E A UNIDADE NACIONAL — Equipe do Curso de Eng do CPOR/5.ª RM — Curitiba 113
A FUNÇÃO SOCIAL DA AUDITORIA — CC (IM) João Mettello de Mattos 117
AÇÃO DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES 123
LEITURA DINÂMICA (Conclusão) 143
PROBLEMAS DA PROTEÍNA BOVINA — Cel Vet QEMA Estevão Alves Corrêa Filho 159
MINISTROS MILITARES À NAÇÃO — AI-12 165
PARA SEU GOVÊRNO — Consórcios 169
De "Scripta" — SENTINEL, O SISTEMA DENUNCIADO 171
De "O Globo" — EXPLOSÃO DEMOGRÁFICA — Robert McNamara 175
De "Scripta" — ENERGIA ELÉTRICA 179
De "Guanabara Industrial" — ÊSSES HOMENS MARAVILHOSOS E SUAS MÁQUINAS PENSADORAS 183
SOLUÇÃO DO "TESTE SEUS CONHECIMENTOS SÔBRE INFORMAÇÕES" 187
ASSINANTES EM DIA COM A REVISTA 189
DA CARTA MENSAL DA ALIANÇA PARA O PROGRESSO 191

EXPEDIENTE

As idéias e opiniões dos artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores.

A publicação dos mesmos não significa nenhuma solidariedade por parte da Revista.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais publicados em nossas páginas, desde que citada a fonte.

Aceita-se intercâmbio

PREÇOS

Assinatura anual:

Brasil ..... NCr$ 5,00

(As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal, correndo as despesas de remessa por conta do assinante).

Exterior ..... NCr$ 20,00

(Registro e via aérea comportam acréscimos).

Número avulso:

Mês ..... NCr$ 1,00
Atrasado ..... NCr$ 2,00

ENDEREÇO

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

(Ala Marcílio Dias)

Caixa Postal 17 (Do MEx) — ZC 55 — Tel. 243-0563

RIO DE JANEIRO, GB

BRASIL



ANIVERSÁRIO DE «A DEFESA NACIONAL»

O qüinquagésimo quinto aniversário de A DEFESA NACIONAL é acontecimento que o Exército deve assinalar e enaltecer com grande júbilo e ênfase especial.

Porque não se trata, apenas, de comemorar a criação de uma revista destinada a divulgar estudos e notícias de interêsse da cultura profissional e geral, o que já constituiria fato auspicioso, pelo papel proeminente que representam os meios de divulgação no intercâmbio e na atualização dos conhecimentos, processo essencial de aprimoramento e da constante renovação da mentalidade de uma organização militar, através de adaptações sucessivas da sua mentalidade, das suas preocupações e dos seus empreedimentos no quadro conjuntural, atendendo ao progresso dos outros Exércitos.

A DEFESA NACIONAL representou, ainda mais do que isso, desde o seu lançamento, um movimento renovàdor, fruto da mobilização dos esforços e, até, dos recursos modestos de que pôde dispor um abnegado e brilhante grupo de oficiais, para o fim de despertar e estimular o interêsse profissional da oficialidade, abrindo-lhe novas perspectivas com a divulgação e a apreciação das realizações e dos estudos trazidos dos Exércitos mais avançados.

O fato mais significativo e de maior relevância, a ser destacado quando A DEFESA NACIONAL completa o seu 55.º aniversário, são a perseverança e a continuidade com que tem a nossa Revista desempenhado êsse grande papel, mantendo-se fiel aos propósitos que a inspiraram.

Pelo testemunho que muito me apraz prestar, agora, como membro, desde o início, do seu grupo mantenedor, é que tenho hoje o dever de proclamar, como Chefe do Exército, a admiração e o estímulo que merece A DEFESA NACIONAL, da parte de todos os militares, por constituir uma obra realizada, com sacrifício, idealismo e entusiasmo, por sucessivos grupos de ilustres e abnegados oficiais, para o fim de engrandecer o Exército, servindo à cultura dos seus quadros.

Orgulho-me, por isso mesmo, de ter sido colaborador desta Revista, desde jovem tenente de Engenharia, e de ainda hoje, como Chefe do Exército, encontrar tempo para nela escrever, com o grande interêsse e o entusiasmo de sempre.

Muitos camaradas talvez ignorem que continuo a ler A DEFESA NACIONAL, com a mesma assiduidade e a mesma atenção, inclusive porque, através das suas páginas, não apenas continuo a aprender e manter-me atualizado, como pelo dever que tenho de acompanhar o pensamento e ouvir as sugestões dos jovens camaradas, tão interessados, quanto eu, pelos problemas e pelo engrandecimento do Exército.

Não vem ao caso destacar os numerosos trabalhos mais recentes de A DEFESA NACIONAL, por mim anotados e guardados, como elementos para meus estudos, como Ministro, mas a verdade é que muitos dêles me têm servido muito, como fontes de inspiração e, até mesmo, de orientação pessoal.

Além de tudo, é com grande orgulho que eu vejo refletir-se e difundir-se, nos conceitos de grande número de artigos, a cultura do Oficial e, também, a do Sargento, do Exército.

Veículo de intercâmbio e de estímulo intelectual, ligando e fortalecendo o espírito profissional da nossa Instituição, nossa Revista representa, sem qualquer dúvida, um papel relevante e imprescindível na vida profissional e na cultura do Exército.

Tal tem sido, sem dúvida, como há de ser sempre, a compreensão de todos nós, que a lemos, habitualmente, pela natural preocupação de estarmos em dia com os assuntos de interêsse militar, entre êles incluídos os grandes problemas nacionais e a visão geral do que se passa no mundo.

A prova da receptividade e do interêsse com que é acolhido cada nôvo número de A DEFESA NACIONAL nós a temos, principalmente agora, quando vemos crescer, substancialmente, o número de assinantes, aprimorar-se o padrão e ampliarem-se as áreas das matérias versadas, ao mesmo tempo em que se consolidam e se fortalecem as condições materiais da nossa grande Revista.

Neste quadro auspicioso de ressurgimento é que ela comemora o seu 55.º aniversário, o que nos leva a apresentar ao ilustre camarada General Humberto de Souza Mello e a todos os seus colaboradores, as nossas mais efusivas felicitações, não apenas pelo transcurso da efeméride, tão grata para todo o Exército, como pela obra que vem realizando a atual direção de A DEFESA NACIONAL.

Os meus votos, como os de todos nós, seus assinantes, são, por isso mesmo, para que ela não esmoreça, mas se afirme, cada vez mais, no transcurso dos futuros aniversários.

Gen Ex A. de Lyra Tavares



Marechal JOÃO BAPTISTA DE MATTOS

Homenagem

JOÃO BAPTISTA DE MATTOS

Por T. DE ALENCAR ARARIPE
Ministro aposentado e ex-Presidente do STM
Presidente de honra do IGHMB — 1969

Foi-se o João Baptista de Mattos. Foi-se é maneira de dizer, pois que a memória de sua vida profissional e de pessoa humana permanece e permanecerá por muito tempo. Ela nos falará, por si mesma, dos seus atos relevantes e de suas virtudes. Desnecessário falar dela, pois, agora morto, parece que êle é que nos falará, como ensinamento, exemplo-lição.

Conheci o João Baptista na década de 20. Eu já velho tenente instrutor de infantaria, êle recém-egresso da Escola Militar do Realengo. Seus colegas, com que me relacionei, só falavam bem do companheiro de arma. Havia vencido a célebre barreira da Missão Indígena do Realengo, com uma colocação satisfatória na arma de infantaria, na turma em que participavam figuras brilhantes de Alcino Nunes Pereira, Segadas Viana, Jair Ribeiro, Durval Coelho, Humberto Castello Branco, Tamoio da Silva, Lage Sayão, Costa e Silva e tantas outras partículas de sangue nôvo, que o Exército daquela época recebeu, ao mesmo tempo que recebia a memorável orientação da Missão Militar Francesa. Fêz o Curso de Aperfeiçoamento, como tenente ardoroso. Em uma turma de inteligências brilhantes, foi dos poucos indicados pela Missão Francesa para a matrícula na Escola de Estado-Maior do Exército. Não lhe valeram só as notas escolares, já que naquela data os instrutores franceses se guiavam pelos indícios que viam nos oficiais-alunos dos requisitos essenciais de personalidade para essa importante função: conhecimentos, inteligência, capacidade de reflexão e de decisão, raciocínio e firmeza de opinião, etc.

Fizemos parte da mesma turma, de 23 oficiais-alunos, de 1927 a 1929, majores a tenentes. Nessa convivência de três anos de intimidade, fiz-me seu amigo íntimo e presumo que o fiquei conhecendo bem, como profissional e na vida privada.

Era um estudante de primeira plana. Organizado, honesto e independente. Era amigo de todos. Cooperava com todos. Ajudava mesmo os seus companheiros. Mas seu trabalho era independente e pes-

soal. A turma, apesar das diferenças de idade e de formação, era coesa e amiga. Turma Caxias de 1927 a 1929, onde brilhavam, modéstia à parte, Luiz Procópio, Dermeval, Nicanor de Souza, Gustavo Cordeiro de Farias, Alexandre Chaves, Toscano de Brito, José Teófilo de Arruda, Joaquim Alves Bastos, Miguel Lage Sayão, Alencar Araripe, Costa Braga, João Baptista Rangel, Alcebiades Tamoio da Silva, Samuel Pires, Aristóteles de Lima Câmara, Nilo Sucupira, Sady Folch, Agenor de Andrade, Adalberto de Barros, Alexandrino Motta, J. Baptista de Mattos, João Segadas Viana, Magessi Pereira — todos fizeram nomes na evolução, por que passou o Exército, nas décadas dos 20 aos 60.

Mattos, terminado o curso, foi meu único companheiro no estágio em corpo de tropa, 1.º Grupo de Artilharia, em Campinho. Juntos nos enfronhamos dos problemas de instrução e de emprêgo daquele tipo de artilharia. Impressionaram o interêsse e a habilidade com que nos impusemos no ambiente de unidade de outra arma, onde fizemos amizades como o Cel José Júlio, Major Pantaleão Pessoa, Capitão Aureliano de Farias e o então inspetor do grupo de Regiões, o General João de Deus Mena Barreto, que acompanhava por vêzes o trabalho dos dois infantes.

Fomos, Mattos e eu, companheiros como instrutores da Escola de Estado-Maior. Escrevíamos trabalhos para as aulas e para A DEFESA NACIONAL. Afinávamos pelas mesmas idéias de aperfeiçoamento dos conhecimentos e de estrutura. Dizia eu, com sinceridade, ser o Mattos o meu grande-eleitor, como eu seu grande admirador. Fomos colaboradores nos problemas de instrução, nacionais e de História Militar. Foi um grande obreiro no IGHMB, de que foi Presidente até a morte. Fizemos relações de família e de intimidade. Conhecia os seus problemas como êle os meus, de probreza e de muitos filhos a educar.

Culto, estudioso. Freqüentou cursos de Direito e de História. Modesto, discreto e sereno, não aparentava sapiência. Admirava eu a dignidade de sua vida e de seu lar. Freqüentava êste, como êle o meu.

Não era alcançado nem pelo complexo de inferioridade, nem pelo orgulho de vitorioso. Serviu em grandes comissões e a chefes destacados. Com independência e sem bajular. Prestigiado nos altos postos da carreira, não desdenhava suas origens humildes. Vi, muitas vêzes, o carinho com que pùblicamente tratava sua velha progenitora e seu padrasto, modesto servidor da Central do Brasil. Não dava lugar aos outros invocarem essas origens, porque não as ocultava. Era bondoso por índole e temperamento, sem deixar de ser enérgico e justo. Incapaz de fazer o mal a quem quer que fôsse.

Certa vez, ouviu de uma coleguinha da escola pública a queixa "não sei por que êsse moleque tem o direito de classificar-se à nossa frente!". Ouviu, guardou e sorria. O "moleque" chegou, quarenta anos depois, a general conceituado, colega do seu marido, também de origem modesta e digna.

Fêz muitas amizades. Não se deixou influenciar pelo partidarismo político. Comprova-o o seu entêrro — foi uma consagração por parte dos poderosos e dos mais humildes. No fim da vida, foi provedor da Irmandade de N. S.ª do Rosário e de São Benedito.

Eis a figura imensamente humana cuja memória e imagem espiritual persistirá entre nós.

Educou sua família pelo mesmo padrão.

Registro aqui o seguinte: Trouxe seu segundo filho, preparado em Aracaju, para fazer o exame de admissão à Escola de Engenharia de Minas de Ouro Prêto. A sociedade fechada e orgulhosa de Minas, naquela época, recebeu de má cara aquêle menino de côr que enfrentava a rigorosa seleção que era usada. Comandava eu em Belo Horizonte e exultei quando me chegou a notícia de que o rapaz alcançara as melhores colocações nos exames de admissão e que a tradicional Escola implorava ao Tenente-Coronel a honra de ser o intérprete das famílias dos candidatos, na alegria pela vitória de seus rebentos.

Frutos de uma vida exemplar, aí está a Família que se honra na sua memória, nos filhos e nas Professôras, suas dignissimas filhas!

MANDAMENTOS CÍVICOS

(Do "Breviário Cívico", de Coelho Netto)

1 — Honra a Deus amando a Pátria sôbre tôdas as coisas por no-la haver Êle dado por berço, com tudo o que nela existe de esplendor no céu e de beleza e fortuna na terra.

2 — Considera a bandeira como a imagem viva da Pátria, prestando-lhe o culto do teu amor e servindo-a com tôdas as fôrças do teu coração.

3 — Honra a Pátria no Passado: sôbre os túmulos dos heróis; glorifica-a no Presente: com a virtude e o trabalho; impulsiona-a para o Futuro: com dedicação, que é a Fôrça da Fé.

4 — Instrui-te, para que possas andar por teu passo na vida e transmite aos teus filhos a instrução, que é dote que se gasta, direito que não se perde, liberdade que se não limita.

5 — Pugna pelos direitos que te confere a Lei, respeitando-a em todos os seus princípios, porque da obediência que se lhe presta resulta a ordem, que é a Fôrça suave que mantém os homens em harmonia.

6 — Ouve e obedece aos teus superiores, porque sem disciplina não pode haver equilíbrio. Quando sentires o tentador refugia-te no trabalho, como quem se defende do demônio na fortaleza do altar.

7 — Privine-te na mocidade economizando para a velhice, que assim prepararás de dia a lâmpada que te há de alumiar à noite.

8 — Acolhe o hóspede com agasalho, oferecendo-lhe a terra, a água e o fogo, sempre, porém, como senhor da casa; nem com arrogância que afronte, nem com submissão que te humilhe, mas serenamente sobranceiro.

9 — Ouve os teus, que têm interêsse no que lhes é próprio, reservando-te com os de fora. Quem sussurra segredos é porque não pode falar alto, e as palavras cochichadas na treva são sempre rebuços de idéias que se não ousam manifestar ao sol.

10 — Ama a terra em que nasceste e à qual reverterás na morte. O que por ela fizeres por ti mesmo farás, que és terra, e a tua memória viverá na gratidão dos que te sucederem.

Êstes dez mandamentos encerram-se em dois: Amar a Pátria sôbre tôdas as coisas e aos que conosco trabalham para engrandecê-la.

O PODER LEGISLATIVO E A SEGURANÇA NACIONAL

Prof. PEDRO ALEIXO

Cada uma das palavras que compõem o tema a mim proposto reclama uma explicação liminar para que o assunto seja devidamente versado. É necessário que nos detenhamos até na apreciação de questões de semântica, se quisermos oferecer para o problema que as relações entre o Poder Legislativo e a Segurança Nacional suscitam conveniente solução.

Comecemos indagando qual o sentido que deve ser emprestado à palavra *poder* nos textos que serão sujeitos à análise que vamos praticar.

Está no § 1.º do art. 1.º da Constituição vigente: "Todo poder emana do povo e em seu nome é exercido".

De outra parte é conhecida esta definição do poder nacional: "expressão integrada dos meios de tôda ordem (políticos, econômicos, psicossociais e militares) de que dispõe, efetivamente, a Nação, numa época considerada, para promoção pelo Estado, no âmbito interno e na esfera internacional, da conquista e manutenção de objetivos nacionais, a despeito dos antagonismos existentes".

São formas ou expressões do poder nacional o Poder Político, o Poder Econômico, o Poder Psicossocial e o Poder Militar.

Teremos que buscar na ciência política informações que nos habilitem a apreciar os diversos aspectos que o poder reflete.

Trata-se de fenômeno biológico, que ocorre nas coletividades de animais, surgindo entre os membros desta o indivíduo que comanda, que dirige, e ao qual os demais instintivamente prestam obediência.

Também por meio da coação se afirma a autoridade, seja a coação física, seja a coação econômica, ou qualquer outra capaz de impor a submissão dos componentes da sociedade a algum dêles.

Entre as modalidades de coação há que ser assinalada a psicológica, criada pela adoção de métodos de convívio, graças aos quais a chefia é aceita e mantida tal qual se verifica em alguns partidos políticos ou em certas congregações religiosas.

Na evolução das sociedades políticas, governantes têm conseguido impor sua chefia fundados no instituto da legitimidade. Reconhecido pelos governados que o governante exerce o govêrno porque tem o direito de exercê-lo, o poder não se ostenta em virtude do simples apoio na fôrça e sim porque é acatado, é respeitado com base em um consenso que não põe em dúvida a autoridade da chefia.

Os reis que governaram durante largo período da vida de povos europeus provinham de famílias que eram consideradas com o direito de exercer o poder supremo até mesmo por influência divina.

Prevalecia a asserção de São Paulo: "Non est potestos nisi a Deo". Mais expressivamente ainda se afirma: "Omnis potestas a Deo".

Franqueada a controvérsia sôbre a autenticidade da asserção, cresceu a contestação acêrca do direito de governar, fundado na vontade divina. A ordem de comando, a lei, não devia continuar sendo a simples manifestação do desejo do príncipe — "Quod principi placuit legis habet racionem". E o príncipe, diante de súditos humildes e conformados, exclamava: — "Sic volo, sic jubeo". Assim quero, assim mando.

Entre as especulações que nos julgamos autorizados a fazer, destaca-se a hipótese de ser a proclamação de que todo poder emana do povo uma réplica à suposta legitimidade do poder que se apresentava como originário da vontade de Deus por intermédio do príncipe.

Está escrito: Todo poder emana do povo. Mas esta peremptória asserção, pôsto que haja logrado, desde quando lançada, admirável êxito, deve êste ao fato de ter sido acolhida sem detida análise de sua substância e está longe de corresponder à realidade.

Antes de tudo se torna preciso fixar o que se deve considerar povo. Não nos contentamos em admitir que seja a soma de todos os indivíduos que compõem a sociedade política. Da multidão assim formada, será impossível extrair a manifestação de uma vontade. Ter-se-á que estabelecer uma série de categorias entre as quais se distingue a das elites habitualmente dominantes, a de pessoas que têm consciência de seus interêsses e forcejam pelo predomínio ou ao menos pelo reconhecimento dos mesmos e a dos que não têm sequer capacidade de revelar seus desejos ou de definir suas aspirações.

Em face de impossibilidades insuperáveis, costuma-se considerar como povo o grupo social que emergiu de uma massa inconsistente e que sabe exprimir suas reivindicações e pretende participar da organização do poder para conseguir a realização de objetivos que, realizados, trazem como conseqüência a concretização do que interessa ao bem geral.

Mas é inconcebível que o povo, ainda mesmo feita exclusão de indivíduos reconhecidamente incapazes, exerça diretamente o poder.

Nem mesmo nas sociedades antigas, como nas famosas cidades a si mesmo. Também contemporâneamente os processos recomendados para a prática direta de atos democráticos, não têm o alcance de extrair do povo uma deliberação de caráter executivo.

Em alguns semicantões suíços ainda se reserva para o corpo de cidadãos a atribuição de legislar, mas a administração é confiada a um conselho.

O *referendum*, o plebiscito, a iniciativa popular de propor a elaboração de certas leis não ocupam tôda a área do exercício do poder, para que sejamos levados a concluir que a simples adoção daqueles institutos numa Constituição confira ao

povo por tal Constituição regido atribuição de governar-se a si mesmo.

Certamente porque a proclamação de que todo poder emana do povo seria manifestamente contrariada pelos demais dispositivos que estruturam, numa Constituição, as atividades do Estado, junta-se a esta cabal afirmação uma cláusula que retira da mesma o seu significado essencial, pois se declara que o poder é exercido em nome do povo. Temos aí, constitucionalmente adotado, o sistema representativo, isto é, fica nitidamente reconhecido, que o povo — qualquer que seja a sua composição — é mera fonte, de que simbòlicamente nasce o poder, mas, em verdade, quem exerce o poder é uma outra entidade que tem sòmente o título de representante do povo.

Foi neste século, depois de terminada a Primeira Guerra Mundial, que passou a figurar, em geral, nas Constituições de então por diante elaboradas, a solene declaração de que o poder emana do povo e em seu nome é exercido.

Tínhamos no discurso de Getsburgo, a famosa conceituação de govêrno republicano: govêrno do povo, para o povo e pelo povo. Assim, seria para crer que a fórmula adotada de vir o poder do povo caracterizasse tão precisamente um regime, que só por ela se viesse a reconhecer nesse regime uma estruturação democrática.

Entretanto, a mesma afirmação de estar no povo a origem do poder vai ser encontrada nos chamados regimes autoritários, nas democracias ousadamente rotuladas de populares, nos países ditatorialmente governados pelas direções dos partidos únicos. Para ilustração do que estamos dizendo, limitamo-nos a citar o exemplo que aconteceu no Brasil.

Nas Constituições de 1934, de 1946 e de 1967, vem consignado o princípio de que o poder emana do povo e em seu nome será exercido. Mas também na Carta Constitucional de 1937, decretada, por via de golpe de Estado, por um ditador, vinha inscrito: "O Poder Político emana do povo e é exercido em nome dêle e no interêsse do seu bem-estar, da sua honra, da sua independência e da sua prosperidade."

Ademais, temos como certo que entre o povo e o govêrno as relações de natureza pròpriamente política se hão de fazer por intermédio de partidos cuja presença é essencial para o melhor funcionamento do poder.

Nos regimes ditatoriais contemporâneos um só partido é oficialmente instituído e de tal modo com êsse partido se identifica o govêrno, que os órgãos da direção partidária têm a atribuição privativa para indicação dos candidatos que vão compor aquêle govêrno, pelo que não se permite ao povo, se chamado e quando chamado a praticar um ato eleitoral, senão chancelar a lista dos indicados pelo órgão partidário oficial.

Para marcar os lindes que extremam o regime ditatorial do regime representativo e democrático, inscreve-se como princípio constitucional a pluralidade de partidos. Apesar disso, embora em lugar de um só, como nos regimes ditatoriais, sejam exigidos dois ou mais partidos, o legislador concede a essas organizações partidárias o privilégio da indicação dos candidatos,

pelo que não se permite a iniciativa de qualquer do povo, para oferecer nomes sob os quais viesse a recair a preferência popular. Assim sendo, ao povo — de quem se diz emanar todo o poder — sòmente se reconhece, em última análise, a faculdade de optar entre os candidatos escolhidos por grupos notòriamente minoritários.

É ainda para ser considerado que nos países de regime autênticamente democrático não tem a maioria do povo, por mais ponderável que seja, a atribuição de recusar às pessoas componentes da minoria, o exercício de determinada categoria de direitos, considerados como sendo garantias imprescindíveis, impostergáveis e inalienáveis da pessoa humana.

Passemos agora a examinar o que corresponde na Constituição vigente a atribuições do chamado Poder Legislativo. Tomada a palavra legislativo no seu significado gramatical, dizer-se que existe um poder legislativo deveria significar mesmo que a êste poder estava reservada a faculdade de legislar, de elaborar as leis, sem sequer a participação de qualquer dos outros podêres do Estado. Entretanto, o qualificativo legislativo vale apenas como reminiscência da famosa teoria de Montesquieu sôbre a separação de podêres.

Ninguém hoje nega o que vem divulgado no trabalho dos mais autorizados doutrinadores: os Parlamentos e Congressos democráticos se tornam cada vez menos órgãos legislativos e cada vez mais órgãos políticos.

Em trabalho sôbre Parlamentos, publicado sob inspiração da União Interparlamentar, vem escrito: "O Parlamento não tem mais o privilégio da função legislativa. A iniciativa de matéria legislativa e financeira parcialmente lhe escapa; a prática da delegação de podêres contribui para restringir seu papel no domínio da lei. Mas, ao mesmo tempo, as prerrogativas das Assembléias deslocam-se para a esfera do contrôle da atividade governamental. O govêrno prevê e dirige; o Parlamento controla, aprova, rejeita e, por vêzes, inspira".

Entre as causas da diminuição de capacidade de legislar que todos reconhecem estar sofrendo o Congresso, houve quem indicasse a da multiplicação dos partidos, o que vem permitindo a fragmentação das representações e a impossibilidade de ser preferencialmente eleito o técnico, aquêle que seria encontrado em condições de formular os textos dos projetos de lei.

Convém reconhecer que mesmo quando a exigência de requisitos mais rigorosos, na legislação sôbre os partidos, impede a criação de entidades partidárias sem expressão ponderável decorrentes de opinião eleitoral, não se restitui aos antigos órgãos do Poder Legislativo a sua competência para exercer privilegiadamente a função de legislar.

Neste ponto de nosso trabalho já temos devidamente esclarecido o que cumpre extrair das palavras que compõem um dos elementos do tema e, assim, fica restando examinar, com o critério já adotado, o outro elemento — a segurança nacional.

Durante mais de um século seria dispensável que se procurasse indagar o que devia ser entendido por segurança nacional, para que se soubesse como o assunto deveria

ser tratado em proposições legislativas.

Pela Constituição do Império cabia ao Imperador prover a tudo que fôsse concernente à segurança interna e externa do Estado e ainda era de sua exclusiva competência empregar a fôrça armada de mar e terra como bem lhe parecesse conveniente à segurança e defesa do Império.

Em tôdas as vicissitudes de nossa História tinha a defesa da Pátria prioridade indiscutível e se reconhecia que as Fôrças Armadas eram indispensáveis para que se mantivesse a segurança do País.

Desde quando se proclamou a Independência, a ordem pública foi mantida pela manifesta predominância, em todos os lances revolucionários, das fôrças de mar e terra, que obedeciam à voz de comando do Govêrno Imperial. Devemos a unidade que herdamos do Império à vitoriosa intervenção dos chefes militares entre os quais a História consagra Caxias, o Pacificador, como patrono do Exército. E nas lutas externas, nas guerras a que fomos arrastados pelos reptos e desafios de outros povos, a segurança foi preservada pelo esfôrço conjugado de soldados e marinheiros.

Proclamada a República, assumiu o Govêrno o Chefe Militar que comandou as tropas rebeldes e foi necessário que, para manter o Govêrno instituído, se confiasse ao Exército a magna tarefa de resguardar a nova ordem jurídica. Sôbre o papel então desempenhado pelo Exército invoco a palavra consagradora de Rui Barbosa quando em 1893 assim se pronunciou: "... dêste Exército cuja fidelidade à causa da Revolução é o desespêro dos empreiteiros de certas esperanças inconfessáveis, dêste Exército em cujo civismo a autonomia baiana achou impenetrável defesa contra tentativas criminosas, dêste Exército que, depois de lidar na milícia triunfante da Abolição, encarnou o movimento popular da República e depois de fraternizar com as aspirações nacionais no advento da democracia, há de completar a trilogia épica dêste drama, evacuando o campo das intervenções políticas, restituindo o País ao govêrno civil, assentando a ordem pública na submissão das Fôrças Militares à magistratura constitucional da toga, da palavra e da lei".

As esperanças de Rui não se realizaram prontamente, sendo explicável que as sucessivas e graves revoltas sob o Govêrno de Floriano viessem a permitir o aparecimento do que se convencionou denominar o militarismo, tão vivamente censurado pelo próprio Rui Barbosa, seja em sua campanha jornalística, seja em sua campanha eleitoral conhecida como civilista.

Formou-se, em certo período de nossa História, prestigiosa corrente de opinião pública preconizando a ausência dos militares nas atividades políticas e procurando estabelecer uma distinção entre o Poder Civil e o Poder Militar.

A êsse propósito, antes de qualquer outra consideração, convém repetir o que neste mesmo recinto já foi dito: "a verdade, entretanto, é muito outra, pois o Poder Militar é apenas um fator do Poder Civil, como acontece com tantos, como o Econômico e o Social".

Interessante é também recordar

que até a elaboração da Constituição de 1934 a segurança do País é confiada a fôrças de terra e mar, que são reconhecidas como instituições nacionais permanentes destinadas à defesa da Pátria no exterior e à manutenção das leis no interior.

Foi na Constituição de 1934 que, pela primeira vez, surgiu em nosso Direito Constitucional legislado a expressão segurança nacional.

No título 6.º daquele diploma são estabelecidos os princípios que regem a matéria, atribuindo-se a um Conselho Superior de Segurança Nacional e a órgãos especiais, criados para atender às necessidades da mobilização, o estudo e a coordenação de tôdas as questões relativas à matéria.

Devemos ter em vista que já então o mundo civilizado passava por profundas transformações, que vinham trazer como conseqüência os riscos e os perigos criados pela pregação de uma ideologia cuja adoção importava a substituição violenta de instituições democráticas consagradas pela denominada civilização ocidental.

A segurança nacional não podia ser compreendida como apenas relacionada com ameaças externas e sujeita aos resultados dos conflitos armados de natureza internacional. Também internamente, sectários de doutrinas revolucionárias, com ou sem auxílio mesmo de fôrças exteriores, tentavam a derrubada do Govêrno e se propunham a submeter a Nação ao domínio de outras nações sem qualquer resguardo da independência ou da soberania.

No art. 84 da Constituição de 1934 se inseriu o princípio de que, além dos militares que pela Constituição de 1891 para os delitos militares tinham um fôro especial, nesse fôro seriam julgadas as pessoas a êles assemelhadas e até mesmo civis, quando agentes de crimes contra a segurança externa do País ou contra as instituições pròpriamente militares.

O mesmo princípio, o da competência da justiça militar para o julgamento de militares e pessoas que lhes são assemelhadas nos crimes militares definidos em lei e dos civis nos casos expressos em lei, quando agentes de crimes contra a segurança externa do País ou contra as instituições militares, está escrito na Constituição de 1946.

A legislação ordinária, especialmente a Lei n.º 1.802, de 5 de janeiro de 1953, veio definindo crimes contra o Estado, contra a ordem política e social e no mesmo diploma atribuindo o julgamento de muitos dêles à Justiça Militar.

As expressões segurança interna, segurança externa, guerra externa, comoção intestina grave e outras semelhantes, passaram a ser consideradas como sempre abrangidas pela própria expressão segurança nacional.

Reportando-nos aos episódios das revoltas do tempo de Floriano, à campanha civilista, às transformações introduzidas pela vitória da ideologia que criou novos riscos e perigos para as instituições tradicionalmente democráticas, quisemos dar a origem das impugnações que, por ocasião de ser votada a Constituição vigente, surgiram de diferentes setores oposicionistas.

Os pregadores e promoventes da instauração, em nosso País, de regime social e político informado

pela doutrina marxista, sabem que reside exatamente nas Fôrças Armadas, inspiradas por vivo sentimento de patriotismo, o obstáculo intransponível para a vitória da almejada subversão.

Por isso mesmo seria interessante que impedissem êles viessem a figurar na Lei Maior do Brasil qualquer referência à segurança nacional, especialmente qualquer dispositivo que erigisse um crime político ou social a lesão de bens jurídicos consubstanciados nas instituições militares.

Ainda é para ser salientado que o debate sôbre os dispositivos referentes à segurança nacional vinha oferecendo ensejo a que se despertassem ou se exacerbassem as animosidades contra as Fôrças Armadas e se procurasse criar um antagonismo entre a população civil e os meios militares.

Chega mesmo a espantar, a causar pasmo, que argumentos substancialmente cerebrinos venham a ser lançados numa tentativa de mostrar diferenças entre a segurança qualificada como externa, a segurança qualificada como interna e a segurança nacional.

O exemplo tantas vêzes lembrado da Guerra Espanhola, durante a qual as correntes ideológicas armaram coortes, regimentos, batalhões e legiões para as batalhas, as escaramuças e os conflitos em terras da Espanha, era considerado insuficiente para convencer de que, na atualidade, são dispensados os processos clássicos e as fórmulas solenes para que o govêrno de um País promova a invasão de outro e tente conquistá-lo a fim de submetê-lo à órbita de sua atividade dominadora.

Exatamente porque o anteprojeto da Constituição que estava sendo discutido, conservava o que, aliás, vinha tranqüilamente estabelecido nas Constituições de 1934 e 1946 e melhor definindo deveres e garantias, suscitou-se tendenciosa agitação para increpar o diploma constitucional em elaboração, de ser substancialmente militarista.

Ora, quando estava sendo redigido o anteprojeto, quando estava sendo discutido o projeto, quando o projeto estava sendo votado, já se firmara entre os maiores responsáveis pela defesa da Pátria, pela garantia dos podêres constituídos da lei e da ordem, o seguinte conceito de segurança nacional: é o grau relativo de garantia que, através de ações políticas, econômicas, psicossociais e militares, o Estado proporciona, em determinada época, à Nação que jurisdiciona, para consecução ou manutenção dos objetivos nacionais, em face dos antagonismos existentes.

Não é, portanto, da exclusiva competência dos militares a elaboração e muito menos a execução de uma doutrina sôbre segurança nacional.

Já oferecemos no outro trecho desta conferência uma definição sôbre Poder Nacional, e desde logo indicamos as diversas formas ou expressões dêsse Poder que se desdobram em político, econômico, psicossocial e militar. Fica assim desde logo evidenciado que a segurança nacional, segundo o entendimento de credenciados órgãos das Fôrças Armadas, não se circunscreve a uma atuação dos meios militares. É assim que o Poder Político, o Poder Econômico e o Poder Psicossocial hão de entrosar-se com o Poder Militar a fim de que então se

tenha, com o entrosamento de todos êles, uma integração que se exprime no Poder Nacional. Além disso, cada uma das formas do Poder Nacional é um conjunto de elementos que aqui passamos abreviadamente a enumerar.

O Poder Político tem seus fundamentos nas instituições políticas, no govêrno e no povo; como fundamentos do Poder Econômico costumam ser indicados os recursos naturais proporcionados pela base geográfica, os recursos humanos que a população pode fornecer como agente de trabalho e a estrutura econômica, relativa à produção, em que se caracteriza a aplicação do capital; indicam-se como fundamentos psicossociais a população, a estrutura social e o caráter nacional; finalmente os elementos do Poder Militar são a instituição das Fôrças Armadas, a doutrina militar e a estrutura militar.

Parece bem demonstrado que o chamado Poder Militar sòmente pode agir quando integrado com os demais podêres que são formas ou expressões da segurança nacional. Não é, portanto, admissível, salvo por maliciosa inspiração ou negligente desconhecimento do assunto, que se procure qualificar como militarista o Estado que consigna, em sua Constituição, dispositivos sôbre a segurança nacional do teor dos consignados na Constituição Brasileira de 1967.

No estudo dos elementos ou fundamentos políticos do Poder Nacional temos em primeiro lugar as instituições políticas e logo em seguida o govêrno que compreende a organização política partidária, a organização legislativa, a organização administrativa e a organização judiciária.

No regime democrático representativo, os partidos políticos, legalmente registrados, desempenham papel substancial para a vida, o desenvolvimento e a realização das instituições políticas. Presumìvelmente os partidos políticos abrangem todo o eleitorado nacional e, adotada a representação proporcional, é de se admitir que a Câmara dos representantes do povo seja a legítima expressão de tôdas as correntes ponderáveis da opinião pública. Ainda quando se forme uma bancada majoritária com manifesta superioridade sôbre as demais bancadas, a ação política do Congresso reflete as intervenções mais ou menos eficientes das minorias que encontram, em ressalvas e prerrogativas dos textos constitucionais e regimentais, os instrumentos para o exercício de sua atividade.

A organização legislativa está disciplinada na Constituição vigente no capítulo VI, que compreende 45 artigos, muitos dos quais acrescidos de itens e parágrafos.

Desde a Constituição de 24 de fevereiro de 1891 que a missão da fôrça armada está expressamente traçada.

Importante é registrar que nas quatro Constituições escritas, votadas pelos representantes do povo brasileiro, o destino das Fôrças Armadas vem ìntimamente ligado ao princípio da legalidade.

No art. 14 da Constituição de 1891 se diz: "As fôrças de terra e mar são instituições nacionais permanentes, destinadas à defesa da pátria e à manutenção das leis no interior.

"A fôrça armada é essencialmente obediente, dentro dos limites da lei, aos seus superiores hierárquicos e obrigada a sustentar as instituições constitucionais."

Reza a Constituição de 16 de julho de 1934: "As Fôrças Armadas são instituições nacionais permanentes, e, dentro da lei, essencialmente obedientes aos seus superiores hierárquicos. Destinam-se a defender a Pátria e garantir os podêres constitucionais, a ordem e a lei." (art. 162).

Prescreve a Constituição de 1946: "As Fôrças Armadas, constituídas essencialmente pelo Exército, Marinha e Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei" (Art. 176).

"Destinam-se as Fôrças Armadas a defender a Pátria e a garantir os podêres constitucionais, a lei e a ordem." (art. 177).

Determina a Constituição de 1967, art. 92: "As Fôrças Armadas, constituídas pela Marinha de Guerra, Exército e Aeronáutica Militar, são instituições nacionais, permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei."

§ 1.º Destinam-se as Fôrças Armadas a defender a Pátria e a garantir os podêres constituídos, a lei e a ordem.

§ 2.º Cabe ao Presidente da República a direção da guerra e a escolha dos comandantes-chefes.

É uma constante em todos os textos transcritos: a obediência devida pelas Fôrças Armadas tem seus limites marcados na lei, o que vale dizer que contra a lei ou fora da lei nada pode ser exigido dos militares pelo seu comandante supremo.

Para que se possa bem compreender a importância dos postulados constitucionais transcritos, é bastante que sejam comparados com o que foi inscrito na Carta Constitucional promulgada por ocasião do golpe de Estado de 10 de novembro de 1967: "As Fôrças Armadas são instituições nacionais permanentes, organizadas sôbre a base da disciplina hierárquica e da fiel obediência à autoridade do Presidente da República."

Está aí, no rápido confronto entre a letra dos dois tipos de Constituição, um nítido traço diferencial do regime democrático sob o qual vivemos para o regime ditatorial, que dominou o País no período de 1937 a 1945.

Ao serem estabelecidas as normas disciplinadoras da competência do legislador em relação aos problemas da segurança nacional, tem lugar de destaque aquela em virtude da qual são ordenados os limites dentre os quais a Marinha de Guerra, o Exército e a Aeronáutica Militar se organizam com base na hierarquia e na disciplina e sob a autoridade suprema do Presidente da República.

Como uma das altas missões das Fôrças Armadas está a da garantia da lei. A lei não é entre nós a vontade do príncipe, como também não é a ordem emanada do chefe do partido único, como também não é a determinação de qualquer dos podêres da União, exarada sem observância das regras que disciplinam a elaboração legislativa. Para que

mereça a garantia das Fôrças Armadas é imprescindível que a lei tenha a sua tramitação segundo o itinerário fixado no processo legislativo e sòmente dela participem, da elaboração prevista, os que têm competência para fazê-lo e todos cuja participação haja sido prèviamente reclamada.

A segurança nacional, notadamente pelas razões que tantas vêzes vêm sendo neste trabalho apontadas, não é da exclusiva competência de determinado setor do govêrno, de autoridades, de autarquias ou de qualquer outro departamento da comunidade. Eis por que pela segurança nacional pode ser responsabilizada tôda pessoa natural ou jurídica desde que as linhas demarcadoras da responsabilidade hajam sido definidas na lei.

É também nos têrmos da lei e sob as penas nesta cominadas que todos os brasileiros são obrigados ao serviço militar ou a outros encargos necessários à segurança nacional.

É irrelevante a censura lançada sôbre o texto do projeto da Constituição de 1967, por haver substituído as expressões encargos necessários à defesa da Pátria pelos encargos necessários à segurança nacional, visto como, no resguardo da segurança nacional, se encontra a própria defesa da pátria.

É da competência exclusiva do Presidente da República a iniciativa das leis que fixem ou modifiquem os efetivos das Fôrças Armadas (art. 60, item III). Desde 1934 que a iniciativa das leis de fixação das Fôrças Armadas ficou reservada para o chefe do Poder Político, sendo que essa iniciativa foi mantida nos mesmos têrmos na Constituação de 1946 e mais explicitamente agora se dispõe que a própria modificação dos efetivos já fixados fica na dependência de proposta do Presidente da República.

Como uma das inovações da Constituição de 1967 vem a atribuição do Presidente da República de expedir decretos com fôrça de lei sôbre matéria de segurança nacional. Indiscutìvelmente o decreto baixado sòmente prevalecerá se não vier a ser rejeitado pelo Congresso Nacional.

Com a sanção do Presidente da República, tem o Congresso Nacional a atribuição de dispor, mediante lei, sôbre a fixação das Fôrças Armadas para o tempo de paz (art. 46, item V), o que vem demonstrar que cabe por isso mesmo ao Congresso Nacional alterar a proposta oferecida.

Tem competência exclusiva o Congresso Nacional para deliberar sôbre assuntos da maior relevância na área da segurança nacional.

Salvo a hipótese de agressão estrangeira verificada no intervalo das sessões legislativas sòmente o Presidente da República pode declarar guerras depois de autorizado pelo Congresso Nacional.

Para fazer a paz exige-se sempre a participação do Congresso Nacional, seja concedendo prèviamente autorização ao Presidente da República, seja apreciando a paz celebrada sem sua prévia autorização.

O trânsito pelo território nacional ou a permanência temporária nesse território de fôrças estrangeiras devem constituir casos expressamente previstos em lei complementar. Depois de elaborada e promulgada lei complementar, para cuja aprovação se requer sempre o voto qualificado da maioria dos

membros da Câmara dos Deputados e da maioria dos membros do Senado Federal, é ao Congresso Nacional reservada a exclusiva competência para, em cada caso concreto, permitir que fôrças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nêle permaneçam temporàriamente.

Antes de encerrar nossas considerações sôbre o tema que estamos examinando, julgamos conveniente recordar que em País ainda em fase de desenvolvimento são íntimas e inafastáveis as ligações entre o próprio desenvolvimento econômico e a segurança nacional.

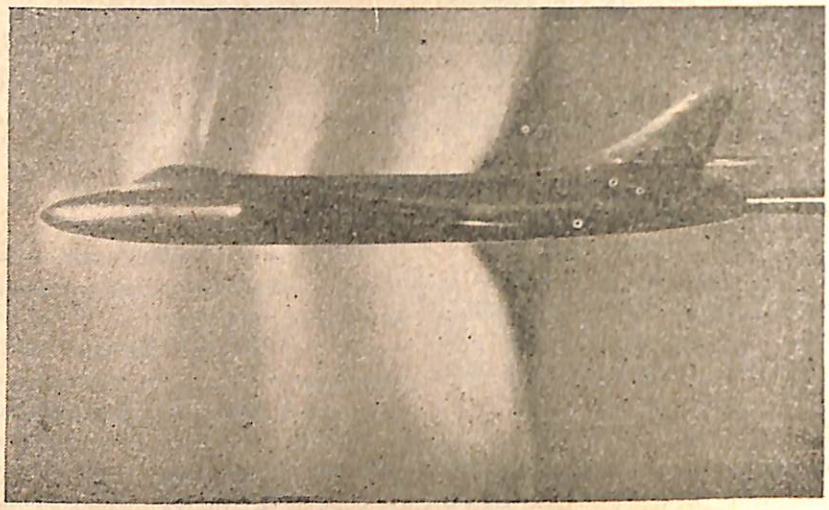
Na Encíclica Populorum Progressio muito adequadamente se diz que o nome contemporâneo da paz deve ser o da realização do desenvolvimento econômico. Sòmente poderemos atingir o período de convívio pacífico entre todos os povos quando se tiver estabelecido que cada um dêles tem o essencial para a sua própria manutenção e conseqüente sobrevivência. Esta verdade, tantas vêzes proclamada e reconhecida põe em relêvo que na política nacional, devidamente formulada, há dois aspectos igualmente importantes: o aspecto do desenvolvimento e o aspecto da segurança. Isto mesmo reconhecido importa no reconhecimento de que a segurança nacional não é um problema exclusivamente da área militar. Pelo esfôrço para o desenvolvimento a Nação se lança na conquista de condições necessárias a que cada indivíduo da comunidade possa viver condignamente, alcançar uma renda que lhe propicie o mínimo indispensável para libertar-se das necessidades que reduzem o homem a humilhante situação da miséria opressora. Mediante a execução dos planos da segurança, os fins procurados no esfôrço do desenvolvimento encontram uma proteção e insuperadas são as dificuldades que se opõem à solução dos problemas equacionados para a realização do desenvolvimento.

Tendo-se em consideração tudo quanto estamos expondo, claro é que onde quer que surja o fator de perturbação do desenvolvimento econômico aí se faz necessária a presença de todos os elementos que integram cada um dos podêres que são forma ou expressão da integração expressa pelo Poder Nacional a fim de que se afaste o embaraço, se domine a resistência e se prossiga no itinerário indicado nos planos preestabelecidos.

Sempre que para a redução das resistências, a superação das dificuldades, a transposição dos obstáculos se fizer necessária a elaboração de um nôvo texto de lei ou a modificação do direito positivo, então o Congresso Nacional, a quem cabe exercer nos têrmos constitucionais o Poder Legislativo, virá a intervir para tornar possível a consecução e a preservação dos objetivos nacionais.

Fácil, muito fácil, a tarefa de separar os homens. Árdua a missão de somá-los a todos, para que se somem no esfôrço imenso de engrandecimento desta Nação.

Gen Ex ANTONIO CARLOS DA SILVA MURICY



Vôo de Alta Velocidade

Onde a ciência abre uma brecha nas trevas da ignorância, a câmara lá está presente para observar e registrar os fatos. "VÔO DE ALTA VELOCIDADE" explica como os engenheiros aeronáuticos sobrepujam a intensidade das pressões atmosféricas variáveis em tôrno de aviões em alta velocidade.

Êste é um dentre mais de uma centena de filmes informativos de 16 mm, disponíveis na Filmoteca Shell, para empréstimo gratuito a sociedades e instituições em qualquer parte do Brasil. Um outro filme — "SCHLIEREN" — dá detalhes ainda mais minuciosos sôbre a técnica empregada em Vôo de Alta Velocidade, para mostrar visualmente como as ondas de choque comportam-se quando um avião atravessa a barreira do som.

Um terceiro exemplo é "O ÔLHO MÁGICO", que descreve como a câmara cinematográfica ajuda o cientista a estudar fenomenos tais que devido à sua velocidade, lentidão ou dimensão, estão além da capacidade de registrar do ôlho humano.

PARA INFORMAÇÕES SÔBRE FILMES SHELL ESCREVA PARA:

SHELL BRASIL S. A. (PETRÓLEO)

RIO DE JANEIRO, CAIXA POSTAL, 252 - ZC-00

SÃO PAULO, CAIXA POSTAL 2000

CONSIDERAÇÕES SÔBRE A OPORTUNIDADE DA OPÇÃO SATÉLITE PARA TV EDUCATIVA NO BRASIL

TAUNAY D. COELHO REIS
Gen. Bda. Ref.

Visando tornar o estudo da possível contribuição de um satélite síncrono para a Televisão Educacional o mais objetivo, no momento atual, para uma solução adequada do problema, em nosso País, é que encaminho à consideração dos leitores desta revista o presente estudo.

As observações constantes do mesmo foram fruto de rápido exame de um dos projetos já divulgados. Têm por objetivo evitar que decisões inconvenientes e prematuras possam ser tomadas, antes de serem os ângulos por nós focalizados divulgados e debatidos. É possível que tais debates levem à conclusão de que maiores estudos e pesquisas devam preceder a qualquer deliberação que empenhe na opção do satélite os meios capazes de levar à execução, de imediato, formas já consagradas e experimentadas internacionalmente de Televisão Educativa.

Aguardamos sua valiosa contribuição e crítica a êste estudo, para que a continuação do presente exame possa ser por ambas enriquecida, tornando-a mais útil a tôdas aquelas instituições e pessoas interessadas em verem a Televisão Educativa, no Brasil, funcionando de maneira eficaz e imediata.

A posição mais útil a ser tomada por todos com relação à solução satélite para a TVE é a de pesquisa e estudo.

Entretanto verificamos que a figura pública da solução satélite vem sendo — no decorrer dêsses últimos dois anos e de uma maneira crescente — beneficiada por um enfoque de suas vantagens e um silêncio em tôrno de suas desvantagens.

Pretendemos prestar aqui uma colaboração ao estudo da questão, enfocando os assuntos que não temos visto tratados nas exposições que presenciamos ou nas notas que vêm sendo publicadas na imprensa sôbre o problema.

Nesse propósito, tomaremos por base no presente exame principalmente o "Projeto Saci" da Comissão Nacional de Atividades

Espaciais que é o trabalho mais volumoso realizado em nosso País sôbre o assunto.

I

Para a maioria dos que acreditam na radiodifusão educativa, o fulcro da questão é o *estudo comparativo* das alternativas através das quais ela pode ser realizada. A justificativa fundamental do "Projeto Saci" seria a comprovação, para o leitor, das vantagens da alternativa nêle proposta, sôbre as demais.

Realmente o "Projeto Saci" não se deteve nesse estudo comparativo, conforme fica evidenciado em seu texto. Nesse, sob o título "Objetivos", pág. VI, lê-se apenas afirmações como:

"O desenvolvimento de sistemas de telecomunicações educacionais num País como o Brasil é um primeiro passo essencial na constituição de sua infra-estrutura"... "Depois de considerarmos várias alternativas, vemos que o projeto aqui proposto oferece a melhor probabilidade de sucesso a uma nação de extensões continentais como a nossa."

Ora, o "Projeto" não tendo cogitado de fazer aquela comprovação não se credenciou como a melhor solução e, a nosso ver, não justificou a sua concretização.

II

O "Saci", na pág. VII, da Parte I, relaciona em *a*, *b*, *c* e *d* os fatôres que "indicam a escolha do sistema, com satélites, para a televisão educacional como o mais adequado".

"a — A televisão permite a disponibilidade dos melhores professôres para a maioria da população, mesmo nos mais longínquos recantos do país."

"b — A televisão pode ser usada como fonte de informações e ponto focal para desenvolvimento da comunidade."

"c — A televisão pode ser usada dentro do quadro do sistema de ensino já existente, se bem que os problemas de reajustes dos professôres aos novos métodos não devem ser subestimados."

"d — O satélite é o meio menos dispendioso de atingir o objetivo numa implementação relativamente rápida, da ordem de 5 anos."

Estudando êsses fatôres verificamos que os de letras *a*, *b*, e *c* não são específicos de *TVE por satélite* como afirma o projeto, mas cabem perfeitamente a qualquer tipo de TVE.

O de letra *d*, o único específico é, a nosso ver, bastante discutível.

III

Falando em TVE por satélite afirma simplesmente o "Projeto Saci" em sua pág. IV: "O sistema proposto não se aplica a nações desenvolvidas", entretanto não fundamenta a afirmação.

Com franqueza, em projeto tão alentado seria muito ilustrativo pudéssemos nós pelo menos saber por que não convir aos desenvolvidos o que para nós outros é afirmado como solução única.

Se assim se expressando entende que rêdes de TVE não se aplicam a nações desenvolvidas, está equivocado.

A literatura americana revela, com freqüência, o interêsse dos educadores por uma possível rêde nacional de TVE. A organização nacional de produção a "National Educational Television and Radio Center" escolheu como sigla NET (RÊDE) e não esconde seu objetivo de ver em funcionamento o Fourth Network (a 4ª RÊDE) pois há no país 3 rêdes comerciais de TV.

A verdade é que êsse país, apesar de dominar totalmente as técnicas de TV por satélite, não optou por essa solução para TVE.

IV

No corpo do "Projeto Saci" lê-se: 80% do equipamento será adquirido no País. Uma vez que há um grande gasto — foguete lançador, satélite, estações transmissoras e receptoras etc. — previsto para aquisições no exterior, conclui-se que os receptores serão adquiridos no mercado interno.

Ora, se observarmos na pág. 1-18 que o "Saci" custará na parte de investimentos de capital 116,1 milhões de dólares dos quais 59,3 milhões em receptores diretos, receptores convencionais e transmissores; se observarmos ainda, que um receptor de 21 polegadas transistorizado, em prêto e branco, que costumamos comprar por cêrca de 200 dólares, o "Saci" orça em 85 (pág. 2-69), concluiremos que os executores do plano teriam dificuldade em manter os orçamentos.

V

Em nossa opinião, falta no texto do "Projeto" uma ponderação realista das dificuldades de fornecimento de energia e manutenção dos respectivos geradores, bem como de manutenção dos 152.000 sistemas de recepção para a sintonia direta das emissões do satélite, dispersos em grande parte em locais de difícil acesso e desprovidos de técnicos.

VI

Embora reconhecendo textualmente em sua pág. XV que "Alguns componentes a serem usados no satélite ainda não existem presentemente", a concretização do "Projeto Saci" é preconizada com um dispêndio calculado, em cinco anos, em cêrca de 200 milhões de dólares.

VII

Não é previsto que o Brasil venha a estar, em futuro imediato ou próximo, em condições de fabricar, colocar e manter em órbita satélite síncrono de TVE.

A dependência do exterior para êsse fim adquire implicações muito especiais por se tratar de educação em perspectiva tão ampla.

Por outro lado, um satélite dessa natureza está sujeito a ser destruído por foguete guiado pelas próprias ondas que emite, além de poder sofrer interferências eletromagnéticas provocadas, de terra ou alto-mar.

Lembramos, aqui, que quando analisamos as possibilidades de

destruição ou interferência não estamos entrando no mérito das probabilidades.

No entanto, é forçoso reconhecer que um sistema educativo do vulto e preço do "Projeto" não deve apoiar-se num elo tão dependente e vulnerável.

VIII

Pensamos também que qualquer projeto de TVE, em perspectivas nacionais não poderá deixar de buscar a participação total dos 4 milhões de receptores existentes que, além de valerem centenas de milhões de dólares, têm uma audiência potencial imediata de 20 milhões de brasileiros.

IX

Sugerimos que a solução satélite seja objeto de estudo permanente, aguardando o surgimento das condições que a tornem tanto exeqüível quanto competitiva e, conseqüentemente, oportuna.

Enquanto isso não ocorrer, o grupo que trabalha no "Projeto Saci" poderia tentar solucionar os problemas diplomáticos ligados à questão, referidos nas págs. 2-116 e 2-117, assim como buscar os indispensáveis entrosamentos com a EMBRATEL e demais órgãos do Ministério das Comunicações.

X

As manifestações de técnicos estrangeiros, ansiosos por verem algum país se encorajar a uma experiência de TVE, por satélite, devem ser recebidas com compreensão, pois desejam poder observar concretamente todos os ângulos do problema.

No entretanto, como brasileiros achamos que os ônus e riscos dessa emprêsa devem ser arcados e corridos por país que tenha condições técnicas, econômicas e financeiras para experiência dêsse vulto.

A realidade, no entanto, vem mostrando que nenhum dos países com as referidas condições se encorajou a concretizar a alternativa TVE por satélite.

XI

Mesmo que o "Saci" fôsse oportuno, êle seria *além de* e nunca *em vez de* uma indispensável estrutura de emissoras de TVE com base em terra.

Relatório oficial da NAEB, FCC e do Department of Education, Health and Welfare, intitulado "The Needs of Education for Television Channel Allocations" que orienta a política de TVE nos Estados Unidos assim recomenda na pág. 134:

"Êste relatório mostra que cada comunidade ou complexo educacional que utiliza a televisão para ensino sistemático necessitará de dois a doze canais transmitindo simultâneamente."

A par da razão de ordem técnica referida — decorrente em parte da grande diversidade de currículos — sabemos que tanto a filosofia que orienta a educação no Brasil — através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — como a própria realidade brasileira, não poderão

prescindir de emissoras de TVE, nas diferentes unidades da Federação, possibilitando uma melhor adequação às necessidades locais.

Para finalizar tomo a liberdade de repetir aqui a frase de Vítor Hugo — "Nada é mais poderoso do que uma idéia cuja hora é chegada."

Não nos deixemos inibir na concretização de uma idéia cuja hora é chegada — TVE com estações e rêdes de microondas com base em terra — deslumbrados pela miragem de uma idéia cuja hora ainda não é chegada — TVE por satélite.

Rio de Janeiro, GB, dezembro de 1968.

PROJETO SACI

Satélite Avançado de Comunicações Interdisciplinares

INTRODUÇÃO

É ponto pacífico que o presente sistema educacional brasileiro é inadequado, em qualidade e quantidade em todos os níveis, para o desenvolvimento nacional.

A aplicação de capitais através de processos e métodos ortodoxos, para incrementar o sistema existente, além da impossibilidade econômica, muito dificilmente poderia colocar o Brasil na posição desejada nos próximos cinco ou dez anos. Um dos itens mais sérios no contexto dêste complexo problema é a formação demorada de bons professôres e a impossibilidade de se atingir todos os pontos do país com a mesma qualidade de ensino.

O sistema que aqui propomos não é a solução total, não é simples de ser implementado mas está dentro das possibilidades econômicas e tecnológicas do país. É quase a única solução educacional em países não desenvolvidos de áreas continentais como é o caso do Brasil. O sistema proposto não se aplica a nações desenvolvidas.

A situação educacional brasileira é pior do que se poderia deduzir dos números apresentados na Tabela I que se segue, pois a nossa população é na maioria constituída de jovens.

TABELA I

(Dados disponíveis mais recentes)

País	População estimada em milhões de habitantes	Educação primária, secundária e vocacional			Educação Universitária			Percentagem de analfabetos com idade superior a 14 anos
		Professôres	Alunos		Professôres	Alunos		
			Total	Obs. I		Total	Obs. I	
Brasil	85	440.000	11.246.000	132	28.000	142.000	2	40%
Argentina	22	217.000	3.138.000	142	14.000	216.000	10	8.6%
Japão	96	755.000	21.286.000	220	68.000	904.000	10	Obs. II
EUA	193	2.024.000	59.703.000	250	326.000	4.265.000	22	2.4%
URSS	231	2.571.000	49.926.000	216	206.000	3.608.000	16	1.5%

Observações :

I — Número arredondado de alunos por mil habitantes da população total

II — Dado não disponível

Êste relatório tem um caráter preliminar, pois fôra feito na fase de pré-projeto e servirá como um documento gerador de discussão. É constituído de duas partes; a primeira aborda problemas e conjeturas sôbre o uso de satélites em sistemas educacionais e uso e custo de telecomunicações numa nação em desenvolvimento; a segunda parte tem a haver com os sistemas de solo e espacial do projeto. Haverá ainda um apêndice.

Espera-se que êste documento sirva de base na decisão da Presidência da República sôbre a complementação ou não do sistema proposto.

Um grande número de referências foi consultado, mas a obra que serviu de base a êste trabalho foi principalmente o "ASCEND Report" do curso de engenharia de Sistemas Espaciais na Universidade de Stanford nos Estados Unidos. De fato êste relatório é uma adaptação. Três pesquisadores da CNAE participaram nos estudos e preparação do "ASCEND Report".

OBJETIVOS

O desenvolvimento de sistemas de telecomunicações educacionais num país como o Brasil é um primeiro passo essencial na constituição de sua infra-estrutura. Uma vez que se tenha feito êste investimento a produtividade marginal do capital investido nos projetos de industrialização será por demais aumentada. Com isto o país poderá atingir uma posição que lhe permita quebrar o círculo vicioso de pobreza que até o momento lhe sufoca.

Depois de considerarmos várias alternativas, cremos que o projeto aqui proposto oferece a melhor probabilidade de sucesso a uma nação de extensões continentais como a nossa. É verdadeiramente um passo decisivo nos seus programas educacionais e de telecomunicações.

Os fatôres abaixo enumerados indicam a escolha do sistema com satélites para televisão educacional e comunicações como o mais adequado:

No campo educacional:

a — A televisão permite a disponibilidade dos melhores professôres para a maioria da população, mesmo nos mais longínquos recantos do país.

b — A televisão pode ser usada como fonte de informações e ponto focal para o desenvolvimento da comunidade.

c — A televisão pode ser usada dentro do quadro do sistema de ensino já existente, se bem que os problemas de reajustes dos professôres aos novos métodos não deva ser subestimado.

d — O satélite é o meio menos dispendioso de atingir o objetivo numa implementação relativamente rápida, da ordem de 5 anos.

No campo das comunicações:

a — O sistema com satélite é o menos dispendioso dos métodos que permitem atingir qualquer lugar do país, como por exemplo as vilas e destacamentos nas fronteiras.

b — Em alguns casos é o único meio de se prover comunicações de alta confiabilidade.

c — O sistema proposto apresenta a solução de mais curto tempo para instalação de comunicações em âmbito nacional.

d — A parte do satélite dedicada a comunicações poderia prover uma razoável fonte de rendas.

DESCRIÇÃO DO SISTEMA

Educação:

O sistema proposto consiste no uso de um satélite de alta potência em órbita síncrona, com 3 canais, transmitindo na faixa de freqüência de 4 GHz. Nas áreas urbanas usaríamos um receptor e um transmissor central para reirradiação, em áreas com raio de 70 km. Para as áreas rurais e pequenas vilas ou cidades, os receptores receberiam as informações diretamente do satélite. Um exame das condições de preço mostram que em áreas urbanas com 220 mil pessoas ou mais seria mais conveniente o uso de um receptor-transmissor local para televisões, usando aparelhos convencionais de televisão. Nas outras áreas, como já dissemos, o sinal seria obtido diretamente do satélite.

A estimativa do número de estações receptoras seria da ordem de 152 mil aparelhos receptores diretos, e 12 receptores-transmissores para áreas urbanas. Êstes números permitem a cobertura total da população em idade escolar. Supõe-se que, de início, um dos canais de televisão será usado exclusivamente para televisão educacional (TVE), isto por um período de 2 anos. Um segundo canal passaria para uso de TV, depois dêste prazo. Esta limitação de um canal prende-se ao fato de ser difícil de se produzir adequada quantidade de programas, de boa qualidade. A duplicação de material didático importado, sistemas de TV educacional de outros países, seria possìvelmente uma solução insatisfatória. É possível têrmos uma injeção maciça de educação por televisão em tôdas as áreas educacionais, isto é, escolas primárias, secundárias, vocacionais e universidades, incluindo o treinamento e aperfeiçoamento de professôres e instrutores nas novas técnicas. A tecnologia existente é certamente capaz de preencher os pré-requisitos, no entanto, o ponto crucial do esquema é o seu conteúdo; o aprendizado será muito mais efetivo se a qualidade do programa, os textos, os impressos, os auxílios áudio-visuais de ensino e a comunicação entre planejadores e instrutores nas salas de aulas fôr devidamente estabelecida com bases funcionais.

Processo de ensinamento através de televisão não é meramente uma extensão das aulas normais dadas em salas de aulas. No entanto, êste nôvo meio requer uma orientação completamente diferente dos processos de ensino e aprendizado. As escolas terão que ser ajustadas com as suas experiências passadas ao novel modo, e em muitos casos, livros e textos terão que ser reescritos e distribuídos, o que tomará uma quantidade considerável de tempo. O projeto deve ser iniciado em uma escala pequena e seguido de uma avaliação dos conhecimentos iniciais obtidos. Seria vantajosa a introdução de uma es-

trutura gigante e que logo no início venha a precisar de modificações e ajustes gerais. O sistema proposto tem o seu sucesso dependente nas atitudes do pessoal envolvido e suas limitações iniciais. Treinamentos e orientação dessas pessoas serão fatôres limitantes da capacidade operacional do sistema.

No caso de escolas primárias, controladas pelos estados, certamente é de se esperar que haja resistências no início, dificuldades administrativas e outras coisas dêste jaez. As escolas federais, controladas curricularmente pelo govêrno federal talvez a situação já não fôsse tão difícil. Poderia se pensar também na preparação, nesta fase inicial, de instrutores e elementos de apoio em treinamento para a fase seguinte de estabelecimento de programas mais avançados. Poderia se pensar também nesta fase inicial, do uso de comunicações para instruções a elementos da agricultura, lavradores, elementos de escolas vocacionais, etc. Dentro do período de dois anos, o segundo canal passaria a ser utilizado em meios educacionais. Certamente, já de início ou antes mesmo de qualquer outra medida poderíamos pensar em uma escala de prioridades a serem dadas aos usos dêstes canais. Será necessário um estudo mais acurado destas prioridades, para que haja maior sucesso no programa. Devemos pensar, por exemplo, em educação de adultos, que poderia ser em horário noturno. A educação de adultos poderia ser feita em programas diretos às áreas rurais. Poderiam haver programas sôbre atos cívicos, educação, escolas vocacionais ou técnicas, isto tudo dependeria de prioridade a ser estudada na primeira fase de implementação do projeto.

Comunicações:

O satélite proposto teria um canal com a largura de faixa de 200 MHz permanentemente designado para uso de comunicações. A capacidade dêste canal é da ordem de 3 mil subcanais de fonia. O uso primário dêsse canal seria prover comunicações telefônicas de boa qualidade e alta confiabilidade entre pontos grandemente afastados. Considerando os processos normais de taxação telefônica, que sempre dependem de distância envolvida entre os dois assinantes, aqui teríamos um caso em que a distância não faria diferença pràticamente no preço da comunicação entre os dois terminais.

Durante os dois primeiros anos em que teríamos sòmente um canal em televisão educacional, poderíamos usar o segundo canal para comunicações de distância menores.

Espera-se que um sistema de televisão educacional através de canais de microondas, na superfície, seja estabelecido neste ínterim de dois anos iniciais, ou mesmo antes da implementação dos dois anos de utilização de satélites para prover a experiência adequada ao planejamento da utilização de televisão educacional através do satélite.

Durante as horas noturnas, isto é, de meia noite às 8 horas da manhã, certamente não ha-

veria demanda para comunicações telefônicas, ou uso de televisão educacional, fazendo nascer daí uma fonte de renda em se utilizando êstes horários para transmissão de dados, de rêdes bancárias, por exemplo, ou distribuição de canais de televisão comercial para re-irradiação posterior, serviço fac-símile, serviço de telegramas normais, telegramas êsses acumulados nos horários diurnos em fita magnética. Outros exemplos seriam comunicações sôbre meteorologia, comunicações militares com os postos de fronteiras, etc. Com aproximadamente mil terminais de comunicação teremos uma cobertura de tôdas as cidades ou vilas com mais de três mil habitantes, além dos sistemas múltiplos das áreas urbanas.

Estima-se que a renda adicional provinda do serviço telefônico daria da ordem de cinqüenta milhões de cruzeiros novos por ano líquido dos custos de operação, depreciação, manutenção etc. Além de telefonia outros serviços contribuiriam para a renda.

EQUIPAMENTO NO SOLO

Broadcast Direto:

O principal objetivo do sistema é a transmissão de programa de televisão educacional via satélite para a maioria da população. Do que fôra dito anteriormente, conclui-se que o objetivo só poderia ser atingido com a utilização de irradiação direta (via satélite de alta potência) às estações de baixo custo, incluindo estações centrais de re-irradiação, para aparelhos comuns de televisão em áreas urbanas. Estudos econômicos mostram que o custo mínimo do sistema proposto seria atingido se houvesse transmissão direta para 77 a 86% da população. Esta conclusão põe uma forte ênfase na minimização do custo da irradiação direta para receptores afastados das grandes áreas urbanas.

Devido às limitações práticas da geração de potência elétrica, num satélite em órbita, limitações estas que são atuais mas que poderão ser superadas na tecnologia de um futuro próximo, teremos que usar a modulação FM para o "link" satélite-terra. Êste tipo de modulação é incompatível com a televisão padronizada no Brasil; daí ser necessário um conversor-adaptador de modulação FM em AM antes do receptor regular de televisão. Problemas semelhantes são abordados em relatórios internos da CNAE.

Para as comunidades rurais, onde não existe potência elétrica, uma variedade de tipos de fontes de potência foi considerada. Elas são classificadas em duas alternativas de acôrdo com seu custo. As alternativas mais convenientes são: cata-vento com gerador, para certas regiões onde o vento sopra constantemente, como é o caso do nordeste brasileiro, ou motor-gerador a gasolina ou diesel. Haveria mesmo a possibilidade de se usar uma combinação gerador-motor movido a potência animal. O custo de uma fonte de potência para áreas remotas fica entre 100 e 1.500 cruzeiros novos.

Comunicações:

O segundo objetivo foi desenhar um sistema de comunicações bi-

laterais. No começo da vida do satélite, como já foi mencionado, sòmente um canal de televisão seria necessário. Durante o período que vai da meia noite às oito horas da manhã nenhum dos canais de televisão seria usado. O satélite terá potência para três canais, independentes, transmitindo com 350 watts em cada.

Assim sendo durante o dia um ou dois terços da capacidade do satélite estarão disponíveis para comunicações, transmissões de dados, fac-símile ou redistribuição de programação comercial. Durante a noite 100% do satélite será usado para êste propósito.

A fim de que se possa fazer um uso eficiente desta capacidade, um sistema de comunicações versáteis e de múltiplos propósitos será construído no satélite. Várias alternativas foram estudadas e foi necessário se prover um meio de se transmitir vários canais de baixa potência com portadoras moduladas em freqüência em vez de um simples canal de alta potência para transmissão de televisão. A capacidade total do satélite é de aproximadamente 9.000 canais telefônicos em um sentido. O "link" de recepção para as comunicações será mais sofisticado do que o de recepção usado para a televisão educacional. Uma antena maior, talvez da ordem de 9 metros de diâmetro, será usada com um ampliador paramétrico e um demodulador de fase locada. O sinal demodulado formará um canal de distribuição de televisão ou 600 canais telefônicos.

Telemetria e Contrôle:

Os sistemas de telemetria e contrôle proverão a observação contínua dos vários parâmetros de contrôle do satélite e as capabilidades de comando a partir da estação no solo para várias manobras.

A potência necessária no satélite para fins de telemetria será de 1 watt de potência irradiada na freqüência de 136 MHz com a faixa de passagem de aproximadamente 10 KHz. Uma antena onidirecional de ¼ de onda será usada no satélite para êste fim.

Pré-requisitos da Missão do Satélite:

O satélite SACI deverá ser capaz de irradiar suficiente potência a fim de permitir a cobertura total do Brasil e de alguns outros países da América Latina com imagens de boa qualidade em equipamento de baixo custo no solo. É necessário que o satélite tenha a capacidade de dois canais de televisão educacional. Além disso precisa prover comunicações bilaterais porque a renda dêste serviço auxiliária o financiamento do sistema.

O satélite seria pôsto em órbita equatorial síncrona e operaria com vida útil confiável de cinco anos. A data de lançamento poderá ser dentro de cinco anos depois da decisão governamental.

O satélite transmitirá em FM para os sinais de TVE e comunicações bilaterais na faixa de freqüência de 3.7 a 4.2 MHz por exemplo. Capacidade de múlti-

plo acesso será também incluída. As técnicas serão descritas no relatório da CNAE.

Alguns componentes a serem usados no satélite ainda não existem presentemente. Um dos objetivos do grupo de engenheiros do projeto será a determinação de áreas específicas onde precisamos envidar esforços de desenvolvimento em futuro próximo para que haja mais uma contribuição tecnológica para a nação.

O desenho de estruturas do satélite poderá ser feito em um prazo de poucos meses.

Os desenhos das unidades de transmissão e recepção deverão prover que o sistema no solo é tal que a potência efetiva irradiada seja de 55 dbw por canal.

O sistema transmissor deverá ser flexível e permitir operação com qualquer grau de liberdade nos dois modos: canal com TVE e canal com grande tráfego de comunicações. A alocação básica dêstes modos é função da hora local e das necessidades de operação. Por exemplo, dois canais de TVE e 3.000 canais de fonia durante o dia e durante a noite com um canal de TVE e 6.000 canais ou ainda 9.000 de telefonia.

Haverá eclipse do satélite durante um mês por ano em um período de 0 a 69 minutos na meia noite local.

Finalizando, o relatório que se segue apresenta um sistema que certamente muito contribuiria para o desenvolvimento do Brasil. É possível em vista de considerações econômicas que não haja alternativa.

A CNAE se estrutura presentemente para poder executar esta missão. Torna-se imprescindível que em futuro próximo seja formado um grupo assessor do projeto, com representantes do Ministério da Educação, de órgão do Ministério das Comunicações tais como CONTEL e EMBRATEL. e do Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica.

ENCADERNAÇÃO E DOURAÇÃO

PLANETA

Executa-se com perfeição encadernações de livros e revistas, em percalina e couro e reforma de bibliotecas, etc.

S. CARVAS CAMARA

RUA CACHAMBI, 206 - LOJA D — MÉIER — TEL. 261-4055

A EVOLUÇÃO DOS VALÔRES CULTURAIS LATINO-AMERICANOS

(Discurso de Galo Plaza, Secretário-Geral da OEA, na Universidade de Louisville, Kentucky, EUA)

Qualquer debate sôbre valôres culturais latino-americanos deveria ser precedido de certas definições básicas. Em primeiro lugar, que quer dizer cultura? Amiúde identifica-se cultura com artes e letras e se considera ramo de atividade reservado às pessoas de fino gôsto. Mas essa definição restritiva vem sendo cada vez mais atacada nos últimos tempos. O eminente escritor inglês C. C. Snow sugeriu se ampliasse o conceito geral de cultura o suficiente para incluir os empreendimentos científicos do homem. Se é verdade, como ressaltam os humanistas, que muitos cientistas demonstram total indiferença pelos valôres humanísticos, não é menos verdade que os humanistas se revelam tristemente desinformados sôbre as realizações da ciência. Para o antropologista moderno, o conceito de cultura abrange tôda atividade humana, inclusive a atitude mental e emocional de uma comunidade em qualquer estágio de desenvolvimento. Referir-me-ei hoje, principalmente, às atitudes culturais.

Neste particular, existem efetivamente sentimento, pensamento, ação latino-americanos que se estendam à região inteira? A unidade cultural latino-americana não é de modo algum evidente. As diferenças regionais são tão grandes que às vêzes é difícil imaginar o que os povos têm em comum. A região andina, onde a presença do índio se sente em tôda parte, difere muitíssimo do litôral atlântico, com suas cidades gigantescas como Buenos Aires e São Paulo, às quais imigrantes de várias procedências imprimiram seu estilo de vida. A região do Caribe e o norte da América do Sul sofreram decidida influência de culturas africanas. As diferenças em geografia e topografia e na evolução histórica de repúblicas distintas e independentes, algumas das quais por vêzes tiveram querelas entre si, também concorreram para fomentar a diversidade. Contudo, o fundamental é que grande parte do que hoje chamamos América Latina se caracteriza pelos mesmos antecedentes gerais. O espírito de unidade se demonstra com particular pujança nos cinco países centro-americanos, onde funciona um dinâmico mercado comum.

Ao contrário dos índios primitivos e geralmente nômades da América do Norte, os indígenas

do sul haviam criado avançadas civilizações. A capital asteca, Tenochtitlán, tinha população superior à de Madri ou mesmo à de Londres, na época. A beleza da arquitetura de Tenochtitlán, como se pode ver hoje em maqueta fidelíssima no Museu Antropológico da capital mexicana, rivaliza com o que a Europa podia então oferecer. Sòmente em alguns palácios egípcios encontramos comparável pureza de linhas e simplicidade de forma — qualidades que a arquitetura contemporânea busca com tamanho afã.

Na América do Sul, os incas haviam estabelecido valôres sociais e políticos à altura das notáveis edificações de Cuzco e Machu Picchu — obras que fazem a inveja dos engenheiros de nossos dias.

O inca dava grande importância a assuntos de consciência social. Os caciques tinham a obrigação de reservar a primeira safra para fins religiosos e a segunda para as viúvas e os órfãos. Quando desobedeciam a essa regra, sofriam a pena de morte. Numa ocasião em que as legiões incaicas capturaram um armeiro que fazia flechas envenenadas capazes de provocar morte horrível, o inca poderia adotá-las para seu uso. Mas não só se negou a isso como proibiu terminantemente sua utilização, sob pena de morte. Para o inca, a guerra devia ser o mais humano possível, o que comprova seu profundo senso moral.

Os consquistadores espanhóis e portuguêses, que modificaram o curso da história na América Latina, em nada se pareciam com os peregrinos que viriam colonizar a Nova Inglaterra, no século seguinte. Os inglêses eram colonizadores genuínos, vinham em busca da liberdade. Os conquistadores iberos eram aventureiros que planejavam voltar à terra natal assim que se apoderassem de seu quinhão de ouro, do Nôvo Mundo.

Outra importante diferença foi que os conquistadores não trouxeram as espôsas, como os peregrinos, fato que explica o rápido amálgama racial.

O conquistador tinha em alta estima a dignidade pessoal e aborrecia o trabalho manual. Ao contrário do peregrino, que tinha a obsessão religiosa de ganhar o pão com o suor de sua fronte, mas não hesitava em expulsar o índio de suas terras, o conquistador preferia forçar o nativo a trabalhar. Aí começam a rígida estratificação social e as atitudes em relação ao trabalho manual, que até hoje criam problemas.

Junto com os conquistadores vieram padres e missionários, cujo zêlo em converter, educar e proteger os índios teve vasta e benéfica influência no período colonial.

O efeito da conquista está representado na Praça das Três Culturas, no México, D.F. Ali se afirma que do encontro de Cortez com o príncipe asteca Cuauhtémoc não resultou nem vitória nem derrota, mas o nascimento de uma nova entidade — o povo mexicano.

Em alguns casos, foi trágico o entrechoque das culturas, antes que se originasse uma terceira. Quando um dos sacerdotes

que acompanhavam Pizarro disse ao inca Atahualpa que tinha de jurar sôbre a Bíblia, que era a palavra de Deus, o inca levou o livro ao ouvido e respondeu: "Não ouço nada". Foi o sinal para que Pizarro mandasse suas tropas massacrarem os índios, por não ouvirem uma "língua" que não podiam entender.

É verdade que os íberos impuseram seus valôres culturais durante a conquista e que os índios tiveram de arranjar-se como puderam, porém essa adaptação jamais foi completa. Os índios aceitavam, com reservas, valôres europeus. Exemplo dessa atitude se encontra em saborosa anedota contada por Garcilaso de la Vega, em sua obra clássica Comentarios reales. Garcilaso descreve a cerimônia nupcial de um capitão espanhol com uma princesa inca. A princesa e a família real, com seus preconceitos de hierarquia, preocupavam-se com o fato de haver o noivo sido alfaiate antes de sentar praça. Quando o sacerdote perguntou: "Aceita êste homem como seu legítimo espôso?" a princesa respondeu em quíchua "**Ichach munâni, ichach mana munâni**", isto é "talvez sim, talvez não". Assim eram recebidos muitos dos costumes e leis dos europeus.

Durante longos séculos de colonização, os povos da América Latina pouca preparação receberam para a independência. Foram vítimas do despotismo firmemente apoiado em instituições tais como o sistema feudal de posse da terra, militares com grande fôrça política, govêrno altamente centralizado, igreja poderosa a dominar o ensino.

Após a independência, a igreja continuou a dominar a educação, reservada a uma pequena elite. Mais tarde, o ensino passou a refletir a influência do sistema francês, com ênfase em cultura pela cultura. Não se preparava o homem para assumir suas responsabilidades em relação à terra, ao povo, e aos problemas de ambos. Ainda não se completou o processo de reorientação dos sistemas educacionais a fim de atender a necessidades práticas.

Com o correr dos séculos, houve na América Latina abundante mistura e fusão de valôres europeus, indígenas e africanos. Não obstante, continuam perfeitamente discerníveis certos elementos de diversidade. A América Latina produziu alguns dos mais refinados e brilhantes escritores do espanhol e português, mas ainda há muitas comunidades em que se ouvem apenas línguas indígenas. Nas regiões andinas encontram-se cruzeiros consagrados que ostentam dos lados símbolos do sol e da lua — remanescentes de cultos pagãos pré-colombianos. No Brasil se verificou o estranho sincretismo de ritos africanos e cristãos na prática da macumba.

Uma das características culturais da América Latina — herdada dos indígenas e das raças mediterrâneas — é o sentido estético e o respeito à forma. Admiramos as linhas másculas dos trabalhos pré-colombianos em ouro e em pedra, como nos enlevamos com a transliteração que o barroco europeu sofreu nas

mãos dos artesãos índios que ergueram as igrejas das missões jesuítas do Paraguai e esculpiram os altares-mores das grandes igrejas coloniais do México, de Quito e de Cuzco, ou nas mãos dos mulatos brasileiros que erigiram e talharam as belas igrejas de Minas Gerais. Desnecessário se torna acrescentar que os dons estéticos do latino-americano se estendem também à música; ritmos latinos são tocados, cantados e dançados no mundo inteiro.

Outra característica fundamental do latino-americano, que lhe infundiram tanto indígenas como peninsulares, é a importância que dá à contemplação, de preferência à ação. O antropologista Kusch salientou que em quíchua o verbo **ser** não abrange o sentido de **devir**. Em quíchua, **ser** significa **ficar**. Por tradição, o latino-americano tende a assumir atitude estática, pois para êle o tempo é um fenômeno que se repete incessantemente, sem idéia de urgência, opondo-se diametralmente ao conceito dinâmico expresso no dito anglo-saxão "time waits for no men", **o tempo não espera ninguém.**

Para o contemplativo, **haverá sempre um mañana. O amanhã não desaparecerá como ocorre para quem tem conceito linear de** tempo, segundo o qual o passado se foi e o presente é um momento fugaz entre o passado e o futuro. Por conseguinte, quando o americano comenta zombeteiramente sôbre o **amanhã** na cultura latino-americana, insinuando que a ação será inevitàvelmente adiada, está sendo injusto, embora talvez correto, do seu próprio ponto de vista.

Ilustram o contraste entre o espírito de contemplação e o dinâmico as grandes estátuas que adornam a entrada do edifício-sede da Organização dos Estados Americanos em Washington. Um dos grupos, de autoria de Isidore Konti, representa a América do Sul; o outro, do escultor Gutzon Borglum, representa a América do Norte. Em cada conjunto se vê uma mulher com o filho adolescente, símbolo da juventude do Nôvo Mundo. As mães olham para a distância, cismarentas. Os garotos se entreolham com curiosidade. A expressão fisionômica das figuras que representam a América do Sul é de suavidade, reflexão, sonho, sensualidade. A das figuras norte-americanas, em acentuado contraste, revela determinação, vigilância, fôrça, inquietude.

As estátuas foram esculpidas há cinqüenta anos. Hoje, os valôres se estão modificando notàvelmente. As urgentes demandas de desenvolvimento econômico e social forçam a América Latina a abandonar sua atitude contemplativa ante o tempo. Hoje, sentimo-nos **compelidos** a agir, desejar os benefícios da tecnologia e modernizar nossas instituições. É o principal ponto-chave na evolução dos valôres culturais latino-americanos.

Mas não nos enganemos. Nossa cultura exige equilíbrio entre êsse nôvo sentido de urgência e nossa tradicional atitude de contemplação. Não desejamos avançar a passos tão largos e rápidos que nos matem a capacidade de

gozar os frutos do nosso esfôrço. Urge a conciliação entre o impulso dinâmico rumo ao progresso tecnológico e a resistência estática à alteração dos valôres humanos que tornam a vida digna de ser vivida.

Neste particular, talvez possamos oferecer algo aos nossos vizinhos do norte, tão freqüentemente pressionados pela urgência do tempo linear, que não conseguem deter-se e desfrutar o que a vida oferece em têrmos de amenidade, beleza e mesmo sensualidade.

Não quero com isto insinuar que os latino-americanos sejam em sua maioria eruditos amantes das artes e que o grosso dos norte-americanos seja o contrário. Êsses mitos já duram demais e devem ser arquivados para sempre.

Nos Estados Unidos, apesar de hoje a televisão ocupar muitas horas de lazer, o povo está comprando mais livros que nunca, nas farmácias, nos supermercados, e participando ativamente em espetáculos de teatro amador, grupos musicais e de artes plásticas, e cultivando uma infinidade de "hobbies".

"A informação não vale apenas pelo que aparentemente representa. Muitas vêzes, é nas entrelinhas que se encontram os mais fortes motivos de interêsse. Um jornalista — e também o leitor — jamais devem esquecer disto."

WALTER LIPPMAN

Boas aplicações em Letras de Câmbio e Imobiliárias de sólidas financeiras e na Bôlsa de Valores, estão na



distribuidora de títulos e valores mobiliários ltda.
carta patente nº a-88/676

SOB A DIREÇÃO DO GENERAL R/1
FERNANDO DA SILVA SÁ
AV. RIO BRANCO, 277 — CONJ. 501 — TEL. 232-0570 — RIO
(Edifício São Borja)



mas daqui a 13 anos êle será um dos 200 milhões!

Sem dúvida, êle viverá num país melhor, sob muitos aspectos. Contudo, imagine a concorrência tremenda que terá de enfrentar em seu encaminhamento profissional. Será engenheiro? Em 1980, haverá, no mínimo, 10 vêzes mais engenheiros do que hoje, concorrendo com êle. Será médico? Haverá 12 vêzes mais médicos do que hoje, competentes bastante para restringir sua clientela. Será técnico? Haverá 18 vêzes mais técnicos do que hoje, prontos para preencher o emprêgo que êle desejar.

Vale a pena pensar por êle agora, com vistas em 1980? NCr$ 10,00 que você deposite hoje mensalmente no Pecúlio-Pensão Coifa, significam NCr$ 22.000,00, no mínimo, para êle amanhã. Um lastro tão valioso como seu futuro diploma. Não há dúvidas de que êle viverá num país melhor...

Para maiores informações, dirija-se diretamente ao

COIFA CÍRCULO DOS OFICIAIS INTENDENTES DAS FÔRÇAS ARMADAS

Rua Senador Dantas, 117 - grupos 301, 302, 344, 2003 e 2004
Futura sede própria: Edifício Coifa - Av. 13 de Maio, n.º 41

O «ABRANDAMENTO» VISTO POR MOSCOU

F. O. MIKSHE

Tradução da "Revue de Defense Nationale" de março/1969 pelo Maj. P. Marcos.

1. O desaparecimento da Europa Central

O equilíbrio europeu, severamente abalado em 1919, foi completamente rompido em 1945 com as decisões tomadas em Yalta.

A princípio a Europa era constituída por três grandes espaços geopolíticos: a Europa Oriental, a Central e a Ocidental.

No decurso de séculos, a Europa Central desempenhou um papel de bastião, de um muro, sôbre o qual se quebraram, inicialmente, as invasões dos mongóis e dos turcos e, posteriormente, barrou o caminho às penetrações dos povos eslavos. Após o desmembramento da monarquia austro-húngara, a Europa Central perdeu sua coesão e nunca mais reencontrou a segurança e a paz. Êsse desmembramento, decidido em 1919, não respondia às necessidades políticas, econômicas e culturais de uma região que constitui realmente um conjunto geopolítico muito bem definido. Se bem que já hajam decorrido cinqüenta anos desde o Tratado de São Germano, o tempo não ratificou as decisões tomadas então pelas potências aliadas.

Com o fim da segunda guerra mundial, o pan-eslavismo viu, finalmente, coroado de êxito seu velho sonho: tomar pé na bacia danubiana. Sòmente a Iugoslávia pôde escapar a isso pois as ambições de Moscou se chocam, até o presente, com a resistência de Tito. O cinturão de satélites soviéticos, que vai desde o Báltico ao Mar Negro, não possui mais entre o Este e o Oeste essa Europa intermediária que outrora denominavam "Mittel Europa". Ela constitui indubitàvelmente, hoje em dia, uma vanguarda da Europa Oriental. O ocidente e o oriente europeus tornaram-se vizinhos de quintal.

Essa situação nos leva a dez séculos atrás, à época na qual as tribos eslavas avançaram até o Elba e ao Saale. A Europa Ocidental não só perdeu seu equilíbrio geopolítico mas também sofreu em sua autonomia. Submetida permanentemente à pressão de um império pan-eslavo gigantesco, que se estende do Ural às costas do oceano Pacífico, com o único apoio da América; ela, a Europa Ocidental, está "numa perna só". Moscou sabe perfeitamente que se ela não lograr,

através de um grande esfôrço de união e de unificação, melhorar sua base, não terá condições para permanecer assim indefinidamente, tanto mais quanto seus sustentáculos do Oriente Próximo e do Mediterrâneo já se acham abalados. Tal situação proporciona aos russos vantagens que nunca tiveram no curso de sua história.

2. O imperialismo eslavo e seus fermentos revolucionários

Até a última guerra, a União Soviética constituía um Império que, apesar de sua enorme extensão, estava, geogràficamente, isolado do resto do mundo e que, por isso mesmo, vegetava à margem da história política mundial. Mas, após 1945, Moscou se serviu do baluarte que conquistou entre o Báltico e o Mar Negro para manter sob pressão as demais nações da Europa Ocidental. O domínio que a Rússia conseguiu sôbre a Europa Central e Oriental, a capacidade de produção industrial de certos países que ela incorporou ao "status" comunistas, fora de dúvida, favoreceram enormemente seu próprio progresso. Assim ela, outrora ùnicamente continental, foi pouco a pouco se tornando a segunda potência mundial — se não a primeira — em vários setores. Em um período espantosamente breve, de uns vinte anos, ela pôde estender sua influência, passo a passo, até às portas da América e se infiltrou politicamente no Mundo Árabe, na África Negra, na Índia e no sudoeste da Ásia.

A diplomacia ocidental nos parece haver feito provas de uma negligência impressionante quando tolerou, em seus esforços pacificadores, que Moscou estendesse, a êsse ponto, a sua influência sôbre os outros continentes. É evidente o caráter imperialista da política soviética, para a qual só contam seus interêsses nacionais. À medida que o sol vermelho do comunismo clássico desaparece pouco a pouco no horizonte, o pan-eslavismo projeta sua sombra sôbre a nossa Europa Ocidental e a ameaça que exerce não é daquelas que um simples aburguesamento do regime faz desaparecer. Um nacionalismo russo dinâmico, liberto dos liames paralisantes da ideologia marxista, poderia tornar-se mais perigoso ainda do que o comunismo embaraçado em suas contradições e seus envelhecidos dogmas.

Evitemos, pois, o êrro fundamental que consiste em ver no antagonismo Leste-Oeste sòmente uma contestação puramente ideológica, sem levarmos em conta fatôres que, desde o século XVIII, sempre foram determinantes da política da Rússia. Vimos, pelos acontecimentos da Tcheco-Eslováquia, que os "donos" do Kremlin não estão nada dispostos a consentir que haja fissuras em seu baluarte europeu. Vemo-los, ao mesmo tempo, preparar zelosamente a implantação de suas bases de operação fora da Europa, principalmente no Mediterrâneo e na Ásia Menor, em pontos de grande importância estratégica que as antigas potências coloniais ais abandonaram voluntàriamente com extrema rapidez e alguma

negligência. Aquilo que os tzares, apesar de seus esforços, sempre renovados, não haviam logrado obter, a penetração da Rússia no Mediterrâneo, seus herdeiros conseguiram sem combater e sem resistência, sob a cobertura da coexistência pacífica. Com a conquista da Europa Central, o surgimento de uma frota naval soviética ao sul dos Dardanelos, faz parte dêsses acontecimentos que trazem em si as marcas de uma verdadeira reviravolta da história.

Qualquer que possa ser o desenvolvimento do comunismo, o poder mundial russo prossegue, hoje como ontem, em sua política tradicional, sempre envolvida em algum mistério e hábil em provocar surprêsas. Desde o último golpe de Praga, ninguém poderá crer que Moscou seja capaz de, em qualquer época, acertar lealmente, as suas divergências com o Ocidente e a concordar com essa finalidade, em fazer as indispensáveis concessões. Será que os russos poderiam, de uma hora para outra, esquecer tôda sua história, desde a dos tempos dos tzares até o de Stalin? Será que êles poderiam deixar de explorar a fundo a situação geopolítica criada em seu benefício e renunciar ao velho preceito: "O que é meu é meu mesmo, discutamos o que ainda é teu?" Se não perdermos de vistas essas duras verdades, poderemos evitar cair nas armadilhas que nos criam certas palavras de duplo sentido no vocabulário empregado entre Moscou e o Ocidente.

A palavra "abrandamento" ou "distensão" ou "relaxamento" por exemplo, segundo a utilizem diplomatas ou homens de Estado de um ou outro campo não tem significados diferentes? Se o Ocidente vê nela uma solução às controvérsias por via de negociações entre Estados soberanos, a aproximação recíproca pela competição pacífica entre os sistemas do Leste e do Oeste e o livre exercício do direito dos povos de se governarem por si próprios, o Kremlin, ao contrário, descobre nisso uma conjura maquiavélica para destruir a hegemonia moscovita sôbre os povos sovietizados.

Do lado ocidental, praticar uma tal política de "abrandamento" consiste, freqüentemente, manter-se na defensiva e evitar tudo o que possa comprometer o "statu quo". Do lado russo, ao contrário, consiste em prosseguir na ofensiva política de combate ao Ocidente. A OTAN, que representa uma aliança de Estados soberanos, Moscou opõe o Pacto de Varsóvia que não é sòmente, face a nós, um instrumento de poderio mas que lhe serve para dominar seus próprios aliados. Êstes se vêem obrigados a abrigar tropas russas estacionadas em seus territórios e a participar de manobras comuns cujo pretexto é assegura a "solidariedade socialista".

Aquele que analisar, em detalhe, a política soviética não escapará o grande objetivo desta. Primeiramente transparece que os "donos" da URSS não estão absolutamente dispostos a fazer concessões necessárias ao restabelecimento de uma paz real e duradoura na Europa. Suas intenções, muito mais simples, provêm

de outro desígnio: enquanto a "coexistência" garante ao Leste, no domínio da estratégia indireta, um vasto campo de operações políticas orientadas contra o Ocidente, êste, tìmidamente atado a sua simples conservação, renuncia a qualquer iniciativa tendente a combater a "pacífica" expansão russa. Por uma singular mistificação, tal expansão se identifica como "luta pela paz", instrumento n.º 1, na língua comunista, de um imperialismo pan-eslavo que, à imagem de tôdas as ideologias conquistadoras, criou sua própria moral. O que servir para si está certo, o que não servir está errado e como a verdadeira ordem, segundo um tal conceito, só pode reinar em países inteiramente submetidos à ideologia comunista, qualquer atitude que contrarie as ambições da Rússia é denunciada, por ela, como perigosa para a causa da paz.

É verdade que os russos, como nós, procuram evitar um confronto militar e é inverossímil que êles algum dia hajam pensado sèriamente em desencadear uma guerra de conquista.

Mas, por que razão tentariam êles cruzar o Elba, à fôrça, quando tantos outros caminhos, menos perigosos, lhes estão franqueados para realizar seus objetivos políticos? Todos aquêles que tentam avaliar em têrmos de agressão clássica, de natureza essencialmente militar, a ameaça soviética sôbre a Europa Ocidental são invariàvelmente levados a cometer vários erros, tanto no domínio político como no estratégico.

3. A "política quente" de Moscou

Examinemos com mais detalhe o que engloba, exatamente, a expressão de "guerra fria". Tal expressão não foi inventada pelos russos e sim forjada, como um "slogan", pelo jornalismo americano para designar o que poderia ser denominado de "política quente" praticada por Moscou. As várias interpretações dadas ao conceito de "guerra fria" dão lugar a grandes confusões. Assim é que certos políticos acreditaram que a "guerra fria" estaria terminada desde que as opções essenciais da política soviética permanecessem mais ou menos imutáveis. O Kremlin, hoje como dantes, busca a decisão pelo combate contra o Ocidente; um combate que não deve evidentemente pôr em jôgo os meios militares mas que se esforça por manobrar o adversário de tal maneira que êste seja compelido a uma série de concessões parciais. Essa tática que alguns assemelharam ao corte de fatias num salame não tem, infelizmente, nada de nôvo. Em 1856, Karl Marx já escrevia no "New York Tribune": "Contando com a covardia das Côrtes européias, a Rússia sacode o sabre na bainha e aumenta suas exigências tanto quanto pode a fim de se prevalecer, em seguida, de uma atitude mais modesta que lhe permite contentar-se generosamente com a concretização de seus objetivos mais próximos".

Política "quente", infinitamente variada em suas nuanças, que "amorna" em tal ou qual setor da imensa frente de batalha e que reaviva os braseiros em outros pontos, em outros teatros de ope-

ração; política ao mesmo tempo ardente e paciente que desgasta os nervos já enfraquecidos dos oponentes ocidentais. Ela não perde nunca de vista o sentido global do conflito permanente entre os dois mundos. Sob os repetidos golpes, desfechados por suas fôrças clandestinas, sempre hàbilmente disfarçadas, as relações de potência se modificam pouco a pouco. A suprema ambição é de que os futuros escritores da história possam ver, lançando um olhar de conjunto sôbre as transformações acumuladas, o quadro magnìficamente composto de uma única e grande revolução mundial.

4. Estratégias do Leste e do Oeste

As fôrças armadas, sôbre as quais se apóia tal política, merecem um exame cuidadoso. Enquanto o Ocidente, prêso em sua doutrina de dissuasão passiva, renuncia "a priori" a uma resistência ativa, Moscou dispõe de um sistema militar ofensivo. O papel destinado a êsse aparelho não é o de dissuadir adversários eventuais de um ataque contra a União Soviética (pois fôrças muito menores bastariam para tal). Tão pouco o é de atacar o Ocidente. Êle visa, isto sim, a manter os países da OTAN sob uma pressão paralisante e, assim, garantir a mobilidade ofensiva da política russa. Em outras palavras, o objetivo da estratégia soviética não é o de quebrar uma resistência qualquer pela fôrça e sim neutralizar prèviamente qualquer política contrária aos interêsses de Moscou.

Se sobrevém uma crise de vulto, os "donos" do Kremlin, conscientes da absoluta superioridade de suas fôrças convencionais, podem declarar prontamente que não têm a intenção de empregar as armas nucleares a não ser para responder a um ataque da mesma natureza. Enquanto isso o Ocidente, devido à sua fraqueza em meios não atômicos, só pode encarar a resposta desesperada do recurso às armas nucleares, isto é, à marcha do suicídio como única alternativa ao abandono político. Uma tal dissimetria de posição nos parece ser um fator determinante das relações entre o Leste e o Oeste. Tal fator abre ou não um campo de ação gigantesco à "política quente" de Moscou?

Um contraste chocante se revela a nossos olhos quando examinamos separadamente as estruturas militares do Leste e do Oeste. A Leste as armas atômicas servem de cobertura às armas convencionais. Elas não estão condenadas, como no Ocidente, a transformar-se no principal meio de combate. O sistema militar soviético é destinado a apoiar a política "quente" do Kremlin enquanto que a teoria da dissuasão dá ao aparelho militar ocidental um caráter rígido e passivo que o torna incapaz de responder eficientemente às pressões vindas de Leste.

Às vêzes se evoca os problemas de resolução das crises. São êles que, em realidade, merecem a maior atenção e o maior esfôrço de imaginação. Podemos admitir como secundárias, no atual estágio do mundo, as discussões entre

peritos que se interrogam sôbre a maneira pela qual a futura guerra, se eclodisse, deveria ser conduzida e indagam se seria mais conveniente livrá-la com armas atômicas ou fôrças convencionais; se as batalhas seriam travadas em frentes estabilizadas ou se seriam dirigidas por uma estratégia de movimento. Muito mais vital é definir uma estratégia politicamente utilizável e um sistema militar capaz de responder às ações e possibilidades do adversário.

Para barrar os caminhos da desordem, da subversão e da guerra não é suficiente declarar que tôda agressão por fôrças convencionais receberia como resposta imediata e inevitável o desencadeamento das infernais fôrças nucleares. É preciso poder opor a tôda ação adversa, uma outra que neutralize seus efeitos. Se não fôr assim, perde-se a iniciativa sem a qual não pode existir nenhuma política flexível e portanto, não haveria [illegible]

5. A geopolítica do setor central da Europa

Como em qualquer confronto de fôrças, não é só o volume dessas que é importante; muito mais ainda é o espaço no qual elas atuam e as direções nas quais essas fôrças podem ser empregadas. Se as divisões soviéticas estivessem estacionadas atrás do Vístula e nos Cárpatos, em vez de permanecer às margens do Elba e nas florestas da Boêmia, a pressão que atualmente exercem sôbre nós, seria muito menor. Não que devamos nos inquietar com o papel de "cordão de isolamento" que a Rússia atribui às suas fôrças no baluarte para se proteger contra as influências estrangeiras, mas a ameaça que daí emana vem do fato de que tal baluarte serve de base à política ofensiva soviética e isso é de uma importância incomparàvelmente maior.

É preciso nos situarmos em Moscou e daí contemplarmos a carta da Europa no sentido Leste-Oeste para compreender a importância que tem, aos olhos dos "donos" do Kremlin, esta vasta base de operações e como êles podem se ver tentados a se servir dela para estendê-la até a minúscula península que ocupam, na extremidade ocidental da Eurásia, os povos europeus ainda livres. Na expectativa das grandes confrontações que se preparam no Extremo Oriente, será que a independência dêsses povos não constituiria [illegible] ameaça latente [illegible] baluarte avançado, [illegible] vulnerável [illegible] guardas do imenso império soviético e, por isso, não seria interessante, então subjugá-los?

A peça mestra do baluarte soviético é constituída pelo quadrilátero da Boêmia. Sua importância estratégica é bem conhecida. Êle liga os dois campos de fôrças geopolíticas que são:

— de um lado o setor central europeu (Praga — Pankov — Varsóvia);
— de outro a bacia do Danúbio e os Bálcãs (Budapeste — Bucareste — Sofia).

A supremacia no triângulo Praga — Varsóvia — Pankov apresenta uma dupla vantagem para

a estratégia soviética. Ela garante em primeiro lugar à Rússia uma posição dominante no mar Báltico, êsse vasto mar interior, tão importante para os países nórdicos devido à comunicação pelo Skagerak com o mar do Norte e o Atlântico. (1)

Em segundo lugar, a sujeição da Polônia, Tcheco-Eslováquia e Alemanha Oriental, assegura a Moscou uma influência determinante sôbre a Alemanha Ocidental e por ela sôbre a própria Europa Ocidental.

O pensamento de Lenine: "Quem tiver a Alemanha tem a Europa" permanece, para o Kremlin, como uma das chaves de sua política. Se a aproximação das duas Alemanhas — a Oriental e a Federal — e a sua reunificação tivessem que ser consideradas um dia, como solução inevitável, os povos ocidentais devem saber que para a Rússia ela só admitiria se se tratasse de um enquadramento de Bonn por Pankov. O papel de elemento reunificador teria que ser do regime de Walter Ulbricht. A anexação ao bloco soviético da República Federal Alemã, com seus sessenta milhões de habitantes e seu enorme potencial econômico, provocaria uma reviravolto total das relações de potencial e daria a Moscou o predomínio sôbre a Europa inteira.

Por tôdas essas razões, a política soviética, em relação à Europa Ocidental, nos parece perseguir os seguintes objetivos:

— provocar o declínio definitivo da OTAN e o abandono da Europa pelas Fôrças Americanas;
— impedir a unificação da Europa Ocidental, único obstáculo possível à expansão soviética;
— isolar a República Federal Alemã para anexá-la finalmente, tão "pàcificamente" quanto possível, a sua esfera de influência.

Em uma perspectiva a longo prazo, os objetivos de Moscou não são desprovidos de realismo que à primeira vista possam parecer. Na Ásia, tanto quanto na Europa, as rédeas parecem escapar pouco a pouco dos americanos. A OTAN foi duramente golpeada, a esperança das nações ocidentais, de conseguir uma Europa unida, se afasta cada vez mais.

A infatigável propaganda soviética contra a República Federal Alemã não é, absolutamente, pelo receio que esta possa inspirar à Rússia. Moscou sabe muito bem que Bundswer só poderia ser engajada em um conflito no quadro da Aliança Atlântica e que, de qualquer modo, suas doze divisões não constituem uma fôrça suficiente por si só para adotar uma atitude agressiva. Estigmatizando a República Federal como único elemento perturbador do entendimento entre o Leste e o Oeste, o Kremlin consegue duas

(1) Desde 1962 a península de Kola tornou-se uma base marítima de primeira classe, com arsenais, abrigos para submarinos e rampas de foguetes. Das quatro esquadras soviéticas: Pacífico, Mediterrâneo, Báltico e Mar do Norte, a mais forte e moderna é esta última.

vantagens. Primeiro êle atiça no Ocidente a desconfiança, sempre viva, que traz à lembrança de lutas passadas e em segundo lugar, agita o espectro do belicismo germânico para manter sob seu domínio os povos satélites, à frente dos quais se colocam os poloneses.

Amargamente desiludidos pelos exageros de seu próprio nacionalismo, o povo alemão, após a derrota hitlerista, acreditou sinceramente em reencontrar uma nova razão de viver na edificação progressiva de uma Europa Ocidental unida. O declínio dessa esperança a conduz, pouco a pouco, a duvidar do futuro.

Êste não é, fatalmente, determinado pela existência de uma tensão entre a República Federal Alemã e a União Soviética, fato freqüentemente esquecido pelos homens de Estado do Ocidente. O problema é muito mais vasto e humano; é o das relações entre russos e alemães e, num sentido mais geral, dos laços que se formaram ao longo da história entre alemães e o Leste europeu. Tais relações sempre foram ricas em contribuições de tôda a natureza: culturais e econômicas.

Até a época de Bismarck, as relações germano-russas foram muito amigáveis. A imagem de uma inimizade histórica, tradicional, entre germanos e eslavos não corresponde absolutamente a inquestionável fatalidade.

Com exceção dos poloneses, sempre em litígio com seus vizinhos, e, em menor escala, dos tchecos, a maioria dos povos do Leste (eslovacos, húngaros, búlgaros, rumenos, croatas) sempre mantiveram proveitosas relações com o mundo germânico. A importância dessas recordações aparecerá maior ainda se nos lembrarmos que a chave dos problemas de vulto que se apresentam à política alemã, está atualmente nas mãos de Moscou. O Leste europeu terá pois, hoje como ontem, um lugar importante nas preocupações da Alemanha. O equilíbrio existente atualmente entre a Europa Atlântica, tão fracamente estruturada, e a Europa sovietizada é talvez tão precário quanto o de uma balança que ignoremos para que lado penderá a seta indicadora.

O Ocidente erraria se esquecesse que uma simples modificação de influências poderia modificar êsse equilíbrio e mudar completamente o futuro de nosso continente.

6. Sudeste europeu e Mediterrâneo

O sudeste europeu e o Mediterrâneo são objetivos diferentes que se ligam aos interêsses da URSS na outra metade de seu baluarte: bacia do Danúbio e Bálcãs. Enquanto que o domínio de Moscou sôbre o triângulo Praga — Pankow — Varsóvia serve de base a sua "política quente" em relação à Europa Ocidental, o triângulo Budapeste — Bucareste — Sofia só assumiu uma importância crescente após a penetração da frota russa no Mediterrâneo. Foi estabelecida uma ligação entre a pressão frontal do Exército Vermelho, fixando as fôrças européias entre o mar Báltico e os Alpes, e o avanço pelo Mediter-

râneo, de sorte a colocar a Europa Ocidental entre os dois braços de uma tenaz.

A OTAN, decidindo pela admissão da Turquia e da Grécia em seu seio, pensava poder impedir o desembocar do poderio naval soviético do mar Negro.

O ferrôlho mostrou ser ineficaz. Por meio de uma manobra em grande estilo, a União Soviética soube aproveitar o conflito de Suez em 1965 para se imiscuir em nossas querelas com o Mundo Árabe, proclamar seu direito de palavra em todos os problemas do Oriente Médio e dos mares que o envolvem e adotar, pouco a pouco o papel de potência mediterrânea. Para provar que não se trata de uma intervenção passageira e sim de uma política de presença metòdicamente programada, vários fatos podem ser invocados:

— as entregas constantes de armamentos aos países árabes. Tais entregas ultrapassam, de muito, as quantidades que seriam necessárias a fins puramente defensivos ,o que demontsara claramente a vontade da URSS não de manter o "statu quo" mas o de promover mudanças que a favoreçam.

— as aparições cada dia mais freqüentes de navios de guerra soviéticos que cruzam o Mediterrâneo nas águas patrulhadas pelas fôrças navais da OTAN e da VI esquadra americana. Sua presença concretiza a influência crescente que, sob o manto de proteção, o Kremlin se esforça por exercer sôbre os países árabes, sobretudo àqueles mais agitados por movimentos revolucionários.

— o nôvo programa de construções navais que prevê, na URSS, a construção acelerada de cruzadores porta-mísseis, porta-aviões, navios de desembarque. Tal programa vem em apoio à transformação da estratégia naval soviética, até então orientada para os mares interiores, para uma estratégia oceânica.

A firmeza do govêrno de Ancara permitirá ao Ocidente, durante algum tempo ainda, não se alarmar muito com a presença da frota russa nas águas do Mediterrâneo pois essa frota só poderá se recuperar e reabastecer, no momento, através dos Dardanelos. Moscou porém não mede esforços no sentido de conquistar os turcos para sua esfera de influência pois visa a obter, um dia, maior flexibilidade na aplicação do Tratado de Montreux de 1936 que regula a passagem de navios pelo estreito entre os mares Negro e Mediterrâneo. Assim, de um ou outro modo, seja pela fôrça ou pelas negociações, ou ainda por uma combinação de ameaças e seduções, veremos reabrir-se a velha questão dos Dardanelos.

Por outro lado, a evolução da situação no Bósforo não é o único meio pelo qual a Rússia pode pensar para o ulterior incremento de sua esquadra no Mediterrâneo. Essa esquadra não poderá atingir um grau de poderio suficiente se não puder contar com

vantagens. Primeiro êle atiça no Ocidente a desconfiança, sempre viva, que traz à lembrança de lutas passadas e em segundo lugar, agita o espectro do belicismo germânico para manter sob seu domínio os povos satélites, à frente dos quais se colocam os poloneses.

Amargamente desiludidos pelos exageros de seu próprio nacionalismo, o povo alemão, após a derrota hitlerista, acreditou sinceramente em reencontrar uma nova razão de viver na edificação progressiva de uma Europa Ocidental unida. O declínio dessa esperança a conduz, pouco a pouco, a duvidar do futuro.

Êste não é, fatalmente, determinado pela existência de uma tensão entre a República Federal Alemã e a União Soviética, fato frequentemente esquecido pelos homens de Estado do Ocidente. O problema é muito mais vasto e humano; é o das relações entre russos e alemães e, num sentido mais geral, dos laços que se formaram ao longo da história entre alemães e o Leste europeu. Tais relações sempre foram ricas em contribuições de tôda a natureza: culturais e econômicas.

Até a época de Bismarck, as relações germano-russas foram muito amigáveis. A imagem de uma inimizade histórica, tradicional, entre germanos e eslavos não corresponde absolutamente a inquestionável fatalidade.

Com exceção dos poloneses, sempre em litígio com seus vizinhos, e, em menor escala, dos tchecos, a maioria dos povos do Leste (eslovacos, húngaros, búlgaros, rumenos, croatas) sempre mantiveram proveitosas relações com o mundo germânico. A importância dessas recordações aparecerá maior ainda se nos lembrarmos que a chave dos problemas de vulto que se apresentam à política alemã, está atualmente nas mãos de Moscou. O Leste europeu terá pois, hoje como ontem, um lugar importante nas preocupações da Alemanha. O equilíbrio existente atualmente entre a Europa Atlântica, tão fracamente estruturada, e a Europa sovietizada é talvez tão precário quanto o de uma balança que ignoremos para que lado penderá a seta indicadora.

O Ocidente erraria se esquecesse que uma simples modificação de influências poderia modificar êsse equilíbrio e mudar completamente o futuro de nosso continente.

6. Sudeste europeu e Mediterrâneo

O sudeste europeu e o Mediterrâneo são objetivos diferentes que se ligam aos interêsses da URSS na outra metade de seu baluarte: bacia do Danúbio e Bálcãs. Enquanto que o domínio de Moscou sôbre o triângulo Praga — Pankow — Varsóvia serve de base a sua "política quente" em relação à Europa Ocidental, o triângulo Budapeste — Bucareste — Sofia só assumiu uma importância crescente após a penetração da frota russa no Mediterrâneo. Foi estabelecida uma ligação entre a pressão frontal do Exército Vermelho, fixando as fôrças européias entre o mar Báltico e os Alpes, e o avanço pelo Mediter-

râneo, de sorte a colocar a Europa Ocidental entre os dois braços de uma tenaz.

A OTAN, decidindo pela admissão da Turquia e da Grécia em seu seio, pensava poder impedir o desembocar do poderio naval soviético do mar Negro.

O ferrôlho mostrou ser ineficaz. Por meio de uma manobra em grande estilo, a União Soviética soube aproveitar o conflito de Suez em 1965 para se imiscuir em nossas querelas com o Mundo Árabe, proclamar seu direito de palavra em todos os problemas do Oriente Médio e dos mares que o envolvem e adotar, pouco a pouco o papel de potência mediterrânea. Para provar que não se trata de uma intervenção passageira e sim de uma política de presença metòdicamente programada, vários fatos podem ser invocados:

— as entregas constantes de armamentos aos países árabes. Tais entregas ultrapassam, de muito, as quantidades que seriam necessárias a fins puramente defensivos ,o que demontsara claramente a vontade da URSS não de manter o "statu quo" mas o de promover mudanças que a favoreçam.

— as aparições cada dia mais freqüentes de navios de guerra soviéticos que cruzam o Mediterrâneo nas águas patrulhadas pelas fôrças navais da OTAN e da VI esquadra americana. Sua presença concretiza a influência crescente que, sob o manto de proteção, o Kremlin se esforça por exercer sôbre os países árabes, sobretudo àqueles mais agitados por movimentos revolucionários.

— o nôvo programa de construções navais que prevê, na URSS, a construção acelerada de cruzadores porta-mísseis, porta-aviões, navios de desembarque. Tal programa vem em apoio à transformação da estratégia naval soviética, até então orientada para os mares interiores, para uma estratégia oceânica.

A firmeza do govêrno de Ancara permitirá ao Ocidente, durante algum tempo ainda, não se alarmar muito com a presença da frota russa nas águas do Mediterrâneo pois essa frota só poderá se recuperar e reabastecer, no momento, através dos Dardanelos. Moscou porém não mede esforços no sentido de conquistar os turcos para sua esfera de influência pois visa a obter, um dia, maior flexibilidade na aplicação do Tratado de Montreux de 1936 que regula a passagem de navios pelo estreito entre os mares Negro e Mediterrâneo. Assim, de um ou outro modo, seja pela fôrça ou pelas negociações, ou ainda por uma combinação de ameaças e seduções, veremos reabrir-se a velha questão dos Dardanelos.

Por outro lado, a evolução da situação no Bósforo não é o único meio pelo qual a Rússia pode pensar para o ulterior incremento de sua esquadra no Mediterrâneo. Essa esquadra não poderá atingir um grau de poderio suficiente se não puder contar com

bases mais sólidas do que as que ela possui atualmente no Egito e na Síria e, principalmente, se ela ficar privada de bases costeiras que as fôrças armadas soviéticas possam alcançar por via terrestre.

Para remediar tal inconveniente, a costa do mar Egeu e a do Adriático poderiam vir a constituir um objetivo cobiçado pela política moscovita. Atingir as margens do Adriático daria à URSS o contrôle do canal de Otranto, o acesso ao mar Jônico, face as orlas sul da costa italiana e nas proximidades imediatas da bacia do Mediterrâneo Ocidental. Os progressos dessa estratégia, ao mesmo tempo terrestre e naval, poderiam ser apoiados por uma fôrça aérea russa baseada nos Bálcãs. O raio de ação dessa aviação se estenderia a oeste até Gibraltar, a sudoeste até o Egito e isolaria a Turquia e a Grécia do Ocidente, facilitando as ligações por ponte aérea com os países da África do Norte.

Não é lançando-se deliberadamente em uma aventura militar que os soviéticos poderiam tentar tais objetivos, porém êles não deixariam, para se aproximar dêles, de aproveitar as oportunidades que lhes podem ser propiciadas pela hábil aplicação de seus métodos subversivos. Neste domínio os pontos de amarração de sua "política quente" nos parecem bastante numerosos, seja na Macedônia onde êles poderiam lançar mão das históricas rivalidades entre os sérvios e os búlgaros e entre os gregos e albaneses, seja na Iugoslávia onde êles poderiam ser tentados a reviver as antigas rivalidades das populações que a compõem, isso no caso do desaparecimento do Marechal Tito. Não se deve desprezar também a Grécia em si, onde a situação interna pode dar lugar a várias surprêsas.

Para a execução de ações através os Bálcãs, em direção ao Mediterrâneo, o grupo dos países satélites do sul (o triângulo Sofia — Bucareste — Budapeste) fornece à política soviética a base indispensável. Eis por que os "donos" do Kremlin não podem tolerar uma política de abrandamento e de liberalização — que seria prejudicial a sua influência na Hungria, Rumânia e Bulgária — e fizeram o que fizeram com a Tcheco-Eslováquia. Qualquer evolução política que, sob o pretexto de se tornar mais flexível, ultrapasse os limites fixados pelo Kremlin terá contra ela as mesmas fôrças de repressão que varreram, com seu poderoso sôpro, os eflúvios de primavera de Praga. Se as represálias de Moscou se chocassem, nessas regiões, com resistências armadas de certo vulto, o desenvolvimento da crise poderia resultar em sério perigo para a própria Europa Ocidental. Não devemos ter a ingenuidade de pensar, como fazem certos políticos, que o "abrandamento", tão propício a fazer adormecer as suspeitas do Ocidente, pode da mesma maneira, quebrar os grilhões que o poder soviético impõe aos povos dos países satélites.

Deixemos de nos espantar com o vigor e a dureza com as quais o Kremlin amordaçou a Tcheco-Eslováquia. Se esta fôsse liberada

da tutela que lhe é imposta, seria aberta uma brecha, no centro do baluarte soviético, com uma profundidade de 300 km que separam os montes da Boêmia dos Cárpatos. Será que então a hegemonia moscovita sôbre outros satélites não estaria também comprometida? O que teria acontecido então com o progresso que os soviéticos fazem no Oriente-Médio e na África do Norte?

7. Primazia atual do teatro do Mediterrâneo

Apesar do mal-estar que podemos constatar para além da cortina de ferro, se nos perguntassem onde se situam, presentemente, os focos mais perigosos de crise para nosso continente, nossas vistas se voltariam, imediatamente e fora de qualquer dúvida, para a bacia do Mediterrâneo, se bem que os Governos de nossos países da Europa Ocidental pareçam avaliar mal as estreitar relações estratégicas que existem entre os inquietantes progressos do poderio soviético no flanco oriental da OTAN. Ficamos pasmos de ver com que facilidade a maioria dêsses governos relegam, aos americanos ou à ONU, o cuidado de decidir em questões, para êles absolutamente vitais, que têm lugar na bacia do Mediterrâneo ou nas orlas desta e cuja solução pode afetar, de modo duradouro, o futuro da África e do Oriente Médio.

O Ocidente europeu deve se unir para fazer-se ouvir e manifestar realmente sua presença na solução de tais problemas. Caso contrário, não escaparemos, no futuro, ao cêrco soviético.

Acontecimentos gritantes como a sujeição da Tcheco-Eslováquia e as manobras russas no Mediterrâneo devem bastar para nos abrir os olhos. A política de "abrandamento" só pode ter valor para o Ocidente se fôr apoiada por um poderoso conjunto de fôrças e uma vontade européia nitidamente expressa. E, mesmo que isso fôsse conseguido, não valeria de nada se o desejo de paz não fôsse acompanhado pela decisão de resistência ativa.

Não nos iludamos com palavras vãs. Se os povos europeus que permaneceram livres não tiverem a coragem de reconhecer e enfrentar essas duras verdades, só lhes restará confessar sua impotência política, ela própria fruto e reflexo da impotência militar para a qual o Ocidente se arrisca a cair.

A DEFESA NACIONAL

PESQUISA

1 — A evolução da revista A DEFESA NACIONAL deve estar condicionada às necessidades de informações e conhecimentos de seus leitores, cujas tendências e preferências podem se alterar a cada ano. Influem nessa alteração, entre outras, as seguintes razões:

— Exercício de encargos ou funções novas, que abrem perspectivas diferentes e exigem atualização ou aquisição de outros conhecimentos sôbre vários setores da atividade humana.

— Surgimento de fatos ou evolução constante de acontecimentos de âmbito nacional ou mundial.

— Influência de outros meios de comunicações.

— Necessidade de atualização profissional.

2 — Coerente com êsse ponto de vista, A DEFESA NACIONAL organizou o presente Questionário, certa de que contará com seu interêsse e solicita a sua rápida devolução devidamente preenchido, para que possa ser útil à coleção de 1969.

3 — Assinale com *S* ou *N*, à direita de cada pergunta:

a) Recebe regularmente a Revista? .....

b) Recebeu o número referente a Jul-Agô? .....

c) Costuma comentar com outros companheiros os assuntos tratados em sua revista? .....

d) Outros companheiros comentam com o senhor temas publicados na revista? .....

e) Coleciona artigos da revista? .....

f) Em seus estudos ou trabalhos profissionais, consulta a revista? .....

A DEFESA NACIONAL

PESQUISA

1 — A evolução da revista A DEFESA NACIONAL deve estar condicionada às necessidades de informações e conhecimentos de seus leitores, cujas tendências e preferências podem se alterar a cada ano. Influem nessa alteração, entre outras, as seguintes razões:

— Exercício de encargos ou funções novas, que abrem perspectivas diferentes e exigem atualização ou aquisição de outros conhecimentos sôbre vários setores da atividade humana.

— Surgimento de fatos ou evolução constante de acontecimentos de âmbito nacional ou mundial.

— Influência de outros meios de comunicações.

— Necessidade de atualização profissional.

2 — Coerente com êsse ponto de vista, A DEFESA NACIONAL organizou o presente Questionário, certa de que contará com seu interêsse e solicita a sua rápida devolução devidamente preenchido, para que possa ser útil à coleção de 1969.

3 — Assinale com *S* ou *N*, à direita de cada pergunta:

a) Recebe regularmente a Revista? .....

b) Recebeu o número referente a Jul-Agô? .....

c) Costuma comentar com outros companheiros os assuntos tratados em sua revista? .....

d) Outros companheiros comentam com o senhor temas publicados na revista? .....

e) Coleciona artigos da revista? .....

f) Em seus estudos ou trabalhos profissionais, consulta a revista? .....

A INFLAÇÃO EM GERAL E NO BRASIL

Ten Cel Eng (QEMA)
DARINO CASTRO REBELO

"Quando os preços sobem muito aceleradamente, torna-se claro, até mesmo aos que não são especuladores, que é loucura conservar dinheiro durante qualquer período de tempo."

KENNETH E. BOULDING.

1. INTRODUÇÃO

A inflação é um fenômeno econômico de aumento geral e cumulativo de preços. Diz-se geral, porque envolve tôda a economia e não apenas alguns setores e, cumulativo, porque o aumento é progressivo, não se verificando de uma vez, como sucede numa elevação geral de impostos. Habitualmente, a inflação significa apenas uma tendência ascendente dos preços. Pela definição keynesiana, a inflação não é mais do que um excesso de procura agregada sôbre a oferta global, em condições de pleno emprêgo, isto é, quando a quase totalidade em condições de pleno emprêgo, isto é, quando a quase totalidade dos trabalhadores está empregada. Muitos economistas julgam não ser a inflação de geração espontânea, preferindo aceitar como causa "um excesso de procura sôbre os recursos normais de que dispõe uma economia".

O Professor Eugênio Gudin conceitua a inflação como um estado de coisas em que há mais dinheiro do que mercadorias e serviços para serem comprados e que, da disputa, então verificada, entre muito dinheiro querendo comprar e pouca mercadoria para ser vendida, resulta evidentemente uma alta de preços. Esta alta de preços decorre: primeiro, da oferta excessiva de dinheiro em relação às mercadorias e, segundo, da procura adicional determinada pela perspectiva de preços cada vez mais elevados. "O consumidor procura comprar antes que os preços subam mais e os negociantes procuram abastecer-se hoje para vender mais caro amanhã."

Várias teorias tentam explicar o fenômeno inflacionário. Para uns economistas a inflação resulta de um incremento de fluxo monetário (moeda manual e moeda bancária) mais rápido que o do fluxo real de bens e serviços produzidos. Por isso os adeptos desta corrente, chamados monetaristas, costumam dizer que a "inflação

se caracteriza por uma grande quantidade de moeda perseguindo pequena quantidade de mercadorias". Para outros, a inflação decorre de uma procura global de bens e serviços superior à oferta, enquanto outros acham a inflação como a tentativa dos diversos grupos sociais de obterem parcelas do produto nacional que, somadas, ultrapassam o total atualmente produzidas.

Para os monetaristas, a moeda comporta-se como medida de valôres. Subindo os preços por efeito de maiores compras, ela registra a alta, perdendo parte de seu valor, porque precisa-se de mais dinheiro para comprar a mesma quantidade de mercadoria — o poder de compra do dinheiro diminui pelo aumento dos preços, elevando, dêste modo, o custo de vida.

2. OS MALES DA INFLAÇAO

O processo inflacionário apresenta inúmeros inconvenientes. Entre êles são citados a redução do poder aquisitivo das classes de rendimentos fixos, o encorajamento de investimentos especulativos, o desestímulo às exportações e as dificuldades trazidas aos cálculos econômicos dos preços reais. Dois são os sinais de perigo que revelam ter a inflação progredido demasiado:

— *O aparecimento de uma espiral salário-preço.* Experimentando o custo de vida uma rápida elevação, os trabalhadores passam a lutar por salários mais altos. No entanto, os grandes aumentos de salários provocam custos mais elevados e, conseqüentemente, determinam novos aumentos de preços, mantendo-se a economia, dêste modo, dentro de um círculo vicioso, o que termina por gerar a insatisfação social.

— *A desconfiança em relação à moeda.* Perdida a confiança da moeda, pela redução constante de seu poder de compra, ninguém mais quer reter em mãos o dinheiro. Procura-se melhor aplicação em depósitos bancários, e passa-se a desfazer dos títulos públicos com que se enfraquece tôda a estrutura financeira do país.

Os males de uma inflação não se restringem ao campo da economia interna, afetam também a situação internacional do país. A alta progressiva dos preços provoca a fuga de dinheiro para o exterior e desestimula as exportações. Os preços dos artigos nacionais tendem a crescer, enquanto as importações de países de preços estáveis tendem a aumentar. Caindo as exportações, a única forma de evitar o desequilíbrio do balanço de pagamentos é a desvalorização da moeda, isto é, a redução da taxa de câmbio (um dólar passará a valer mais cruzeiros), na mesma rapidez, ou mais ràpidamente ainda, que a alta dos preços. Mas uma taxa de câmbio deteriorada estimula a exportação de capital, ficando o

govêrno no seguinte dilema: se permitir a queda da taxa de câmbio, os capitais tendem a emigrar; se mantiver a mesma taxa, o país exportará menos e importará mais, criando dificuldades para o ajuste da balança de pagamentos.

3. TIPOS DE INFLAÇÃO

Os economistas costumam classificar, entre outros, os seguintes tipos de inflação:

— *Inflação aberta* — Quando o excesso da procura global sôbre a oferta global se manifesta sob a forma de uma elevação comulativa de preços. A pressão inflacionária resulta, especialmente, do procedimento de compradores e vendedores. Os primeiros passam a comprar mais, intensificando a tensão relativa à procura, enquanto os segundos passam a estocar mercadorias (o que diminui a oferta) e a calcular seus preços de venda, não mais em decorrência do custo efetivo, mas sim, de um custo futuro, estimado, quase sempre exagerado. O sôpro inflacionário ainda aumenta mais pelo clima psicológico que se forma, sensível à inflação. Mantida a aceleração dos preços, a inflação atinge o seu paroxismo na forma de inflação galopante ou hiperinflação, transformando-se na concepção do Dr. Abs, economista alemão, em uma verdadeira septicemia. Era a situação da Alemanha em 1923, quando os salários eram fixados semanalmente, em função dos preços estimados para a semana seguinte, e reajustados retrospectivamente, em decorrência da alta que se verificasse efetivamente. O Brasil viveu o clima de inflação aberta na época do "encilhamento".

— *Inflação latente ou reprimida* — Quando o aumento de preços é obstado por medidas especiais, como o racionamento, tabelamento de preços, política de equilíbrio orçamentário e contrôle do câmbio. Neste caso, convém observar que a política de combate à inflação não leva ao seu desaparecimento. A inflação continua "latente", embora sem alta violenta de preços, mas com procura ainda excessiva. O retôrno a uma situação normal só poderá efetuar-se progressivamente e só não será perigosa se fôr eliminada a mentalidade de expectativa de fim dos contrôles dos preços. Era o clima da Inglaterra após o término da II Grande Guerra, e do Brasil, atualmente.

— *Inflação conjuntural* — Quando aparece durante as expansões cíclicas. Resulta da pressão sôbre uma fase de prosperidade da economia, gerando uma crise, seguida de depressão, quando inexistem contrôles econômicos eficientes. É também chamada de inflação histórica.

— *Inflação estrutural* — É provocada por circunstâncias lentamente modificáveis (estrutura demográfica) ou por fatôres institucionais (políticos e econômicos) que acarretam inadaptações entre os fluxos monetários e os fluxos de bens e serviços. Segundo os

economistas das Nações Unidas (CEPAL), êste tipo é peculiar aos países subdesenvolvidos.

Considerando a origem da espiral de preços, costuma-se classificar a inflação nos tipos:

— *Inflação de procura* (Demand Pull) — Quando provém do excesso da procura sôbre a oferta de bens e serviços, em virtude de um decréscimo de produção e de taxa muito alta de incremento populacional. Situação que reinava no Brasil, de maneira mais aguda, nos anos de 1962 a 1965;

— Inflação de custos (Cost Push) — Quando se origina de um aumento autônomo de custos, ou seja, sem justificativa de acréscimo de procura. Sua causa mais corrente é uma exagerada elevação dos juros bancários (custo do dinheiro muito alto) e, por vêzes, grande elevação dos salários.

Convém ressaltar que os tipos mencionados não são rígidos, pois a inflação em geral é um fenômeno muito complexo. Caberá aos economistas pesquisar-lhes as causas em profundidade, a fim de melhor formular um plano estratégico de combate, sistemático e eficiente.

4. CUSTO DE VIDA NO BRASIL

A elevação dos preços é um dos males que aflige o Brasil desde a sua independência. Ao longo de 83 anos, de 1829 a 1912, o custo de vida, baseado em uma "composição de bens" composta de 18 itens essenciais, cresceu, em média, 5,5% ao ano. De 1912 até a II Guerra Mundial, o ritmo de elevação dos preços foi moderado, em tôrno de 7% ao ano, exceto na fase mais aguda da Grande Depressão americana (1929 a 1933), com grandes reflexos na economia mundial, em que os preços declinaram. Entre 1941 a 1946, a aceleração dos preços foi, aproximadamente, de 15%. No período de 1951 a 1958 subiu para 20%. A partir de 1959, coincidindo com a realização de grandes obras e da construção de Brasília, além do agravamento da situação política do País, os preços sofreram rápida elevação: 23,8% em 1960, 43,2% em 1961, 55,3% em 1962 e 80,6% em 1963.

No primeiro trimestre de 1964, o surto inflacionário chegou a alcançar 25% e, dada sua taxa de aceleração, poderia ter atingido 140% até o fim daquele ano. Graças à política antiinflacionária, corajosa e eficientemente adotada pelos dois governos revolucionários, o processo de aceleração dos preços foi contido, seguindo-se uma gradual desaceleração na taxa inflacionária: 86,6% em 1964, 45,4% em 1965, 41,1% em 1966, 24,5% em 1967 e 24% em 1968.

Atualmente o custo de vida está sob rigoroso contrôle do Govêrno, que adota como política desinflacionária a gradualista, visando a

reduzir a elevação dos preços de maneira bem dosada, para não prejudicar o desenvolvimento do País, o que aconteceria se a política seguida fôsse a de redução drástica (de choque).

5. CAUSAS HISTÓRICAS DA INFLAÇÃO BRASILEIRA

Várias são as causas de inflação no Brasil, que podem ser apontadas. É um processo com raízes profundas no passado. Mas êste não é um mal exclusivamente do Brasil. Podemos afirmar, sem mêdo de êrro, ser um fenômeno econômico mais ou menos freqüente, na história de todos os povos.

Entre nós, a inflação tem origem na armadura colonial, ideológica e econômica, que o Império herdou da ex-Colônia portuguêsa. Grandes foram as dificuldades iniciais que se propagaram no tempo. É muito conhecida a expressão que os oposicionistas lançavam ao Imperador: "O Império é o deficit". Efetivamente, poucos foram os saldos positivos dos orçamentos, naquela fase. De 1826, ano do primeiro orçamento votado, até 1888, só foram conseguidos encerrar com saldos, os seguintes exercícios: 1827, 1833-1834, 1834-1835, 1845-1846, 1846-1847, 1852-1853, 1856-1857 e 1888, isto é, sòmente oito exercícios apresentaram saldo positivo. Dêste modo, em 38 exercícios financeiros, o País teve de recorrer aos empréstimos externos ou à emissão, ou a ambos, para contornar as dificuldades.

No início da República, uma política econômico-financeira deslumbrada com a prosperidade industrial americana procurou despertar iniciativas industriais mediante o crédito concedido largamente. Com êsse fim, foram criados Bancos emissores e, graças a empréstimos muito fáceis, surgiram numerosas emprêsas, sem finalidade prática e sem base em valôres reais. Só no ano de 1890, fundaram-se no Rio de Janeiro 316 Bancos e Companhias, com capital nominal de mais de um milhão e seiscentos mil contos de réis. Fortunas faziam-se e desfaziam-se de uma hora para outra, em desenfreada jogatina na Bôlsa, de que participavam tôdas as classes sociais, desde os empregados domésticos até o mais alto figurão político. Êsse fenômeno conhecido por "encilhamento", denominação nascida da gíria turfista, começara durante o Gabinete Ouro Prêto e culminara com o Govêrno Provisório da República, quando Ruy Barbosa ocupava o Ministério da Fazenda. O último Ministério da Monarquia tinha planos de auxílio à lavoura desorganizada pela abolição. Pretendia também regulamentar as emissões, que se encontravam entregues a Bancos particulares. Mas, o enriquecimento fictício, fundado em ações e títulos de valor oscilante, resultou em tremendo "crack", que subverteu as fortunas ilusórias, deixando o País, por longo tempo, em completo marasmo econômico.

Desde então, as sucessivas emissões de papel-moeda para cobrir "deficits" orçamentários têm sido uma constante na República. A

conseqüência imediata é a elevação dos preços, reduzindo assim o poder de compra da moeda a tal ponto que se tornou necessária a mudança do nosso dinheiro para uma unidade de maior valor. Foi o que aconteceu em 1942 com a instituição do cruzeiro (passando o mil réis a valer um cruzeiro) e em 1967, quando apareceu o cruzeiro nôvo (passando mil cruzeiros a valer um cruzeiro nôvo).

Nos últimos anos, o processo inflacionário agravou-se perigosamente. Contribuiu para isto, além do aumento progressivo dos "deficits" (de 0,7% do Produto Interno Bruto em 1953, passou para 5,1% em 1962 e 5,3% em 1963), o aparecimento de uma série de distorções, virtualmente incompatíveis com uma política monetária equilibrada. Entre elas, contavam-se:

— grandes subvenções para cobrir "deficits" das autarquias;
— reajustamentos salariais com fundo político;
— desorganização do mercado de crédito e de capital;
— artificialismo das taxas de juros;
— atrofia das operações a longo prazo;
— contrôle desordenado do sistema de preços;
— tendência a proliferação de subsídios e subvenções;
— irrealismo das taxas cambiais;
— desestímulo aos investimentos sociais, notadamente no campo habitacional;
— afastamento dos setores privados dos investimentos de longo prazo de maturação.

6. COMBATE À INFLAÇÃO

Nos países subdesenvolvidos, os "deficits" do orçamento público constituem, via de regra, a causa fundamental do surto inflacionário. Os esforços devem concentrar-se, conseqüentemente, na sua redução ou eliminação, através de uma política baseada na contenção de dispêndios inúteis ou adiáveis, na eliminação de obras de fachada, no combate a tôda sorte de desperdícios, no aumento da eficiência da máquina administrativa e na adoção de uma planejamento integrado, realisticamente elaborado.

Para debelar a inflação, as Escolas econômicas são mais ou menos unânimes em preconizar a equalização das taxas de crescimento dos fluxos monetários (meios de pagamentos) com o fluxo de bens e serviços (Produto Interno Bruto). Apenas êles discutem o modo de emprêgo dessas medidas:

— os "estruturalistas" acham que o combate à inflação nos seus aspectos monetários deve ser acompanhado de mudança na estrutura do país;

— os "gradualistas" dão preferência a uma medicação desinflacionária amena para que "o paciente não venha a morrer da cura";

— outros acham que a inflação deve ser debelada em curto prazo mediante um "tratamento de choque", para sanear de pronto a economia e partir para a fase de desenvolvimento.

Mas ninguém se iluda; o combate a qualquer processo inflacionário é tarefa muito difícil, mesmo nas etapas iniciais, dado o grande número de variáveis do problema.

Além das dificuldades monetárias e dos desperdícios naturais inerentes ao processo, ainda restará anular os efeitos psicológicos. Apesar da evidência das medidas tomadas, durante algum tempo as pessoas acharão que os preços continuarão a subir. Por isso, constitui uma das tarefas mais importantes do Govêrno persuadir o povo de que os aumentos de preços chegaram ao fim ou se encontram em franca desaceleração. O que dificulta isto é a circunstância, até certo ponto contraditória, de ser preciso elevar os preços de alguns itens, como alimentos, transportes e serviços públicos, antes mantidos artificialmente baixos, para corrigir as distorções de preços no contexto da economia.

Numa segunda fase, todos os esforços mal encaminhados terão de ser devidamente corrigidos. O público deve ser convencido de que os preços ficarão sob contrôle, com vistas a desestimular a realização de compras adiáveis e, dêste modo, reduzir a demanda. Se isto acontecer, quem armazenou mercadorias na presunção de auferir lucros pela maior procura, começa a perceber que é uma ilusão. Daí por diante trata de liquidar os estoques. Por outro lado, os produtores de artigos exportáveis, mas que os vendiam no mercado interno, sentindo dificuldades na sua colocação, passam a pensar no mercado exterior. Com natural motivação e interêsse, tomam a iniciativa de pleitear, junto aos órgãos do Govêrno, medidas práticas para dinamizar as transações externas. Isto denota uma reversão de expectativa. Bem aproveitadas, essas transações começam a produzir bons resultados, com reflexos no equilíbrio do balanço de pagamentos, contribuindo para o restabelecimento da confiança exterior no País. (1)

Tôda luta antiinflacionária deverá, pelo menos, atacar as três frentes:

— reduzir as despesas governamentais para equilibrar o orçamento;
— disciplinar o crédito bancário, mantendo-o sob cerrado contrôle;
— estabelecer uma política salarial equilibrada, de modo a não permitir reajustamentos desproporcionais ao surto inflacionário.

(1) "Nossa perspectiva êste ano é de encerrarmos o balanço de pagamentos com um superavit de mais de 400 bilhões de dólares. E mais: nossas reservas brutas ultrapassaram hoje mais de 1 bilhão de dólares" (Palavras do Sr Ministro da Fazenda ao Jornal do Brasil de 7 Set 69).

As medidas desinflacionárias são, sem dúvida, impopulares. Cabe aos bons governos tomar as providências mais aconselháveis sem visar as fáceis popularidades. Foi o que aconteceu a Campos Sales (1898-1902) ao adotar uma política de absoluta "austeridade financeira", posta em prática pelo seu Ministro da Fazenda, Joaquim Murtinho, para arrancar o País da estagnação, motivada pelo "encilhamento".

7. LUTA ANTIINFLACIONÁRIA DA REVOLUÇÃO

Ao fim do primeiro trimestre de 1964, com a explosão do ritmo inflacionário, as distorções da economia do País haviam chegado a um ponto perigoso. Providências heróicas teriam de ser tomadas para evitar o caos econômico. Foi o que fêz o primeiro Govêrno saído da Revolução de 31 de março daquele ano.

No triênio 1964/1966, os pontos básicos da política desinflacionária tinham por meta a compressão dos "deficits" públicos, a contenção da massa monetária e a limitação dos reajustes salariais. Os resultados, embora inferiores aos que se esperavam, foram bem satisfatórios, pois conseguiu-se uma desaceleração no ritmo de aumento de preços, de 86,6%, em 1964, para 41,1% em 1966, além da elevação da taxa do Produto Interno Bruto de 1,6% em 1963, para 4,4% em 1966.

O segundo Govêrno revolucionário iniciou seu mandato em março de 1967, sob condições mais favoráveis, apesar de apresentar a economia sinais de estagnação. A característica principal da sua política foi seguir a anterior, isto é, continuar o combate à inflação, mas com o objetivo de promover também o desenvolvimento econômico acelerado e auto-sustentado. Com determinação e pertinácia, conseguiu reduzir a elevação dos preços, naquele ano, para 24,5% e, em 1968, para 24% (2). Melhores resultados foram conseguidos na taxa de crescimento do Produto Interno Bruto: 5% em 1967 e 6,5% em 1968, aproximando-se esta última das mais altas obtidas em tôda a história econômica do Brasil.

Hoje, a economia nacional está em franca expansão. As perspectivas para 1969 são bem animadoras, graças às providências governamentais ùltimamente tomadas, possibilitadas pelos têrmos do Ato Institucional n.º 5, consistindo na incorporação à Caixa da União de uma parte dos recursos dos fundos de participação Estadual e Municipal, a redução em 10% das despesas com a dispensa de funcionários públicos ociosos e a nova disposição adotada para a execução orçamentária, tudo visando à redução do "deficit" público, de modo a ficar em tôrno dos NCr$ 800 milhões, que representará

(2) Entre janeiro e agôsto do corrente ano a alta acumulada do custo de vida no Estado da Guanabara foi de 14,7%, enquanto que em igual período do ano passado foi de 17,5% (Jornal do Brasil de 6 Set 69).

cêrca de 1% do Produto Interno Bruto (PIB). (3) Êsse "deficit", em relação ao PIB, será mais de cinco vêzes menor do que o verificado em 1963, um ano antes da Revolução (4). A par dessas medidas, o Govêrno também está vivamente empenhado na redução do custo do dinheiro pela diminuição da taxa dos juros sôbre os empréstimos bancários, com vistas a estimular as atividades produtivas que necessitam de financiamentos para sua implantação, buscando assim, no dizer do Ministro Hélio Beltrão, "sócios do desenvolvimento em lugar de agiotas do desenvolvimento". Frutificadas tôdas estas providências, espera-se para o corrente ano uma taxa de crescimento superior à do ano passado, devendo situar-se em tôrno de 7%, uma das mais elevadas do mundo atual.

8. CONCLUSÃO

A inflação, qualquer que seja, é um mal, porque não se conhece país que se tenha desenvolvido à custa de processo inflacionário. Se a inflação monetária propiciasse o desenvolvimento econômico, não haveria nação pobre no mundo. Sem dúvida, esta é uma afirmação axiomática, tendo-se em vista o direito que têm os governadores de emitir dinheiro.

Há quem pense que a inflação pode contribuir para o crescimento real de um país, por ser um mecanismo de poupança forçada, não obrigatòriamente à custa da redução do padrão de vida, mas através de uma distribuição do incremento do produto nacional, tomando dos consumidores em benefício dos investidores. Isto é, na verdade, um reflexo que pode ocorrer num setor, mas não na economia global, pois como disse Roberto Campos, a inflação também tende a desestimular os investimentos em itens de infra-estrutura caracterizados por preços rígidos, como energia, transporte e comunicações, deslocando a propensão a investir para os setores dotados de flexibilidade de preços e de rentabilidade imediata, além de gerar uma desproporção no desenvolvimento industrial, já que as indústrias de bens de capital, por necessitarem de longo período de manutenção, passam a ter rentabilidade relativamente menor do que as indústrias leves. O aparecimento de taxas negativas de juros é outro modo de ocasionar má locação de investimentos. Êsses desequilíbrios induzidos pela inflação tendem a amortecer ou até mesmo sufocar a taxa de crescimento.

Mas a inflação não é o único mal de que pode sofrer uma economia. Graves são também a pobreza, a estagnação, o desemprêgo e

(3) Segundo o Senhor Ministro da Fazenda, o Govêrno não emitiu papel-moeda êste ano, até o fim do mês de agôsto (Jornal do Brasil de 7 Set 69).

(4) O Orçamento para 1970 prevê uma Despesa total de NCr$ 17.650.000.000,00 e uma Receita total de NCr$ 16.831.000.000,00, ficando um "Deficit" orçamentário de 820 milhões, que deverá representar cêrca de 0,75% do PIB (Orçamento para 1970 — Ministério do Planejamento e Coordenação Geral).

a má distribuição da renda nacional. Por isso, as medidas anti-inflacionárias adotadas não devem agravar os outros males da economia. Daí decorrem as maiores dificuldades aos economistas para formularem seus planos de combate à inflação, dentro do contexto da economia nacional.

No Brasil, a inflação tem sido crônica. Sua origem remonta ao período Imperial, através dos quase ininterruptos "deficits" orçamentários de uma estrutura de estilo colonial. Dado seu comportamento prolongado na economia do País, o povo parece que foi levado a se acostumar com ela. Entretanto, nas épocas em que estêve prestes a atingir a forma de inflação galopante ou hiperinflação, gerou crises econômicas, políticas e sociais, com tal gravidade, que exigiu providências corajosas para combatê-las. Isto nos robustece a crença de que é muito mais fácil entrar no processo inflacionário do que sair dêle, porque, ninguém se iluda, todo remédio empregado contra a inflação é amargo.

Qualquer luta antiinflacionária também é impopular. Assim, os governos voltados para a demagogia política e cortejadores da simpatia do povo, o que fazem é agravar o processo, através de obras de fachada, visando a autopromoção.

Aos governantes, conscientes da sua missão de bem servir, cabe a responsabilidade de promover o bem-estar social da coletividade. Sôbre êles recai o ônus da impopularidade, quando tomam medidas de longo alcance e de repercussões profundas, como é o caso de todo combate à inflação. Para tornar mais compreensíveis tais medidas, é imprescindível uma preparação psicológica do povo, através de divulgação de dados objetivos, de fácil entendimento. De acôrdo com a forma de combate, "gradualista" ou "de choque", os efeitos residuais inflacionários se prolongarão, mais ou menos, afetando a retomada do desenvolvimento econômico.

No período de 1962 a março de 1964, estivemos prestes a sofrer os efeitos de uma inflação galopante. Para conter inicialmente e depois reverter o processo da elevação dos preços, foi preciso um esfôrço extraordinário, desencadeado pelos dois governos revolucionários. A curva representativa do custo de vida poderia ser traçada com os seguintes dados: 43,2% em 1961, 55,3% em 1962, 80,6% em 1963, 86,6% em 1964, 45,4% em 1965, 41,1% em 1966, 24,5% em 1967 e 24% em 1968. Outro dado auspicioso, é a retomada do crescimento da taxa do Produto Interno Bruto: 1,6% em 1963, 3,1% em 1964, 3,9% em 1965, 4,4% em 1966, 5,0% em 1967 e 6,5% em 1968. (5)

(5) Considerando a taxa anual do incremento populacional de 30%, o crescimento "per capita" foi de 1,4% em 1963, de 0,1% em 1964, de 0,9% em 1965, de 1,4% em 1966, de 2% em 1967 e de 3,5% em 1968.

Prevê-se para o corrente ano a redução da taxa inflacionária para 20%, com nova queda para 15% em 1970, chegando a 10% em 1971.

Hoje, graças à nova mentalidade governamental imperante no País, a taxa inflacionária está muito abaixo da média verificada nos últimos quinze anos e com tendência para declinar cada vez mais. O surto inflacionário residual encontra-se sob absoluto contrôle, não apenas como requisito a propiciar um processo auto-sustentável de desenvolvimento, como para a realização dos objetivos de progresso social. Não temos dúvida que a perdurar a ação firme e decidida do Govêrno, daqui por diante o espantalho da inflação perderá gradualmente sua fisionomia negativa na economia nacional, para nossa tranqüilidade interna, para a consolidação do nosso crédito externo e para um crescente desenvolvimento integrado da economia nacional, permitindo colocar nossa Pátria, em futuro não distante, entre as nações mais prósperas da Terra. É o que esperam todos os que, livres das influências perniciosas externas, trabalham por um BRASIL GRANDE.

BIBLIOGRAFIA

— Princípios de Economia Monetária — Prof. Eugênio Gudin

— Introdução à Economia Monetária — James S. Duesenberry

— A Moeda — Paul Hugon

— Análise Econômica — Keneth E. Boulding

— Caminhos do Desenvolvimento — Antonio Dias Leite

— A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil — Werner Baer

— O Que Devemos Conhecer da Economia Política e das Finanças — Luiz Souza Gomes

— Situação Monetária, Creditícia e do Mercado de Capitais — EPEA

— Programa Estratégico de Desenvolvimento — 1968/1970 — Ministério do Planejamento e Coordenação Geral

— Conjuntura Econômica — Retrospecto de 1967 — Fundação Getúlio Vargas

— Macroeconomia — Dernburg e McDougall.

CONSIDERAÇÕES SÔBRE INFORMÁTICA

Cel Cav
GERALDO KNAACK DE SOUZA

O que é INFORMÁTICA?

Em sentido amplo, INFORMÁTICA significa o conjunto das técnicas para a reunião de informações, a ordenação, a conservação e a transmissão da informação.

Poderíamos dizer que é a técnica do emprêgo dos computadores nas atividades de INFORMAÇÕES.

O têrmo é nôvo e ainda não está incluído nos dicionários da língua portuguêsa.

É interessante notar, desde o início dêsse breve comentário, que o computador, mesmo o mais avançado, o ordenador, não chega a ser inteligente, isto é, não faz perguntas, não toma decisões e transmite informações tão boas quanto as que forem nêle registradas.

Em linguagem técnica de Informações estamos cuidadosamente utilizando a palavra *informação* e não a estamos confundindo com *informe*, o que permite ao leitor, assim colocado, compreender o nosso ponto de vista de programar no ordenador apenas informações.

A máquina não inquire e não decide, apresenta-nos com rapidez fabulosa, considerável quantidade de dados simples ou combinados prontos para servirem de base a decisões rápidas e corretas.

A grande vantagem do ordenador reside exatamente na rapidez com que põe à disposição do utilizador grande quantidade de dados bons, permitindo-lhe decidir bem em pouco tempo pelo conhecimento completo ou quase completo da situação ou do problema.

Em têrmos de direção ou chefia essa condição representa vantagens marcantes, em particular, sôbre os que não dispõem de semelhante organização, pelo conhecimento antecipado, fator de superioridade, já assinalado por SUN TZÚ, 500 anos AC: "O que capacita sábios soberanos e bons generais a combaterem, a conquistarem e a alcançarem resultados além dos obtidos pelos homens comuns é o conhecimento antecipado, que se não adquire aliciando dos espíritos, indutivamente da experiência ou por cálculo dedutivo e só se consegue de outro homem".

INFORMAÇÃO é conhecimento, atividade e organização. Poderia ser representada por um triângulo eqüilátero tendo por base a organização.

É conhecimento objetivo, que resulta de atividade permanente, insone e organização que permite armazená-lo para ser utilizado rà-

pidamente ou permitir a produção de novas informações.

A compreensão do valor da informação como elemento básico de tôda e qualquer decisão ou esclarecimento e a sua larga utilização, a nosso ver e conforme pregamos, seriam fatôres importantíssimos para que evoluíssemos da mentalidade misticista, característica dos subdesenvolvidos para a da eficiência.

Nos países subdesenvolvidos, muitos elementos, entretanto, contribuem para que a INFORMAÇÃO não desempenhe êsse papel, sendo o principal a própria mentalidade misticista, que não a estimula. Muitos utilizadores, os maiores interessados, não a desejam realmente, por despreparo, e, em conseqüência, as organizações de INFORMAÇÃO não se aperfeiçoam por falta de estímulo e produzem trabalho de baixa categoria, o qual, por sua vez, degrada a INFORMAÇÃO que, não raro, nessas condições, toma aspecto de simples intriga.

O círculo vicioso se estabelece e nada, ou muito pouco, se consegue pela INFORMAÇÃO no sentido de contribuir efetivamente para aquela evolução de mentalidades.

Pôsto o problema nesses têrmos, pode-se compreender a extensão da REVOLUÇÃO DA INFORMÁTICA no avanço que deverá proporcionar aos países subdesenvolvidos, prontos para a arrancada em direção ao desenvolvimento. A Revolução da Informática, na opinião de muitos, será mais fecunda que a "Revolução Industrial" do século XIX, produzindo verdadeira revolução nas atividades técnicas, econômicas, políticas, sociais e militares, tornando-se evidente que ela poderá proporcionar o impulso indispensável ao rompimento da barreira do subdesenvolvimento àqueles que já estão mais avançados ou mais lançados para fazê-los.

A utilização do ordenador só é possível através da técnica que impõe a INFORMÁTICA, que exige *definições claras*. Um computador poderá responder até sôbre estilo, desde que se defina precisamente e, em conseqüência, seja possível programar dados a serem combinados pela máquina, em respostas às possíveis indagações.

A colocação de dados na máquina decorre do trabalho a ser feito por um programador-analista ou por um analista e um programador que, após organizarem seus quadros ou tabelas de decisões ou respostas lógicas, vão gravar na memória do ordenador o que ela responderá com a velocidade da luz, quando fôr perguntada.

Torna-se fácil deduzir que essa nova técnica, a INFORMÁTICA, exige conhecer o conhecimento; disciplinar o conhecimento e saber o que fazer com massa de informações a ser posta à disposição do consumidor.

O trabalho do analista, no processamento, é elevado ao maior grau de importância e assim também no da reunião de dados ou informes para que não se perca tempo com matéria-prima de baixa categoria, ou não se cometam erros grosseiros e até mesmo desastrosos, utilizando-a.

A seleção dos informes, altamente importante, teve sua responsabilidade ultragravada, em

particular, pelo custo da operação, qualquer que seja o ângulo considerado.

Os erros desta fase do trabalho de Informações, simples pecados veniais, antes da INFORMÁTICA, passarão à categoria de pecados mortais, imperdoáveis. E aqui está o fulcro de tôda uma evolução de mentalidade a exigir produção de elevada qualidade e que não poderá aceitar qualquer coisa que se denomine apenas trabalho. Os homens terão de ser educados para assim produzirem e estaremos no limiar da mentalidade da eficiência que permitiu a conquista da LUA.

Os resultados dessa Revolução da INFORMÁTICA nos métodos de planejamento e coordenação acarretarão possìvelmente: o deslocamento do centro de poder nas organizações de emprêsas e instituições, os quais deverão constituir verdadeiros conjuntos integrados, nas organizações de emprêsas e instituições; restruturações das funções e de suas escalas hierárquicas; nova orientação educacional, evolução dos métodos de raciocínio e de execução dos trabalhos etc. e responderão por um nôvo comportamento das sociedades que a adotarem, quaisquer que sejam seus tipos de caráter, em busca de maior *eficiência.*

Conhecendo melhor, talvez, se avance mais no sentido da prudência e da humildade sem o que não será possível, a não ser esporàdicamente, produção de elevada qualidade, trabalho objetivo e eficiente colimando bem-estar.

Soou a hora dos homens de Informações. O computador revolucionará a atual mentalidade, mas acreditamos também que não possa ser utilizado fora de adequado comportamento, a ser adotado, simultâneamente, com o evoluir da mentalidade. O computador mal empregado é fator de embotamento. Êle, por si só, não é remédio miraculoso para todos os males de direção e comando.

Os homens de Informações não devem desperdiçar a experiência já adquirida. Evoluir quanto antes, pela incorporação de nova técnica e, no mínimo, de seus hábitos mais sadios como, por exemplo, o rigorismo da seleção, antes mesmo que se possa adquirir o "hardware", deve ser a direção a seguir.

A INFORMÁTICA, esta nova técnica, ampliou a perspectiva das informações, em todos os aspectos — conhecimento, atividade e organização — e abriu as portas à curiosidade dos espíritos mais lúcidos e mais jovens.

A Guerra Revolucionária leva o perigo comunista ao umbral de cada casa e a última frente se situa no espírito de cada cidadão!



SAUDAÇÃO AOS NOVOS GENERAIS

General-de-Exército
ANTÔNIO CARLOS DA SILVA MURICY

Três vêzes, todos os anos, neste mesmo salão, esta mesma cerimônia simples, igual, emocionante. A figura austera do nosso Ministro a presidir a sagração dos novos chefes do Exército. O anfiteatro dos Generais, dos comandantes de unidades, dos oficiais de gabinete e de estado-maior, dos velhos companheiros já retirados, de representantes das nações amigas, dos familiares, dos amigos, a testemunhar o instante máximo da vida profissional de valiosos soldados que, pelo muito que fizeram no passado e, principalmente, pelo muito que podem fazer ainda, no futuro, por sua Pátria, foram elevados ao generalato. As Agulhas Negras a trazer aqui, nas almas do noviciado militar, o aço das montanhas de nossa liberdade para a honra dos novos Generais da Nação. E, também, a voz do Chefe do Estado-Maior a dizer, aos que chegam à escalada final, a palavra do Exército, a confirmar a sagração, a transmitir confiança. Isso, três vêzes todos os anos e sòmente uma vez na vida de cada um. É sempre um mundo nôvo a começar, é sempre o Exército a reverdecer na renovação constante dos seus generais.

Êste momento não marca apenas o estágio final de uma longa ascensão, pois que chegar aqui é alcançar importante divisor e partir para cursos formadores de novas correntes. As águas que pela frente vão chegar serão as que apontarão na história a duradoura imagem da personalidade militar de cada um dos Senhores.

Vossas Excelências hão de ser para os pósteros não o que foram até aqui, mas o que forem a partir de aqui e de agora.

Bem sei que para alcançar êste divisor os Senhores confirmaram, ao longo de mais de três décadas, as qualificações que modelam a imagem do chefe autêntico. Não a imagem difusa de chefe abstrato, e distante, de chefe militar de um país qualquer, de um tempo qual-

quer. Mas a contextura tôda, de chefes bem brasileiros que, de pés no chão de nossa terra, estão conscientes do seu papel, porque, vividos e atentos às realidades de nossa Pátria, da nossa gente e de nosso tempo, na quadra histórica, de capital importância, em que vivemos.

O futuro de Vossas Excelências como Generais da Nação brasileira não depende da contemplação dêsse passado de êxitos que aqui os trouxe a todos. Depende, sim, da capacidade que tiverem de compreender a missão de general neste presente, nestes tempos de reconstrução e, ainda muito mais, na capacidade de pressentirem o amanhã.

Quando a Revolução de 31 de março veio permitir à nossa Pátria a retomada do seu caminho democrático de desenvolvimento, desenvolvimento que repousa na segurança e na tranqüilidade que lhes forem conferidas pelos homens que juraram servi-la para todo o sempre, necessita o general de hoje, com os olhos no porvir, consciente do seu papel, compreender que no momento atual, essa segurança se firma principalmente na união e na disciplina dos que vestem a gloriosa farda militar. Cumpre aos generais, assim, antes de mais nada, unir e reunir, pois que o desunir, o dividir, o desagregar estão à nossa volta. Fácil, muito fácil, a tarefa de separar os homens. Árdua a missão de somá-los a todos, para que se somem no esfôrço imenso de engrandecimento desta Nação.

O general de hoje, de um país que luta por vencer tôdas as pressões a fim de terminar de emergir do subdesenvolvimento na perfeita liberdade; de um país-continente em pleno período de integração; de um país desafiado pela guerra revolucionária já implantada em seu seio, precisa, mais do que nunca, ser um exemplo e ser um guia.

Nestes tempos de guerra psicológica muito mais que de guerra de canhões, em que há necessidades de exaltação dos valores morais, precisa o chefe afirmar-se como exemplo pela fidelidade aos princípios democráticos, pela capacidade de discernir o verdadeiro interêsse nacional, pela serenidade diante da ameaça e do perigo, pela humildade, pela sobriedade, pela energia sem excessos, pela firmeza a serviço da ação, e principalmente, pela moral e pelo civismo.

Se o general é exemplo e é guia é porque possui intrìnsecamente qualidades de coragem e de otimismo. Se a coragem física foi sempre considerada uma das virtudes essenciais do soldado, a coragem do general, física e principalmente moral, é a substância mesma que o faz digno do seu bastão de comando. Sua coragem é a coragem de decidir e de se manter fiel à decisão, é a coragem de conduzir e não ser conduzido, é a coragem de negar o que deva ser negado, é a coragem de calar quando todos falam e de dizer a palavra que deve ser dita quando todos silenciam. Seu otimismo é a expressão da sua confiança e da sua fé em sua missão, uma vez que sabe que a derrota inicia-se, sempre, em uma atitude mental. O general pessimista, o general sempre preocupado e sombrio, o general com desesperança e desalento não comanda, não dirige, está sòmente à frente de desalentados, de desesperançados, de preo-

cupados, de pessimistas, de homens que apenas esperam uma oportunidade para se renderem, de homens derrotados "a priori".

Mas para que o general seja bom exemplo e bom guia, permitam-me Vossas Excelências dizer-lhes nesta hora de afirmação, é necessário que seja mais severo consigo mesmo, que à volta de si. É preciso que vença suas próprias fraquezas, seu ego, suas suscetibilidades, suas vaidades, seus caprichos, colocando acima de tudo seus objetivos sãos, seu ideal, seu desejo de servir. O chefe, em qualquer escalão, e mais ainda quanto mais alto, não pode ser a ostentação ou a demagogia, o arbítrio ou a fraqueza, a intolerância ou a tolerância, a agitação ou a omissão, a centralização ou a alienação, o alarmismo ou a credulidade, mas sim, a energia serena, a compreensão, a ação consciente, a simplicidade, o espírito humano, a participação, a fé.

Senhores Generais!

Aí está a síntese mesma do papel de Vossas Excelências na fase de suas vidas que se inicia hoje, síntese que se fundamenta no próprio significado profundo da palavra que designa o pôsto que agora atingiram. — General. Capitão-General. Capitão. Cápita. Cabeça. Guia. O que conduz. O que leva ao destino. O que cumpre a missão e a faz cumprir. O que serve ao Exército. O que trabalha em silêncio, mesmo na incompreensão, falando pouco, ouvindo muito, velando mais ainda por assegurar a paz e a tranqüilidade a uma Nação que só precisa de tranqüilidade e de paz para construir sua grandeza.

Que Deus ajude Vossas Excelências a serem guias em nosso Exército, a serviço do Brasil!

ASSINATURA PARA 1970

Foi enviado com o exemplar de JUL/AGÔ, n.º 626, o cartão de renovação de assinatura de 1970. Muito agradecemos a atenção dos senhores assinantes em remeter-nos os mesmos, devidamente preenchidos, no prazo solicitado, 30 de novembro de 1969.

A Diretoria

RECORDAÇÃO DE UM JURAMENTO À BANDEIRA

Eng ISMAEL COELHO DE SOUZA (*)

Corria o ano de 1908. A 4 de janeiro era publicada a Lei número 1.860 que regularizava o sorteio e o alistamento militar e reorganizava o Exército.

A mocidade brasileira sentia que o Brasil precisava defender-se.

O incidente da canhoneira "Panther" em Santa Catarina e ameaças de países vizinhos pairavam no ar.

Parecia que estranhos desejavam tirar para si pedaços de nosso território. Outros almejavam conseguir a hegemonia da América do Sul.

Com os olhos voltados para o exterior, velava pela nossa soberania o grande Barão do Rio Branco, o demarcador de nossas fronteiras difinitivas.

Sua alta figura de grande brasileiro e grande diplomata impunha-se dentro e fora de nosso País como o sustentador de nossas velhas e dignas tradições.

Nesse período, eu cursava o 3.º ano da antiga Escola Politécnica e, como membro de seu Diretório Acadêmico, tomava parte nos movimentos dos estudantes de escolas superiores que vinham à rua, para protestar contra as ameaças lançadas ao Brasil.

Mas sentia-se que o Brasil estava desarmado, que nossa instrução militar não acompanhara o desolvimento que o Brasil, passado o período inicial e difícil da República, começava a aspirar e promover.

Não possuo elementos para assegurar que o velho Barão, apercebendo-se de nossa fraqueza militar, tivesse ou não trabalhado junto aos outros membros do Govêrno para ampliação de nossa estrutura militar, êle que precisava de fôrça para apoiar nossa defesa.

Havendo sido proclamada a lei do serviço militar obrigatório e de reorganização do Exército, dêsse modo poder-se-ia reestruturar em novos moldes sua organização.

Abriam-se à mocidade brasileira por essa lei, dois novos rumos, permitindo-lhe prestar à Pátria uma colaboração mais íntima e segura, sem perturbar suas atividades habituais.

Eram êles o voluntariado de manobras e a criação dos Tiros de Guerra.

(*) Engenheiro Civil e Bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas, formado em 1911 pela antiga Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

Essa oportunidade não é perdida pelos moços e apresentaram-se ao Exército, só nesta cidade, mais de 1.200 voluntários de manobras.

Eram moços de tôdas as classes sociais: comerciários, estudantes, funcionários e operários.

Apresentei-me no Quartel-General em junho de 1908 e de minha Escola mais três outros estudantes, mas é preciso dizer que o número total de alunos da Politécnica andava nessa época, em tôrno de uma centena apenas.

Passamos a receber instrução militar no pátio do velho Quartel-General, na Praça da República.

Era nosso instrutor o então Capitão Emílio Sarmento que estagiara no exército alemão. Era um oficial de grande cultura profissional, dedicado a seu mister, enérgico, mas de um trato pessoal que encantava a todos nós.

Diàriamente, menos aos domingos, das 6h da manhã até 8h30m e 9 h, duravam os exercícios.

Mais de uma vez, ao iniciarem-se os trabalhos de instrução lá estava o Barão do Rio Branco a assisti-los. Nosso instrutor ia cumprimentá-lo, enquanto nós ficávamos em posição de sentido. Êle porém pedia que não fôsse interrompido o exercício e ali permanecia.

Quando passávamos desfilando diante do Itamarati, quase sempre estava à sacada o Barão, a bater palmas para nós e isso era motivo de orgulho e incitamento.

Por isso afirmei que suspeitava: não teria êle agido para que nossas fôrças militares se desenvolvessem?

Recebemos uma farda cáqui onde sôbre as ombreiras havia um cadarço branco, distintivo de nossa qualidade de voluntários de manobra, e, mais tarde, uma farda de lã, túnica azul e calças "garance" para passeio.

Em 10 de setembro fui julgado apto para o serviço do Exército e jurei bandeira para ser incorporado ao 1.º Batalhão de Infantaria.

Ainda hoje, decorridos 60 anos, me recordo com saudade e orgulho da solenidade do juramento à bandeira.

Veio para o pátio, empunhada por um oficial e seguida de sua guarda de honra, uma velha bandeira que estivera na guerra do Paraguai, e nela se notavam alguns furos de bala.

Nós estávamos estendidos em uma longa fila indiana para o desfile diante da bandeira. Cada um um que a enfrentava, dobrava um joelho e a beijava.

Foi emocionante. Tive a impressão que à minha frente estava minha Pátria, que a ela me entregava totalmente, que nela me entregava e que, em troca, ela me abençoava.

Havia lágrimas nos olhos de alguns rapazes: Tôda a cena era de uma grande intensidade emotiva: o dobrar dos joelhos era um ato de adoração e o beijo era o amor que um filho transmitia à sua mãe.

Rufavam os tambores sem grande estrépito, soavam as trombetas transmitindo ao cenário um alto grau de solenidade.

Foi tão impressionante tudo que até hoje, ao rabiscar estas lembranças, eu me emocionei.

Nunca mais vi juramento de bandeira tão sério, tão solene e ao mesmo tempo tão tocante.

Veio no fim de setembro o período das grandes manobras, que se realizaram junto à baixada onde se construía, então, a atual Vila Militar.

Para lá seguiu o meu 1.º Batalhão de Infantaria.

Às 5 horas da manhã, saímos a pé da Praça da República até o Campo de São Cristóvão, onde se concentrariam outros corpos de tropa.

Passada a revista geral partimos para a Vila Militar também a pé, carregando não só nossas armas, como capote, mochila e metade do pano e armação da barraca. A mochila era uma caixa de madeira e o fuzil uma pesada Mauser. Presos ao cinturão estavam o cantil e duas pequenas cartucheiras de couro para a munição. Íamos armados em pé de guerra.

Cêrca de meio dia fizemos um grande alto frente à estação de Quintino da E.F.C. Brasil, para um almôço frio, com a matalotagem que cada um tivesse em seu bornal.

Ao transpor Cascadura enveredamos por uma pequena estrada de terra e areia em direção a Campinho.

Tinha-se a impressão que nessa estrada se dava um passo à frente e meio atrás. A marcha foi cansativa e ao anoitecer bivacamos num campo logo após o Campinho. Havia uma friagem de baixada e nos enrolamos nos capotes para dormir, após o toque de silêncio.

Cedo, ao romper o toque de alvorada que é dos mais lindos acordes que conheço, e logo após o café, nos movemos em direção ao acampamento nos terrenos da Vila Militar.

Ao descansarmos parte de nosso equipamento veio a ordem: os estudantes de engenharia deveriam *arruar* o acampamento do batalhão. Modestia à parte êle ficou lindo, com ruas para cada Cia., bom espaçamento entre barracas etc.

Pertencia eu à 2.ª Companhia que foi logo apelidada de "Imperial Companhia", porque dela faziam parte dois filhos do Presidente Affonso Penna, um filho do Barão do Rio Branco, já secretário de legação mas que veio da Europa prestar seu serviço militar, um filho de Rui Barbosa, o João, excelente camarada, e outros mais.

Minha barraca de tipo cônico cobria pequena área do chão. Era meu companheiro de barraca Octávio Penna, meu colega de turma que, de estatura pequena, nela se acomodava bem, mas eu comprido, tinha de dormir com os pés para fora.

Mas eu sou filho do interior do Estado do Rio e, tendo de me acomodar melhor fui com soldados do Batalhão e outros voluntários cortar nos arredores arbustos, secar sapé e improvisamos um rancho, provido de bancos laterais e coberto de sapé, e o chão forrado também de boa camada de sapé. A freguesia à noite era grande, porque o rancho não tinha paredes e assim era mais agradável ali dormir-se.

Nêle se recebiam visitas de pessoas das nossas famílias e um dia o Barão do Rio Branco lá também apareceu e foi uma das mais alegres recepções que ali se realizaram.

Começou a estação das chuvas, mas as manobras se realizavam sem interrupção, apesar da chuva e da lama. O banho era dentro dos tanques de água das obras de construção da Vila, e assim havia sempre um pequeno campo de nudistas nas redondezas.

O capitão comandante da minha 2.ª Cia. era um oficial inteligente, amigo, e obtinha dos soldados e de nós tudo quanto desejava para os exercícios.

Tínhamos de atacar como tropa de vanguarda o 38.º de Infantaria então aquartelado perto de Bangu. Havia um pontilhão na pequena estrada que para lá se dirigia defendido por duas peças de artilharia que já tínhamos localizado.

O capitão nos fêz dar uma volta e saímos mais adiante na retaguarda da ponte e, de surprêsa, aprisionamos as guarnições das peças de artilharia.

Essa foi nossa "1.ª Vitória", que nos encheu de alegria, e assim avançando, pràticamente encurralamos o 38.º, junto aos muros de seu quartel.

Era seu comandante o Cel Aché que, zangado, enviou um oficial com bandeira branca para parlamentar e com uma ameaça: se não nos retirássemos êle mandaria calar baioneta e avançaria contra nós.

Nosso capitão respondeu que recuaríamos e que se o batalhão avançasse de baioneta calada, êle abriria alas para que passasse, sem qualquer reação nossa.

Tudo parado. Momentos depois chegavam os árbitros da manobra, a cavalo, com sua escolta de lanceiros.

Um dos árbitros indagou de nosso capitão o motivo do alto que havíamos feito, e êle explicou-lhe o ocorrido.

Enquanto isso, descansávamos. Momentos depois vieram novas instruções. O 38.º sairia por uma pequena estrada de modo que a manobra continuasse.

Nosso capitão indagou de nós; vamos correr mais e fazermos outra surprêsa? — Resposta geral — Sim.

E recuamos um pouco e fomos esperar o 38.º dentro das valas laterais da tal estradinha. Tudo quieto, camuflados como podíamos, esperamos, e quando o 38.º já havia transposto a frente de nosso primeiro pelotão abrimos fogo de festim e o 38.º foi considerado derrotado. "2.ª Vitória".

Mas chegara o dia da manobra final. Nos terrenos da Vila Militar havia linhas férreas de Decauville, utilizadas para transporte dos materiais de construção, dos edifícios.

Aparece junto de nós um capitão de artilharia que precisava de alguns soldados e um sargento para auxiliar a tropa de seu "trem blindado".

Êste era constituído por uma pequena locomotiva e de dois vagões plataformas forrados e cobertos por lonas retiradas dos fardos de charque, exalando cheiro pouco agradável.

Lá fui eu de sargento, e o capitão dava ordens mescladas com palavras impublicáveis. Era um homem alto, forte, de uma atividade louca. Nosso "trem blindado" percorreu todo o campo de manobras sempre atirando, surpreendendo o "inimigo" que não des-

cobria nossa posição porque estávamos constantemente em movimento. Nosso trem recebeu elogios especiais ao final do "Combate".

Terminada a manobra regressamos ao quartel e em 30 de setembro passei a reservista de 2.ª categoria, recebi 6$500 réis e paguei um tapa-mira de meu fuzil.

Estava cumprido com alegria o meu dever de ter aprendido a defender minha terra, que é o mais alto dever de todo homem, e eu ficava a admirar nosso Exército, continuando a servi-lo sempre com o maior prazer.

Trinta e três anos depois, 16 de dezembro de 1941, Dia do Reservista, reunimos muitos dos antigos voluntários de 1908 no Gabinete do então Ministro da Guerra, Marechal Eurico Gaspar Dutra, que mandou lançar em nossas cadernetas o seguinte registo:

"Em 1941 — Dezembro 16 — Dia do Reservista.

"O Exército Nacional não se esqueceu do gesto de alta significação cívica da mocidade que em 1908 veio para os quartéis vestir a farda do soldado brasileiro.

Pondo diante dos moços de hoje a conduta dos voluntários especiais e de manobras de 1908, deseja, o Exército, que ela sirva de exemplo e de edificação a quantos tiverem a ventura de ser brasileiros.

O Ministro da Guerra de 1941, em nome do Exército, louva estes soldados de 1908 e com muita satisfação assina êste registro."

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1941.

EURICO G. DUTRA

Êste registo ficou assim iluminando com um brilho especial, minha modesta caderneta de soldado raso, reservista de 2.ª linha então, mas que hoje deve ser das últimas linhas da retaguarda de nosso valoroso Exército.

DADOS BIOGRÁFICOS

ISMAEL COELHO DE SOUZA

Cursos

— Engenheiro Civil e Bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas pela então Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1911.

Cargos Exercidos

— Diretor da Companie des Chemins de Fer de L'Est Bresilien;

— Consultor Técnico do Ministério da Viação;

— Diretor da Rêde Sul-Mineira;

— Inspetor-Geral da Companhia Docas de Santos;

— Assistente Técnico da Companhia Docas de Santos;

— Diretor-Secretário da Companhia Docas de Santos;

— Superintendente da Administração do Pôrto do Rio de Janeiro;

— Vice-Presidente da Companhia Siderúrgica Nacional;

— Presidente da Associação Brasileira de Administração de Portos, atualmente.

Condecorações

— É membro da Ordem do Mérito Militar e da Ordem do Mérito Naval e possui condecorações da Itália, Noruega, Bélgica e Portugal.

O Chefe, em qualquer escalão, e mais ainda quanto mais alto, não pode ser a ostentação ou a demagogia, o arbítrio ou a fraqueza, a intolerância ou a tolerância, a agitação ou a omissão, a centralização ou a alienação, o alarmismo ou a credulidade, mas sim a energia serena, a compreensão, a ação consciente, a simplicidade, o espírito humano, a participação, a fé.

Gen Ex Antonio Carlos da Silva Muricy

INSTRUÇÃO PELA TV

MODERNA E ATRAENTE MANEIRA DE APRENDER

Primeiros-Tenentes Com
JOSÉ ANTONIO MOREIRA XEXÉO (1)
LUIZ ERNESTO KRAU E SILVA (1)
CANDIDO FONSECA DA SILVA (1)

1. INTRODUÇÃO

O assunto do dia no campo educacional é, indiscutìvelmente, a TV Educativa. A televisão, meio de comunicações atualíssimo e de grande penetração, tem potencialidades imensas no campo cultural.

Uma pergunta de pronto nos assalta! Por que não colocar a TV — êsse "tremendo passo à frente nas técnicas educacionais" — ao lado dos MAI (meios auxiliares de instrução) preconizados pela Metodologia do Exército?

Em 28 de maio do corrente ano, o CURSO DE COMUNICAÇÕES da AMAN ministrou uma instrução a cadetes do Curso Básico, utilizando circuito fechado de TV. Acreditamos ter sido um dos primeiros passos no sentido de desenvolver um processo ultramoderno, em busca de economia de tempo, maior dinamismo e qualidade das instruções do Exército Brasileiro.

2. ORIGEM DA INSTRUÇÃO PELA TV NA AMAN

O programa de instrução do C Bas da AMAN prevê, na matéria COMUNICAÇÕES, duas horas do assunto Exploração Telefônica.

Percebendo que o assunto ficaria maçante, se ministrado de uma forma convencional a um grande número de cadetes (2) e sabendo que o Curso de Comunicações — mercê de sua especialização — possui maiores recursos materiais, a equipe encarregada da matéria resolveu trazer-nos o problema.

De imediato foi lembrada a existência do equipamento do circuito fechado de televisão existente no C Com. A instrução seria ministrada simultâneamente aos Pelotões de uma mesma Companhia (um Pelotão por sala de aula), ficando pois resolvidos os problemas de *visualização* dos procedimentos exigidos na Exp Tlf e *rodízio* — inevitável se quiséssemos dar a instrução a um grupo limitado de cadetes.

---

(1) Instrutor do C Com/AMAN.

(2) O 2.º ano do Curso Básico possui atualmente 342 cadetes

Durante a preparação, porém, resolvemos prejudicar a *simultaneidade* em favor de uma montagem que proporcionasse um grande rendimento de aprendizado, bem como impacto, abrindo caminho para posteriores aplicações de circuito fechado de TV em instruções, na AMAN.

Isto pôsto, ficou decidido que a instrução de Exp Tlf a ser dada aos cadetes do C Bas teria, em linhas gerais, os seguintes aspectos:

a. À medida que o instrutor falasse, os instruendos veriam as cenas correspondentes em receptores de TV instalados no anfiteatro (foto 1);



FOTO 1 — A assistência e o "Cap MOC". Observem o ponto luminoso no painel (o "flash" traiu momentâneamente a câmara)

b. Ao invés do instrutor haveria no púlpito um manequim fardado; um amplificador, sob o púlpito, daria impressão da voz vir do boneco (Cap MOC);

c. Os cadetes instruendos — sem o saber — seriam vistos e ouvidos pelos instrutores através de câmara e microfone camuflados no anfiteatro;

d. Haveria participação ativa dos cadetes de verificações do aprendizado. Em caso de êrro, uma "vaia eletrônica" puniria a falta. (Apesar de contra-indicado pela Metodologia foi observado por instrutores com curso no exterior que, em ilustração dêsse tipo, tal condicionamento produz ótimos resultados).

3. A MONTAGEM

a. *Generalidades*

Devido ao fato de ser uma primeira experiência, a montagem foi demorada e trabalhosa, tendo sido possível realizá-la por uma feliz coincidência: os cadetes de Comunicações estavam empenhados em atividades extracurso (4.º ano em SÃO PAULO e o 3.º ano em estágio de contraguerrilhas) dando-nos tempo para os trabalhos descritos abaixo.

b. *Sistema de Som* (gráfico 1)

Foram utilizados amplificadores e gravadores, com as seguintes finalidades:

1) Amplificador A-1

Enviar para o anfiteatro a voz do instrutor e dos personagens através dos microfones Mic 1 e 3 respectivamente.

2) Amplificador A-2

Permitir ao instrutor e ao operador dos gravadores ouvir o que era dito no anfiteatro, por meio de um microfone sensível colocado no teto (Mic 2) e de fones de cabeça, para evitar a realimentação pelo Amp A-1.

3) Gravador G-1

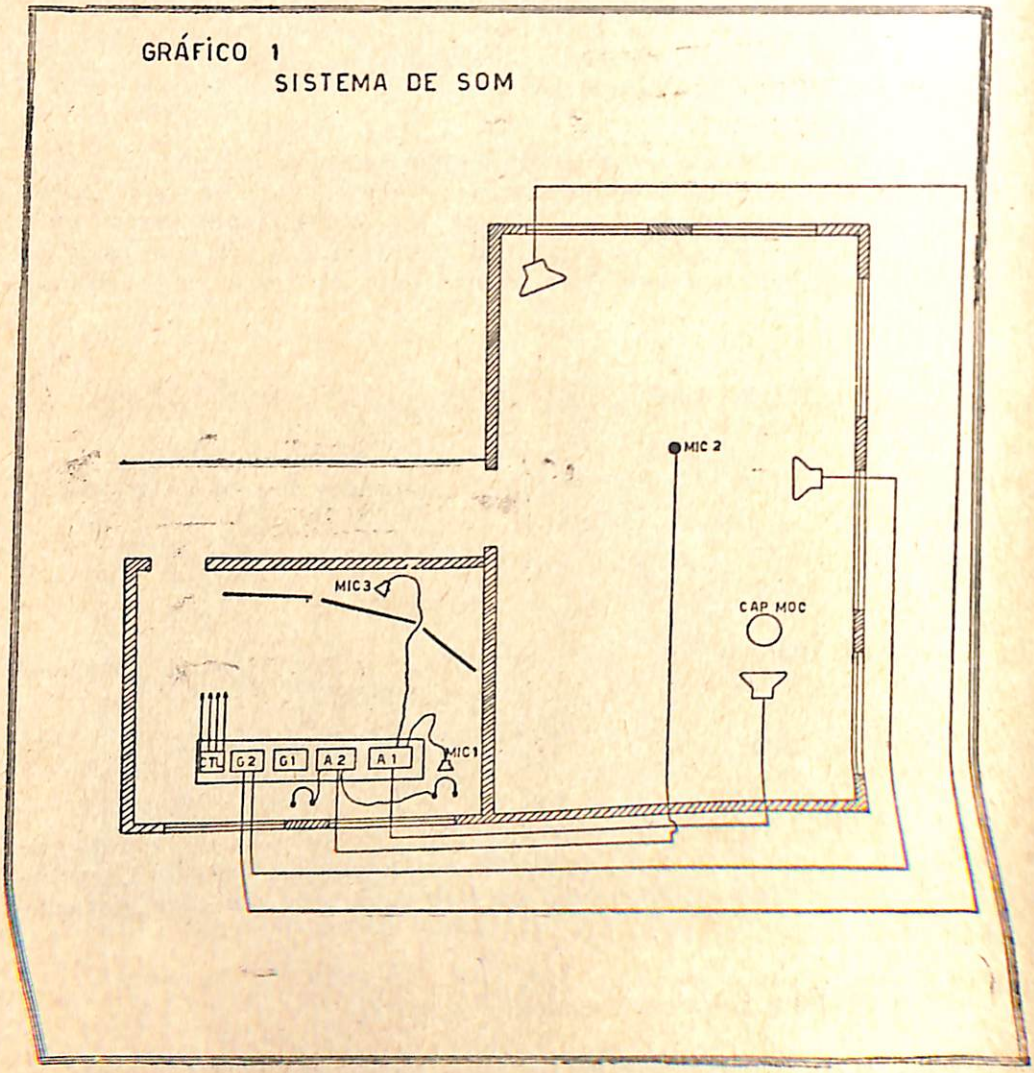
Reproduzir o texto gravado indispensável à mímica dos personagens caricatos. O som chegava à turma pelo Amp-A-1.

4) Gravador G-2

Gravador estereofônico para as seqüências gravadas, "vaia eletrônica" e música.

5) Central (Ctl)

Usada pelo contra-regra para o acionamento dos sistemas de anunciação dos Eqp Tlf no momento sugerido pela imagem.



c. *A Imagem* (gráfico 2)

O material de TV existente no C Com limita-se a duas câmaras, uma lente "zoom" (grande aproximação) e três monitores (receptores) de 23". Juntamente com um projetor de "slides" o material de TV foi usado como se segue:

1) Câmara 1, com lente "zoom" (C-1)

No estúdio, para enviar aos instruendos as ações dos figurantes ou dos "slides" projetados;

2) Câmara 2 (C-2)

Camuflada no anfiteatro, atrás do painel Exp Tlf (vide ponto luminoso na foto 1);

3) Monitores

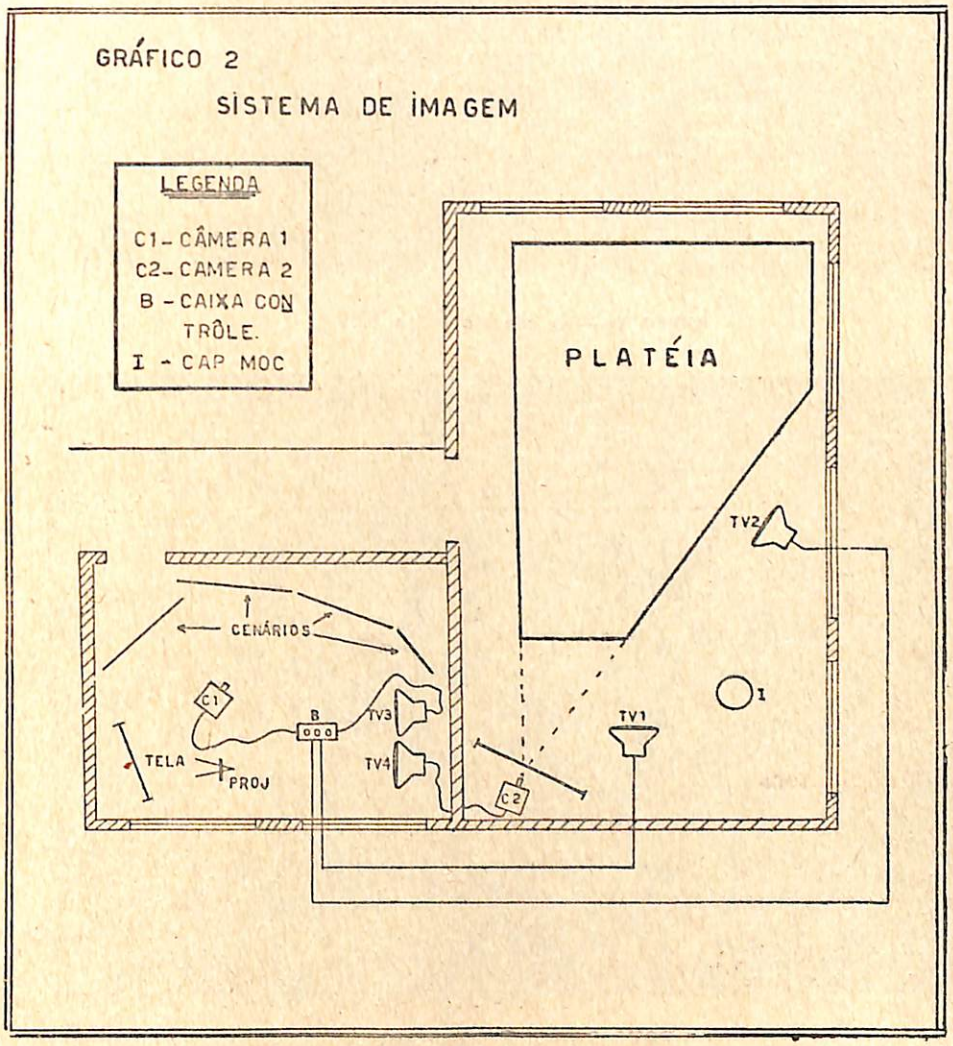
— Dois de 23" instalados no anfiteatro para os instruendos, ligados à câmara 1 (TV 1 — TV 2);

— Um receptor particular instalado no estúdio para monitorar imagens enviadas ao anfiteatro, ligado à câmara 1 (TV 3);

— O 3.º de 23" instalado no estúdio para que os instrutores observassem a turma, ligado à C-2 (TV 4).

GRÁFICO 2

SISTEMA DE IMAGEM



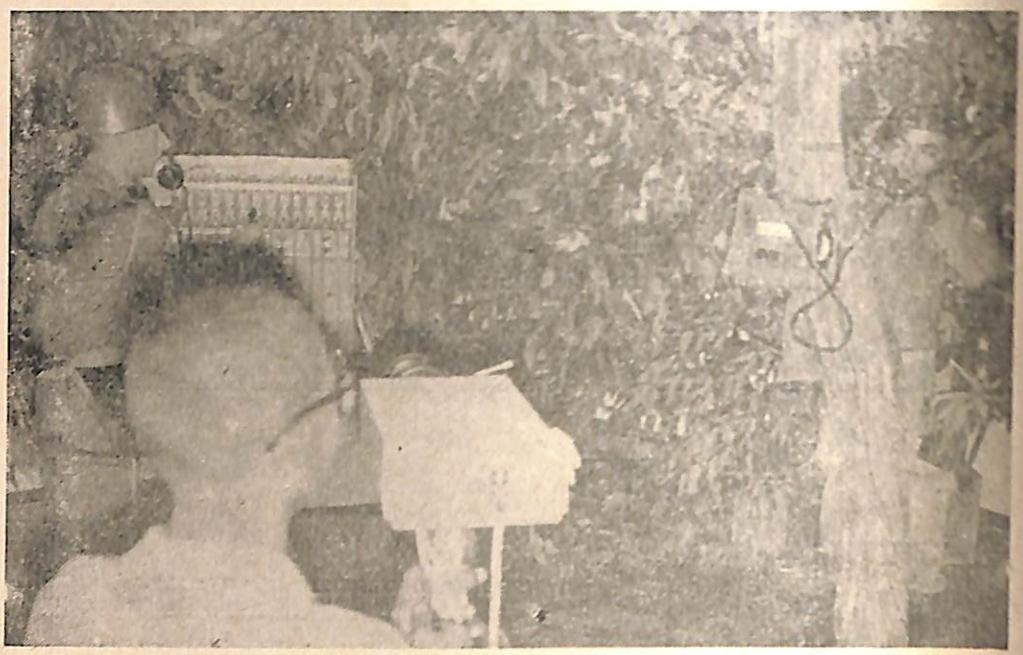


FOTO 2 — O cenário como é...



FOTO 3 — ...E como aparece

d. *Os Cenários* (fotos 2 e 3)

Foram usados entre outros meios, rêdes de camuflagem, folhagens e celotex cobertos para dar a idéia de situações de campanha como as fotos expressam.

e. *Treinamento*

O treinamento foi realizado na seqüência abaixo:

1) Dos personagens e suas ações;

2) Do operador da câmara: principalmente dos "closes" e mudanças de cena. Ressaltemos as dificuldades advindas da disponibilidade de uma só câmara e ausência de visor na mesma, conjugados com o pouco espaço disponível para separar os cenários e a seqüência da instrução;

3) Do encarregado dos efeitos sonoros e visuais;

4) Do entrosamento entre o que era dito pelo instrutor e as ações desenvolvidas no estúdio;

f. *Tempo disponível para a instrução*:

1 (um) tempo.

4. DESENVOLVIMENTO DA INSTRUÇÃO

Vejamos a seqüência, em forma de roteiro, de *uma parte* da instrução. Isso dará uma idéia das cenas vistas e do que ocorria "por trás dos bastidores" ao mesmo tempo.

SEQÜÊNCIA	PERSONAGEM	TEXTO	AÇÃO	CÂMARA
1	Op Gravador	—	Música de fundo	Tapada
2	Cadetes	—	Entram no anfiteatro.	Tapada

Os cadetes ocupavam despreocupadamente os lugares, inclusive rindo bastante de companheiros que, chegando por último, pediam licença ao "Cap MOC" para entrar.

3	Op Gravador	—	Desliga a música	Tapada
4	Instrutor	Xerife! Apresente o Pelotão!	—	Tapada

Aqui as reações eram mais ou menos as seguintes: o chefe da turma, atônito, perguntava a quem apresentar, ou caso no fundo da sala houvesse oficiais assistentes, apresentava a turma a êles. Invariàvelmente obtinha a resposta: "Apresente ao Cap MOC". A turma ria e (sem saber que era vista e ouvida) era apresentada. Convenhamos que mesmo com o elevado nível de disciplina do Corpo de Cadetes é difícil manter a atitude quando apresentados a um boneco. Havia então o primeiro impacto: "Xerife! Não apresentado! Os cadetes da 1.ª fileira estão rindo!" É fácil imaginar o choque dos espectadores.

5	Instrutor	(Após ação do cadete) — Apresentado! Comande à vontade	—	Tapada
6	Op Gravador	—	Abertura	Na tela
	Op Projetor	—	S 1 a S 5	
7	Op Gravador	—	Diminui até desligar a música.	Na tela
	Op Projetor	—	Permanece em S5	
	Instrutor	Cadetes do Curso Básico! É um prazer recebê-los no Curso de Comunicações. Esperamos seja útil a vocês êste tempo de instrução e que ao final do mesmo estejam de posse das noções simples e fundamentais de [illegible]	Permanece em S5	

SEQUÊNCIA	PERSONAGEM	TEXTO	AÇÃO	CÂMARA
8	Instrutor Op Projetor	Anteriormente vocês travaram conhecimento com as CENTRAIS TELEFÔNICA DE CAMPANHA. Aprenderam suas principais características, sua instalação e operação. A fim de tornar mais simples, eficientes e rápidas as comunicações telefônicas vocês deverão além de conhecer o equipamento, dominar as regras da EXPLORAÇÃO TELEFÔNICA para que não aconteça isso:	S 6 S 7	Na tela
		Desencadeava-se uma série de diálogos gravados, completados pela mímica de personagens caricatos em diversos contatos telefônicos mal feitos. Era ressaltada dessa forma a importância do assunto da sessão.		
9	Op Gravador Personagens caricatos.	Texto gravado.	Mímica dos personagens caricatos.	Personagens
10	Instrutor Op Projetor	Se os participantes da cena anterior conhecessem um mínimo de Exp Tlf não sucederia nada do que foi visto. Êles saberiam que as conversações telefônicas devem ser BREVES; que o telefone NÃO DEVE SER USADO PARA TRANSMITIR MENSAGENS LONGAS; que as conversações devem ser DISCRETAS, pois a segurança nunca é absoluta. Por isso todos devem saber EXPLORAÇÃO TELEFÔNICA.	S 8 S 9 S 10 S 11	Tapada Na tela " "
11	Instrutor	Vejamos como numa situação de campanha dois assinantes da central LUTA se comunicam.	—	Tapada
12	Instrutor Op LUTA-1	O assinante LUTA-1 desejando falar com LUTA-6 aciona o magneto de seu telefone.	Sai do "mato" e aciona o magneto do telefone.	LUTA-1
13	Instrutor	O acionamento do magneto produz na Ctl a queda da placa correspondente a LUTA-1, alertando ao operador da central.	—	Ctl LUTA (Close na placa)
	Contra-Regra	—	Faz cair a placa	

SEQÜÊNCIA	PERSONAGEM	T E X T O	AÇÃO	CÂMARA
14	Instrutor Op Central	O operador da central levanta a placa, introduz a pega de serviço no jaque correspondente à placa derrubada e responde.	Age à medida que o instrutor fala.	Close no painel da central.
15	Op Central	LU-TA	Fala	Op Ctl
16	Instrutor	O assinante LUTA-1 então solicita:	—	Tapada
17	Op LUTA-1	DÊ-ME LUTA-6	Fala	LUTA-1
18	Instrutor	Ao que, o operador da central indaga:	—	Tapada
19	Op Central	LUTA-6?	Fala	Central
20	Instrutor	O operador de LUTA-1 confirma	—	Tapada
21	Op LUTA-1	CERTO!	Fala	LUTA-1
22	Instrutor	Confirmado o pedido o operador da central pede:	—	Tapada
23	Op Central	UM MOMENTO FAZ FAVOR.	Fala	Tapada

Seguia-se o restante da demonstração da chamada normal. Mediante um conjunto de gravação e projeção de "slides", era novamente demonstrada a chamada normal, havendo em seguida uma verificação do aprendizado. O operador do gravador estava atento a um eventual êrro para puni-lo com a "vaia eletrônica". Desenvolvia-se a instrução com procedimento similar para cada regra explanada.

Deixaremos de lado o restante da sessão, pois julgamos já ter ficado o leitor com uma visão de conjunto da mesma.



FOTO 4 — O que vai pelos bastidores...

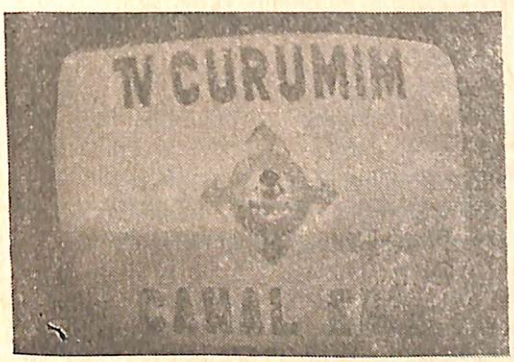


FOTO 5 — ...Não aparece na tela



FOTO 6 — O operador da central levanta a placa...

5. DADOS COMPLEMENTARES

a. *Relação dos "Slides"*

S 1 — Letreiro: TV CURUMIM — CANAL EB 11.

S 2 — " : APRESENTA

S 3 — " : MAIS UMA PRODUÇÃO TELECOM

S 4 — " : NO AR

S 5 — " : EXPLORAÇÃO TELEFÔNICA

S 6 — Vista frontal da Central EB 11-(SB-22/PT)

S 7 — Letreiro: EXPLORAÇÃO TELEFÔNICA

S 8 — " : BREVES

S 9 — " : NÃO TRANSMITIR MENSAGENS

S 10 — " : DISCRETAS

S 11 — " : EXPLORAÇÃO TELEFÔNICA

S 12 — Letreiro dos diálogos travados durante uma chamada NORMAL.

S 13 — Diagrama esquemático de uma ligação tronco.

S 14 — Letreiro dos diálogos travados durante uma ligação TRONCO.

S 15 — Letreiro dos diálogos travados durante uma chamada NORMAL.

S 16 — Letreiro dos diálogos travados durante uma chamada para linha OCUPADA.

S 17 — Letreiro dos diálogos travados durante uma ligação TRONCO.

S 18 — Letreiro: EXPLORAÇÃO TELEFÔNICA.

b. *"Vaia Eletrônica"* (Explicação)

A "vaia eletrônica" ou "besterômetro" é uma gravação estereofônica de uma sucessão de ruídos provocados por apitos, buzinas, campainhas, sirenas, instrumentos musicais, tiros de festim de mosquetão FAL e rajadas de metralhadora.

c. *Músicas*

— Música suave: "Winchester Cathedral";

"Viver por Viver".

— Abertura: "Thunderball".

6. APRECIAÇÃO

No período de 28 de maio a 25 de junho, foram realizadas 15 sessões de Exploração Telefônica pela TV. Assistiram às instruções cadetes do 2.º ano do C Bas, 3.º ano dos Cursos de Infantaria e Artilharia, cadetes argentinos e portuguêses, oficiais da Marinha e Aeronáutica, oficiais estrangeiros cursando a EsCEME, o Secretário do Exército Norte-Americano na CMMBEU, o comando e grande parte da oficialidade da AMAN (*).

Dessas instruções foram observados — entre outros — os seguintes aspectos:

a. *Economia de Tempo*

Em apenas um tempo de instrução, alcançou-se um rendimento difícil de ser igualado nos dois tempos normalmente previstos.

b. *Efeito da "Vaia Eletrônica"*

A "vaia eletrônica" , ou "besterômetro" como foi chamada pelo cadete, constitui-se em importante fator de aprendizagem em instruções dêste tipo, não causando constrangimento de espécie alguma ao instruendo. A prova disso é que nas primeiras verificações houve erros e conseqüentes vaias, ao passo que nas últimas verificações da sessão — justamente as mais difíceis ("Chamada Através Tronco") — o cadete saiu-se brilhantemente.

c. *Dinamismo da Instrução*

A transcrição abaixo é relativa à inauguração da TV Educativa de São Paulo.

"... Disse um dos estudantes paulistas que entrevistamos depois do programa inaugural da TV Cultura: "O professor de História Antiga se limitou a ficar sentado ou de pé, diante do quadro-negro, repetindo mais ou menos o que estava escrito no fascículo, até mesmo sem piscar os olhos uma única vez. Pensei que êle fôsse apresentar "slides" ou filmes ilustrando as diversas épocas históricas..." (**)

Compare o leitor o que foi criticado pelo estudante e o trecho da instrução, apresentada no item 4, onde se alternam ações ao vivo, projeção de "slides", ações gravadas, etc... Julgamos que isto seja dinamismo.

(*) Aproximadamente um total de 750 pessoas.

Quem já enfrentou o problema, concorda com o articulista quando diz: "... Mais *televisão* na TV Educativa, mais riqueza de elementos de imagem e de som — isto não é problema grave". É problema apenas de um pouco de imaginação e trabalho.

d. *Participação do Instruendo*

"... O problema maior é solucionar as dúvidas que surgem enquanto as aulas estão sendo transmitidas..." (**)

O problema, realmente difícil para a TV Educativa, foi perfeitamente contornado pela montagem da instrução em circuito fechado. O contato com a turma — apesar da ausência física do instrutor — foi constante, pois mediante as *verificações de aprendizado*, o *solucionar de dúvidas* (sistema de som) e a *observação das reações da turma* (sistema de imagem) o instrutor teve condições de manter em nível elevado o interêsse do aluno.

É interessante ressaltar que conforme as reações da turma, o instrutor (locutor) variava o roteiro da instrução, inclusive com a introdução de quadros satirizando "comerciais" de TV, quando a atenção do cadete começava a flutuar do tema da instrução para a montagem da mesma.

e. *Eliminação do Rodízio*

Apesar de não ter sido nosso objetivo a eliminação — parcial ou total — do rodízio, isso é perfeitamente viável com a introdução do circuito fechado de TV como meio auxiliar de instrução. A economia de tempo, o menor desgaste para o instrutor, a mesma maneira de ministrar o assunto são apenas algumas das vantagens que podem ser obtidas.

f. *Vantagens de um "Video-Tape"*

Extrato da carta dirigida ao Cmt C Com/AMAN pelo Ten Cel Von W. Freeman, Secretário do Exército Norte-Americano na CMMBEU:

"... De particular interêsse para mim, foi o uso do audiovisual na sala de aula. Não posso traduzir os meus pensamentos, a não ser dizendo-lhe que por sua profissionalidade e técnica, tive a impressão de estar assistindo a uma aula pré-gravada!..."

Como já foi dito, a instrução de "Exp Tlf pela TV" foi dada em vários dias, e para cada ocasião havia a necessidade de reunir os figurantes e instrutores e obter a relação nominal da turma que viria assistir à aula. Além disso, a possibilidade de êrro, devido ao natural cansaço de repetir as mesmas cenas, era uma constante. Êsse pro-

(**) Jornal do Brasil de 19 Jun 69, editorial "Cultura a Domicílio".

blema foi resolvido em parte: a repetição de cada regra explanada era *gravada* e no lugar da ação "ao vivo" projetava-se um "slide" correspondente à gravação.

Com a disponibilidade de um equipamento de VT, adviriam as seguintes vantagens:

1) Redução de pessoal;

2) Eliminação da possibilidade de êrro, pois a maior parte da instrução seria mantida, sendo apenas regravadas as situações cômicas (motivação) inerentes à turma assistente.

3) Repetição da cena em caso de dúvida do instruendo;

4) Arquivamento para posterior uso da instrução.

Alguns poderiam dizer que recairíamos em um *filme*. Em absoluto! Um filme não permite ao aluno levantar-se e sanar sua dúvida e o instrutor pouco acompanha a turma. Já o VT permite tudo isso. É, mal comparado, ver o jôgo de futebol disputado na véspera, com as interrupções perfeitamente possíveis a quaisquer momentos.

7. CONCLUSÃO

Em "A Defesa Nacional" N.º 616 foi abordado o problema da TV Educativa. Gostaríamos de pinçar as seguintes observações ali publicadas:

"... A televisão tem comprovado sua grande eficácia:

— Como meio de possibilitar a apresentação, na sala de aula, de recursos e demonstrações que, sem ela, não poderiam ser apresentados;

— Como meio de ampliar e aproximar uma demonstração de modo que todos os estudantes possam ver como se estivessem na primeira fila de carteiras;

— Como motivador e estimulador extraordinário do aprendizado, criando interêsse e excitando a curiosidade em tôrno do que deve ser aprendido..."

Acreditamos que os aspectos comentados e as observações transcritas acima sejam argumentos suficientes para que o Exército se lance na exploração da TV como meio auxiliar de instrução.

É nosso desejo finalizar lembrando que, por mais recursos que possam apresentar, os modernos meios eletrônicos de transmissão de idéias são inertes; ganham vida através da mente e mãos hábeis do Instrutor.

A SELEÇÃO PSICOLÓGICA PARA O FUTURO OFICIAL DE ESTADO-MAIOR

Maj Eng
IVANY HENRIQUE DA SILVA

1. A SELEÇÃO DE PESSOAL

1.1. Generalidades

Para que possamos falar sôbre a seleção do futuro oficial de Estado-Maior, é necessário tecermos algumas considerações sôbre a Seleção Profissional. Êste têrmo — hoje em dia substituído pelo têrmo "Seleção de Pessoal" diz respeito à escolha, entre vários indivíduos, daquele que melhor se ajuste, pelas suas características, às exigências de uma determinada profissão.

Ela pressupõe, portanto, a existência de vários candidatos a uma ocupação. Enquanto na Orientação Profissional nós temos um indivíduo e diversas profissões, aqui acontece o contrário. Logo, fácil é verificar que o seu objetivo imediato é o bem-estar, a produtividade e a eficiência da organização. Convém, entretanto, notar que, apesar disso, não deixa de haver também vantagem para o indivíduo, pois, se êle não apresenta as aptidões necessárias para uma determinada função, deverá ser nela um desajustado. Além do mais, os não aproveitados em uma seleção poderão ser orientados para outro ramo de atividade. Isto tanto é possível na vida civil como na militar.

Se o oficial está mais ajustado como engenheiro militar, porque tornar-se oficial de estado-maior, se para isso não tiver aptidão?

A seleção procura, pois, o melhor executante para cada trabalho.

1.2. As Diferenças Individuais

Muito se pode falar sôbre as diferenças individuais como base para a seleção de pessoal. Sabemos que não existem dois indivíduos iguais. Êles diferem entre si quanto às características físicas, fisiológicas, psicológicas e de personalidade. Logo, nem todos os homens possuem as mesmas possibilidades e, por conseguinte, determinado currículo escolar, atividade de recreação ou atividade profissional pode não se adaptar a alguns.

Cabe aqui, então, estudarmos o problema da aptidão e da vocação.

A aptidão é a condição ou conjunto de características consideradas como sintomas de capacidade de um indivíduo para adquirir, com um treinamento adequado, algum conhecimento, habilidade ou série de reações. É portanto, uma qualidade potencial que vai ser revelada no desempenho ou realização.

Para medirmos êsse desempenho, podemos lançar mão de testes, que nada mais são do que tarefas a serem executadas sob condições padronizadas.

A aptidão estabelece, portanto, os limites que o indivíduo pode atingir, desde que lhe sejam dadas a oportunidade e a instrução necessárias. Já o desempenho ou realização é o que êle faz, independente de sua aptidão. Na prática, verificamos que, em muitos casos, a aptidão é maior que o desempenho. A recíproca, porém, não é verdadeira, pois ninguém pode realizar mais do que aquilo para que tem aptidão.

A vocação, segundo o professor Buyse, "é o apêlo que suscita uma reação íntima entre o ser e a atividade, que faz com que nos entreguemos inteiramente a uma tarefa porque estamos em harmonia com ela numa secreta convivência. Entretanto, esta palavra já foi expurgada da orientação profissional. Como bem diz o professor Lourenço Filho, se aceitarmos o sentido mágico implícito no vocábulo, não haverá necessidade de orientação. A prática tem demonstrado o quanto êsse significado de vocação tem influído negativamente na escolha da profissão. Uma das provas disso é-nos apresentada por Nicolás M. Tavalla em sua obra "La Orientación Vocacional en la Escuela Secundaria":

"Não devemos nos surpreender com uma idéia muito divulgada em nossos meios educacionais e que apresenta a vocação como uma revelação súbita, algo assim como um chamado interior que, de repente, evidencia-se no indivíduo.

Não importa o meio, a educação recebida, o desenvolvimento das relações sociais e econômicas, o avanço da técnica e da ciência, as influências familiares, etc. O indivíduo, em um dado momento de sua evolução, percebe que o demônio de sua vocação tomou conta de si e o conduz para o seu destino.

A escola média argentina sofre as conseqüências desta concepção errônea a respeito da vocação."

Logo, não podemos colocar determinado indivíduo em uma profissão considerando a sua "vocação". Muito mais importante do que isso é verificar se realmente êle tem aptidão para exercer aquêle ofício.

1.3. Importância da Seleção

A importância da seleção ressalta logo que nos defrontamos com a sua definição e as suas finalidades.

Desde priscas eras sente-se a necessidade da colocação do homem certo no lugar certo. Assim é que Frederico, o Grande, em carta a Voltaire, considerou que uma das causas fundamentais da miséria era o fato de apenas uma minoria estar qualificada para o exercício de sua função.

F. K. Berrien, em seu livro "Practical Psychology", declara:

"As apressadas decisões do chefe foram substituídas por processos mais demorados e mais difíceis. Entre as razões dessa mudança, está o fato da direção das emprêsas ter passado a perceber que um grande número de seus problemas humanos que poderiam, de algum modo, ser evitados, se tivessem em conta a personalidade do empregado em relação ao trabalho."

A Colômbia possuía anualmente 6.000 alunos que terminavam o curso secundário e a Universidade re-

cebia apenas 3.000. A seleção por meio de provas de conhecimento apresentava vários problemas, inclusive o que lá se chama "la palanca" (pistolão). A solução encontrada foi a criação da Associação Colombiana da Universidade, reunindo tôdas as universidades do país. Esta associação, entre os diferentes serviços prestados às faculdades, realiza a seleção por meio de testes psicológicos. As provas de conhecimento passaram a ser elaboradas sob forma de testes para que a qualificação fôsse mais objetiva, evitando o aluno memorizador que não entende o que escreve. O resultado obtido foi o melhor possível, anulando as reações naturais que se apresentaram à primeira aplicação.

Ford, em suas indústrias, conseguiu empregar cêrca de 10.000 inválidos, sem prejuízo para a organização. Isto porque foram êles colocados nos lugares adequados, muitas vêzes produzindo mais que os trabalhadores fisicamente normais.

O próprio Exército sentiu essa importância e, nas conclusões a que chegou no Seminário Preparatório de Psicologia Aplicada, realizado na AMAN em 1963, encontramos o seguinte:

"A seleção do pessoal como vem sendo feita e a orientação dos alunos após suas matrículas, com tôdas as deficiências encontradas, contribuíram, ainda que de forma impossível de avaliar quantitativamente, para expurgar os elementos inadaptáveis à profissão, com a contrapartida de maior rendimento na formação profissional, e quiçá mais lucro, em têrmos econômicos, no preparo do contingente anual incorporado."

E, mais adiante, concluía o seguinte:

"Quando a seleção para o ingresso nas escolas atingir um desejável grau de rigorismo, não haverá problemas graves de desajustamento na carreira das armas. O candidato terá demonstrado capacidade e habilidades para a vida de soldado e sua destinação a uma arma, serviço ou especialidade, não deverá criar problemas acentuados; o Seminário permitiu concluir que uma ativa e permanente orientação quanto à escolha, levando em conta as limitações administrativas e as características das várias funções ou ramos do Exército, levará o educando a situar-se corretamente no assunto e escolher dentro de suas reais possibilidades; apenas eventualmente é de esperar-se um desajustamento e a psicologia, aplicada com objetividade, permitirá a recuperação do compulsado."

E mais:

"Apenas em casos especiais — quando a seleção para matrícula fôr falha, quando a orientação fracassar, quando o trabalho de readaptação der resultados negativos — poder-se-á admitir caráter expulsório para os inadaptáveis."

1.4. Como é feita

Para fazer a seleção, é absolutamente necessário que isso seja precedido de uma análise profissiográfica bem feita. Por meio dela será possível estabelecer as condições físicas, mentais e psicológicas indispensáveis ao exercício da profissão. Feita a análise, deverá a mes-

2.2. A Análise Profissiográfica

O grande problema que se nos depara no que se refere à seleção psicológica para o futuro oficial de estado-maior é o da análise profissiográfica.

Realmente, não existem análises perfeitas, completas e validadas não só para a função de oficial de estado-maior como mesmo para a maioria das outras funções do Exército. Isso se deve, em grande parte, à impossibilidade que tem sido encontrada na permanência de psicólogos militares em funções dessa especialidade. Como o trabalho exige essa permanência, bem como um acompanhamento que permita validar os critérios escolhidos, isso tornou-se muito difícil. Outra conseqüência do não aproveitamento dos oficiais especializados nessa especialidade é que os poucos que estão no Centro de Estudos de Pessoal, ficam assoberbados de trabalho. Talvez por essa razão, o CEP, que deveria primordialmente ser um centro de estudos, destaca-se mais como uma escola.

A Marinha do BRASIL, por exemplo, determinou que fôsse feita a análise profissiográfica de suas diferentes funções. Os oficiais encarregados dêsse trabalho — todos formados pelo Curso de Classificação de Pessoal do Exército e pelo CEP — não foram afastados para outras funções. Isto pôde ser feito devido à Política de Pessoal do Ministério da Marinha que determina que as transferências se realizem em benefício do serviço e não da carreira do oficial. Assim, não tiveram êles que se afastar para atender a requisitos de arregimentação, tempo fora de sede, etc. e não foram prejudicados por isso.

É possível, pois, fazermos esta análise. Para isso, poderíamos usar os métodos informativos, tais como: a descrição livre, a experiência pessoal, as entrevistas e os questionários, ou os experimentais, como o da correlação, análise diferencial e análise fatorial. Para a validação dos testes, poderemos utilizar critérios objetivos ou subjetivos, particularmente, no caso, os últimos. Entre êles, podemos citar: a ordenação simples, comparação por pares, escalas de avaliação, etc.

O CEP iniciou em 1967 um estudo visando a orientação profissional para os oficiais de estado-maior. Assim é que foram levantadas algumas habilidades ou conhecimentos necessários ao exercício de cada função de estado-maior. Com base em informações de oficiais de estado-maior, procurou-se verificar o que seria mais importante para cada seção. Obtidos os conhecimentos e habilidades necessários, buscou-se descobrir os traços e aptidões exigidos. Com isso, organizou-se uma bateria de testes, aplicada aos oficiais que terminaram o curso naquele ano. Deverá ainda ser ela aplicada a turmas subseqüentes. Com base nos resultados, haverá a indicação da melhor função de estado-maior para cada oficial. Resta a validação da bateria, o que poderá ser conseguido pelo acompanhamento dos oficiais testados, nas diferentes funções. É um trabalho ainda nos seus primeiros passos, mas que poderá servir de subsídio para que se organize a seleção.

2.3. A Seleção e a Liberdade de Escolha

Uma objeção feita à seleção psicológica à ECEME diz respeito à li-

berdade de escolha. Parte-se da premissa de que lidamos com homens e não com máquinas e que tôda pessoa é livre e sua liberdade, inalienável. Se o indivíduo prepara-se para o exame, está em condições de ser aprovado e preferiu o caminho da ECEME, como tolher sua liberdade de escolher?

Devemos lembrar-nos, entretanto, que uma diferença entre a orientação e a seleção é que esta se baseia no trabalho e aquela, no ser. A seleção procura atender mais ao interêsse da organização. A escolha, no caso, é feita pela instituição. Ela aponta o melhor para a função.

E aqui podemos incluir o problema do interêsse. Se o indivíduo vai ser selecionado, êle demonstra ter interêsse. Entretanto, êste, em grande parte, é um interêsse espúrio ou ilusório, como já vimos. Se formos pesquisar o interêsse fundamental que encaminhou à ECEME os oficiais que a cursam ou já cursaram, verificamos que, em mais de 90% o predominante não atende ao objetivo dessa formação. Embora muitos pensem em contribuir para melhorar a estrutura do Exército, não foi êsse o fator que determinou, prioritàriamente, a sua vinda para ela. Entre outros motivos poderíamos citar: necessidade de permanecer algum tempo no RIO, melhores guarnições para servir, maiores vantagens, maior prestígio, problemas de promoção, etc. Êstes motivos podem existir ao lado do interêsse em melhorar cada vez mais o Exército Brasileiro, mas, normalmente, têm precedência sôbre êle.

Podemos, por conseguinte, verificar que a seleção psicológica não atenta contra a liberdade de escolha e não fere qualquer interêsse real. Ao lado disso, presta ainda um serviço ao candidato, se a orientar para uma função onde possa ajustar-se melhor. O ajustamento profissional permite a ajustamento no lar, na escola, na eternidade!

2.4. Época da Seleção

É um dos problemas de grande importância no processo. Para solucioná-lo, levantamos três possibilidades: na AMAN, ao término da EsAO e na época do concurso para a ECEME.

2.4.1. Seleção na AMAN

Parece uma boa solução para a organização. O cadete, no último ano do curso, seria orientado pela Seção Psicotécnica para uma das especialidades que êle pudesse abraçar como oficial. Teria como vantagem o fato de que os futuros oficiais de estado-maior, desde aí passariam a ser orientados para essa função. Os demais o seriam para outras especialidades e muitos dêles poderiam ser logo nelas empregados. Essa é a grande vantagem de fazer a seleção na AMAN.

Estamos na era da especialização, particularmente para o nosso País que se encontra na fase de desenvolvimento. O Brasil, tendo saído do bacharelismo, tende cada vez mais para a especialização. Não podemos recorrer ao exemplo dos EUA, que busca atualmente a generalização. Êles assim o fazem porque seu nível de especialização é tal que permite passar à globalização. Nós ainda necessitamos nos especializar para aumentar a produtividade. O Exército tende também à especialização. Agora mesmo acabamos

de sentir essa necessidade na implantação da reforma administrativa no Ministério do Exército. E, mais do que isso, precisamos empregar o técnico nas funções para que se especializou.

A grande desvantagem em se adotar a orientação na AMAN é que, em tôda a carreira, o oficial não indicado para a ECEME, poder-se-ia sentir inferiorizado. Nem todos compreenderiam que o bom ajustamento a ser conseguido em outra especialidade, talvez não houvesse se procurassem ser oficiais de estado-maior. Poderia também dar a idéia de que o candidato à ECEME seria um predestinado, em detrimento dos demais não indicados para essa escola. Além disso, êstes poderiam ter a impressão de que sua liberdade de escolha havia sido ferida. Isso viria acarretar um desajustamento, pois o cadete normalmente ainda está na fase da adolescência, onde os problemas são maiores.

2.4.2. Seleção ao término da EsAO

Esta solução parece-nos que atende bem ao indivíduo como à organização. Todos os que prestaram concurso à ECEME sabem o que é a preparação para êle. É um período em que o candidato vê-se obrigado pràticamente a dedicar-se apenas ao estudo. Há, portanto, um prejuízo para sua vida particular, bem como um decréscimo em sua produção profissional. Foram prejudicados o indivíduo e a instituição. E — pior que isso — muitas vêzes sem proveito para nenhum dos dois.

Feita a seleção logo após a EsAO, o candidato conheceria suas possibilidades de ingresso na ECEME e dedicar-se-ia à preparação para isso. Os não selecionados deveriam, obrigatòriamente, ser orientados para outra atividade dentro do Exército para a qual demonstrassem aptidão. Com isso, até a EsAO os oficiais teriam uma carreira semelhante; a partir daí, então, viriam as grandes especializações, entre as quais colocaríamos a de oficial de estado-maior. A partir da EsAO, os oficiais trabalhariam para o Exército, apenas naquelas funções para as quais tivessem aptidão. O desajustamento que daí pudesse surgir, já não teria o mesmo efeito que para o adolescente. O candidato ràpidamente se reajustaria ao sentir suas possibilidades nas funções para as quais fôsse designado.

2.4.3. Seleção à época do concurso para a ECEME

Apresentaria como grande inconveniente o tempo usado na preparação intelectual com os conseqüentes prejuízos já citados no item anterior, tanto para o candidato como para a organização.

A seleção psicológica seria feita como qualquer outra prova eliminatória. Talvez, com isso, o problema para êle seria o mesmo que acontece com o candidato aprovado no concurso, caso não fôsse aproveitado.

2.4.4. Nossa sugestão

Analisando as três hipóteses acima, com suas vantagens e inconvenientes, chegamos a uma solução que nos parece bem adequada.

Esta solução equivaleria, aproximadamente, à fusão das três, mas implicaria na mudança do atual tipo de concurso à ECEME.

Assim, ainda na AMAN, o cadete do último ano seria orientado pela Seção Psicotécnica, se deveria ou não destinar-se à ECEME. Essa orientação teria realmente êsse caráter, sem nenhuma obrigação para o futuro oficial, que seria livre para segui-la ou não. Estava ressalvada a "inalienável liberdade de escolha".

Ao término da EsAO, o oficial, mediante requerimento — o que seria a medida de seu interêsse — inscrever-se-ia para o concurso. Caso atendesse aos demais requisitos estipulados para o concurso, poderia ter o seu requerimento deferido. Após isso, seria submetido ao exame psicológico com caráter eliminatório, onde os reprovados seriam orientados para outras funções dentro do Exército. Os aprovados seriam matriculados em um curso orientado, por correspondência, que equivaleria ao 1.º ano da ECEME. Nesse curso, seriam ministradas tôdas as matérias julgadas necessárias a dar base para o prosseguimento. Ao terminar êsse primeiro ano, haveria na sede das Regiões Militares, um exame sôbre o que havia sido ministrado, onde levar-se-ia em conta o seguinte:

— seria eliminado quem tirasse grau "zero" em qualquer matéria;

— os demais seriam classificados, em ordem decrescente de grau, até que se preenchessem tôdas as vagas, sendo então matriculados para continuar o curso na ECEME;

— os não aproveitados e os que tirassem grau "zero" em qualquer matéria, poderiam concorrer nos dois anos seguintes, desde que de nôvo requeressem. Aquêles que não conseguissem ainda ser aproveitados, seriam orientados para outras funções.

Acreditamos que, dêsse modo, resolver-se-iam vários problemas. Para a seleção psicológica, não sendo necessária a preparação, nada acarretaria nem para o candidato nem para a organização. A matrícula no 1.º ano seria automática e dependeria do candidato o seu acesso ao 2.º ano, quando viria para a ECEME. As dificuldades encontradas pelos candidatos na preparação — muito menores agora graças ao CPCEME — desapareceriam, pois o 1.º ano seria dirigido. Finalmente, o candidato já orientado na AMAN poderia seguir o melhor caminho, o que facilitaria seu ajustamento.

3. CONCLUSÕES PARCIAIS

Como conclusão de todo o estudo feito, podemos fazer as seguintes afirmativas:

a. Com o número de candidatos à ECEME sempre muito maior do que as vagas, teremos que pensar em seleção;

b. A seleção por meio de provas de conhecimentos nem sempre escolhe os melhores;

c. A seleção psicológica permite escolher os candidatos que possuam as melhores aptidões e os

traços de personalidade indispensáveis ao exercício da função de oficial de estado-maior;

d. A chamada "vocação" jamais poderá substituir a aptidão;

e. O Exército tem que caminhar para a especialização, pois não pode deixar de acompanhar o Brasil;

f. É absolutamente indispensável que seja feita a análise profissiográfica das funções de oficial de estado-maior, a fim de que se determine as condições físicas, mentais e psicológicas indispensáveis ao seu exercício. Essa análise deve ser validada por critérios objetivos ou subjetivos;

g. Os oficiais de estado-maior são os responsáveis pelas decisões que regem os destinos do Exército Brasileiro. Logo, têm que ser indivíduos psìquicamente normais;

h. Mesmo os oficiais selecionados para ingresso na AMAN podem ter sofrido desajustamentos que os afastem dos limites da normalidade;

i. A seleção psicológica não atenta contra a inalienável liberdade de escolha;

j. A melhor época para a seleção será ao término da EsAO;

l. Os candidatos que não se destinarem à ECEME, deverão ser orientados para onde demonstrarem maior aptidão;

m. Tanto a análise profissiográfica como a seleção pròpriamente dita deverão ser feitas por oficiais especializados em psicologia, para não prejudicar a sua validade.

4. ALGUMAS SUGESTÕES

Tendo em vista o estágio em que nos encontramos, cumpre-nos fazer algumas sugestões para que possamos chegar ao que preconizamos neste trabalho:

a. Seria interessante que o CEP se dedicasse a fazer a análise profissiográfica das funções de estado-maior. Para isso, seus especialistas deveriam ser liberados durante determinado prazo julgado conveniente, de atender a quaisquer exigências que implicassem em sua movimentação;

b. Até que fôsse terminado o trabalho acima, os candidatos poderiam ser submetidos à seleção psicológica, de modo que fôssem eliminados os que não possuíssem normalidade psíquica, estabilidade emocional e bom nível de inteligência;

c. Poderiam ser planejadas, para execução a curto prazo, novas normas para o concurso à ECEME, conforme sugerido acima. A êsses concursos concorreriam, não só os oficiais que terminassem a EsAO, como os que, podendo fazer concurso pelas instruções atuais, viessem a requerer nos três anos seguintes à implantação do nôvo método;

d. O CEP poderia fazer também o levantamento e a análise profissiográfica das diferentes especializações do Exército, a fim de propiciar a orientação. Tal trabalho seria facilitado pela existência de funções equivalentes no mundo civil.

5. CONCLUSÕES FINAIS

Cremos que a adoção do processo de seleção psicológica para o futuro oficial de estado-maior trará grandes benefícios ao Exército Bra-

sileiro. O oficial, trabalhando perfeitamente ajustado profissionalmente, deverá produzir muito mais. Êste ajustamento irá propiciar uma compensação aos desajustamentos a que está sujeito, devido a fatôres sociais, econômicos etc.

É isso que desejamos para o nosso Exército e temos certeza de que, se adotado, dentro em breve produzirá os melhores frutos.

BIBLIOGRAFIA

ALVES GARCIA, J. — "Psicopatologia Forense" — Irmãos Pongeti Editôres, 1958.

BARROS SANTOS, OSWALDO — "Psicologia Aplicada à Orientação e Seleção Profissional" — Editôra Pioneira, 1963.

BAUNGARTEN, FRANZISK — "Exámenes de Aptitud Profesional" — Editorial Labor S.A., 1957.

BERRIEN, F. K. — "Practical Psychology" — New York — The Macmillan Company, 1945.

BUYSE, R. — "Princípios de Uma Orientação Vocacional" — in Arquivos Brasileiros de Psicotécnica n.º 1 — Ano 13.

CIFUENTES, MARY — "Orientação e Seleção Profissional Universitária na Colômbia e os Exames de Admissão" — in Arquivos Brasileiros de Psicotécnica n.º 3 — Ano 14.

COSTA MOURA, PAULO C. — "A Liberdade Individual de Escolha e sua Posição nos Processos de Orientação e Seleção" — AMAN, 1963.

FLAMARION TAVARES, W. (e outros) — "Relatório a ser apresentado na Academia Militar das Agulhas Negras no Seminário de Exames Psicológicos" — in Arquivos Brasileiros de Psicotécnica n.º 2 — Ano 12.

GARRET, HENRY — "Psicologia" — Editôra Fundo de Cultura S.A. — Tradução de David Davied e Carlos Mayfeld, 1961.

LOURENÇO FILHO, M.B. — "Problemas de Orientação Profissional" — in Arquivos Brasileiros de Psicotécnica n.º 2 — Ano 15.

MONT SERRAT, SAULO — "Conceito e Distinções entre Orientação Profissional, Seleção Profissional e Orientação Educacional" — in Conferências do Seminário Preparatório de Psicologia Aplicada — AMAN, 1963.

NOGUEIRA DE FARIA, A. — "Da Especialização ao Generalismo" — in "Diário de Notícias".

PINHO E BENEVIDES, URASSY — "Técnicas de Avaliação da Eficiência no Trabalho" — Notas de aula do Curso de Classificação de Pessoal, 1960.

RELATÓRIO GERAL DOS TRABALHOS DO SEMINÁRIO PREPARATÓRIO — AMAN, 1963.

SILVA, IVANY HENRIQUE — "A Psicologia nas Fôrças Armadas: Sua Necessidade, Emprêgo, Estágio Atual e Previsão para o Futuro". "Orientação Profissional" in Anuário do Conselho de Ensino n.º 5 da Escola Preparatória de Fortaleza, 1961.

TAVELLA, NICOLÁS M. — "La Orientación Vocacional en la Escuela Secundaria" — Editôra Universitária de Buenos Aires.

WARREN, HOWARD C. — "Dicionário de Psicologia" — Fondo de Cultura Económica México-Buenos Aires, 1960.

WOODWORTH, ROBERT S. e MARQUIS, DONALD G. — "Psicologia" — Tradução de Lavínia Costa Raymond — Companhia Editôra Nacional, 1959.

AVISO

Com o próximo número — NOV/DEZ — será distribuída uma separata do Curso de Leitura Dinâmica para os assinantes que estiverem em dia com a Revista em 1969.

A Diretoria

TESTE SEUS CONHECIMENTOS SÔBRE INFORMAÇÕES

Maj Com
TANCREDO BRUNO PORTO
Instrutor da EsAO

Adiante, o Senhor encontra um trabalho que é, simultâneamente, um TESTE para avaliação de seus conhecimentos sôbre "Informações" e uma "Investigação" sôbre a validade de emprêgo, nos limites da situação criada, dos Princípios Doutrinários de "Informações de Combate", assunto já perfeitamente regulamentado, a um "Caso Concreto" no Quadro da "Segurança Interna", em que a Doutrina de Informações ainda não está integralmente sistematizada.

Êste mesmo trabalho já foi aplicado pelo autor a oficiais-alunos do Curso de Comunicações da EsAO, sob a forma de Pedido em Sala. A solução do Teste encontra-se na página 187.

SITUAÇÃO GERAL

O Senhor é o Comandante da 29.ª Companhia de Comunicações, subunidade isolada, diretamente subordinada à 29.ª DI, sediada em determinada Guarnição.

À 29.ª Cia Com foi atribuída a responsabilidade, no Quadro da Segurança Interna, de determinada área, circunvizinha ao respectivo Quartel.

SITUAÇÃO PARTICULAR

1. Tendo em vista a elaboração de um Plano de Busca, o Senhor começa a recordar os Princípios Doutrinários relacionados com o Assunto "Informações de Combate", estudado na EsAO, princípios êsses considerados essencialmente válidos, nos limites da situação apresentada.

2. Na 29.ª Cia Com estão empenhados nas atividades de Informações além, òbviamente, de seu Comandante, os seguintes oficiais e praças: 1.º Ten Sub Cmt e S3, 2.º Ten S2, 2.º Ten Cmt Pel Exploração, 2.º Ten QOA Mobilizador, 2.º Sgt Alfredo e Cabo Meireles.

3. Na Área de Segurança da 29.ª Cia Com encontram-se situados: o Sindicato dos Ferroviários, a Igreja Brasileira, a Tenda dos Caboclos, o Hospital São José, a Pedreira Cruz de Malta e as residências de alguns líderes do movimento subversivo em eclosão, tais como: Sr. Antônio Batista, líder estudantil, Sr. Cid Elias, comerciante de jóias, Sr. Fragoso Galvão, agente de seguros.

4. O Ten S1 da 29.ª Cia Com possui um Arquivo de Fichas de

Pessoal do qual foram extraídos os seguintes dados:

1.º Ten Moura, Sub Cmt e S3, possui o Curso de Educação Física;

2.º Ten Nelson, função Cmt Pel Exploração, é rádio-amador;

2.º Sgt Alfredo, função Mec Auto, dedica-se ao estudo de atividades de terreiro, candomblé, etc. desde que estêve fazendo o CAS em Salvador;

Cabo Meireles, função Arquivista, estuda Francês, no Curso Boulevard; possui conhecimentos de língua árabe.

5. Até às 0800 horas de ontem o Senhor dispunha dos seguintes Informes e Informações:

a) o Ini (elementos subversivos) tem condições de empregar bombas "molotov" fabricadas com latas vazias de leite condensado;

b) na Tenda dos Caboclos, sob a máscara do interêsse nas sessões de Umbanda, reúnem-se elementos subversivos;

c) os Srs. Elias e Galvão reúnem-se, sistemàticamente, para coordenação das atividades clandestinas, no Bar 13 de Maio, na Rua da Concórdia; costumam trocar idéias, algumas vêzes, no idioma árabe;

d) o Ini utiliza o rádio-amador prefixo PY-BMM para transmissão de mensagens codificadas através de seu transmissor, um aparelho Delta-Geloso;

e) o Ini dispõe de certa quantidade de pólvora negra;

f) o principal tipo de atividade subversiva é a sabotagem;

g) foram furtados do Depósito da Pedreira Cruz de Malta: 1 acionador, 16 bananas de dinamite e 22 espolêtas elétricas.

1.º PEDIDO:

(Recapitulação de Conceitos Doutrinários sôbre Informações de Combate)

1. Quais são as quatro fases do Ciclo de Produção de Informações de Combate?

.....

.....

2. Qual a fase do Ciclo que tem por fim a transformação do informe em informação ..... O que compreende?....

.....

3. Das Fontes de Informes abaixo relacionadas:

Granadas Falhadas, Atividades do Inimigo, Material Inimigo e Boletins Meteorológicos, qual é a de maior valor para a produção de informes de combate?

.....

4. A avaliação de um informe visa determinar:

....., ... e .....

5. A interpretação de um informe resulta da reflexão e compreende:

....., ... e .....

6. No Estudo de Situação de Informações, o que é enunciado no parágrafo 1.º?

.....

7. O parágrafo 3.º do Estudo de Situação de Informações trata de Situação do Inimigo no momento. A que dizem respeito dois dos seus diversos parágrafos?

.....

.....

8. Com algumas exceções, qualquer enunciado de possibilidade do inimigo deve responder às quatro seguintes perguntas:

.....
.....
.....
.....

2.º PEDIDO:

(Aplicação dos Conceitos Doutrinários ao Caso Concreto Apresentado)

1. Cite duas Fontes de Informes situadas na Área da 29.ª Cia Com e que podem ser fàcilmente exploradas:

.....
.....

2. Quais são os Órgãos de Busca de Informes da 29.ª Cia Com?

.....
.....

3. Formule um EEI (Elemento Essencial de Informação) relacionado com a situação:

.....
.....

4. Há Indício concernente às possibilidades do Ini?

..... Justifique: .....
.....

5. Em têrmos de Possibilidades do Inimigo é admissível o o S2 da 29.ª Cia Com enunciar: "O Ini pode praticar atos de sabotagem empregando TNT?"

..... Justifique: .....
.....

6. Aponte uma Vulnerabilidade do Ini que pode ser explorada:

.....
.....

7. Relacione dois Órgãos de Busca de Informes atribuindo a cada um dêles determinada Fonte de Informe:

.....
.....
Justifique: .....
.....

(Ver solução nas págs. 187/188)

PRUDÊNCIA é uma das quatro virtudes capitais. Ser prudente é: não hesitar; não se precipitar; não esmorecer e não negligenciar.

O sábio ensina; o santo reza e o prudente governa.

SANTO TOMÁS DE AQUINO

Caro Leitor

E eu buzinava, buzinava... E o outro carro, nada de sair da minha frente, nem de acelerar. Já irritadíssimo, desabafando em todos os têrmos próprios que conhecia para essas ocasiões, percebi quando foi diminuída ainda mais a marcha e o carro parou de todo. Desceu dêle o chofer; calmamente se aproxima de mim e explica que precisava andar em marcha lenta, porque transportava uma pessoa doente, saindo naquela hora do hospital.

Caro leitor, isto é coisa corriqueira na nossa vida. "Atropelamos" os outros tirando conclusões apressadas dos acontecimentos, praticando injustiças a todo momento. É acharmos fulano um preguiçoso, sem pensar que pode ser um doente... a empregada corpo mole, quando pode estar sentindo alguma dor... O funcionário que nos atende aéreo, quando pode estar preocupado com algum problema sério. Um marido desatento, quando quer poupar à mulher um aborrecimento. Uma espôsa de cara amarrada, quando já está esgotada pelo trabalho com as crianças e não quer se queixar... E ainda mais: "atropelamos" as criaturas, quando queremos que elas dêem além das suas possibilidades, que compreendam nossos pontos de vista, que adotem nossas opiniões, que corram enfim ao nosso passo.

Conheço uma pessoa que quando lhe apresentam uma situação complicada, diz sempre: "Vamos resolvê-la, procurando primeiro conhecer a razão."

TIRADENTES E A UNIDADE NACIONAL

Trabalho de uma Equipe de Alunos do Curso de Engenharia do CPOR/SSRM — Classificado em 1.º lugar

"Prescindir do direito de um povo depor e abolir um govêrno que não lhe garanta a liberdade individual, é cair num caos profundo. Isto advém pura e simplesmente do fato de ser sagrada a existência do homem e não menos sagrado seu pensamento.

Homens todos são iguais e igualmente dignos de cooperar na administração pública. A liberdade é um direito que assiste a todos e a cada um individualmente." Eis a verdade nua e crua, em defesa da qual subira ao cadafalso Joaquim José da Silva Xavier.

Nascido na fazenda do Pombal, entre S. José (hoje Tiradentes) e S. João del Rei, muito cedo viu defrontar-se-lhe a luta. Aos onze anos o véu negro da morte estendeu o lúgubre manto sôbre seu querido pai. A tamanha perda juntou-se-lhe a incógnita do futuro. O menino feio de olhos esbugalhados viu-se então na contingência de ganhar o mundo; o seu mundo, cheio de altos e baixos, perpassado de contrastes e confrontos.

No mar tempestuoso de sua vida conheceu sucessivamente as artimanhas do mascate; o sofrimento do minerador; a sublimidade espinhosa da medicina prática; a perícia de um dentista famoso; os domínios da hidráulica e a disciplina intransigente de um regimento de cavalaria, onde fôra Alferes. Nesta última profissão mostrou-se de um destemor digno de nota.

A eficiência a tôda prova valeu-lhe do governador Luís Meneses da Cunha, o cognome de "A Inteligência Mineralógica".

O Brasil era nesta época um palco de descontentamento. Os pesados decretos do Reino pareciam provocar o desencadear do mais horrendo dos cataclismos.

O coração bem formado e a alma de escol de que era possuidor o Alferes de Cavalaria, deram-lhe logo consciência do então lamentável estado de coisas e da necessidade imperiosa de agir e provocar uma súbita eclosão na alma da terra. Os anos sucediam-se. O espírito de insatisfação e indignação pelos altos impostos e pesadas exigências, não obstante a censura do Reino, era formidável. Com o desenrolar dos fatos a tensão foi criando vulto. Tiradentes, o descontente de natureza, o mazombo como o denominavam os reinóis, com fumaças de liberdade e pruridos de autonomia entrou em contato com alguns estudantes nacionais, então cursando estudos superiores no além-mar. Estudantes êstes portadores das idéias

revolucionárias que infestavam a Europa. É por meio dêles e especialmente por intermédio de José Álvares Maciel que chega a um conhecimento mais profundo das idéias e filosofia vigentes na França e nos Estados Unidos a pouco tornado independente. Dos Estados Unidos conseguira mesmo uma constituição que sempre o acompanhou em tôda campanha. A Filosofia de Loke, estampada na sua teoria dos três podêres constituía em última análise a base de todo movimento revolucionário. O povo suspirava por uma democracia liberal.

Desde então, Joaquim José da Silva Xavier não mais se permitiu descanso. Discípulos de classes diversas uniram-se a êle, seguindo-lhe as pegadas. Tiradentes, pobre e sem categoria social, era no entanto o mais inflamado de todos e em tôrno de quem se desenrolavam todos os acontecimentos de reação. Não mais via o riso de seus contemporâneos em tôrno de sua figura desproporcionalmente feia, nem o desprêzo que lhe voltavam os poderosos. Conscientizara-se de que a república era a liberdade e a liberdade a aspiração de todos os brasileiros. Imbuídos destas idéias transformou-se como num sonhador platônico. Seu viver era já função das aspirações de seu povo. A sua alma viva e empreendedora pranteava o solo ao relancear o olhar para a imensidão do campo. Via a terra fértil reclamando braços de filhos livres e amorosos que lhe rasgassem o seio e a fecundassem, e a tornassem uma grande pátria, bendita e forte.

Convicto de que nossa pátria só seria grande quando se tornasse integral e intransigentemente Brasil, começou a agir.

Sua palavra vibra então por tôda parte com igual veemência. Nas estradas como nas ruas das cidades; nos adros das igrejas como nos pátios dos palácios. Nesta luta acérrima pela independência unificada não mede esforços. Desconhece fronteiras para redimir o solo que o viu nascer. Não poupa renúncias para solidarizar e amalgamar no mais íntimo resfôlho da alma brasileira o mais puro dos nacionalismos.

O inconfidente mineiro, mártir supremo de nossa Independência, amou profundamente a terra em que nasceu, mas ainda mais amaria como sonhava vê-la: "Unidade Livre".

Pugnara veementemente por um Brasil Uno na aparência e na realidade, no seu corpo e na sua alma. Pugnacidade esta que o levou a derramar gôta a gôta o sangue quente de patriota nato. A palavra Independência só tinha para êle o conteúdo político não se desvinculasse d econômico. Queria harmonizado o aspecto interior com o exterior e geográfico, constituindo um todo único.

Unidade moral caracterizada pela língua. De Norte a Sul, de Leste a Oeste, brasileiros falando a mesma língua quase sem variações dialetais. Unidade caracterizada ainda pela religião e costumes. Objetividade no conjunto dos elementos construtivos da economia da produção, do trabalho, da indústria e do comércio. Unidade intelectual identificada na formação e na cultura. Unidade política manifestada na comunidade de idéias, de sentimentos e de interêsses da população.

Enfim o que ressalta aos olhos de todo observador: unidade física afirmada na continuidade do território. A ausência de grandes lagos; montanhas servindo como fator de unidade; rios aproximando as populações.

A Unidade Nacional que hoje desfrutamos sob a sagrada Ordem e Progresso é, pois, uma fôrça que nos vem das brumas de um passado inesquecível. É reflexo da própria Inconfidência. Verdade é que o batismo recebera-o em a Colina do Ipiranga, naquela voz estentórea de INDEPENDÊNCIA OU MORTE, mas não é menos verdade ter sido êle uma conseqüência da Revolução de Tiradentes. Batismo pressupõe nascimento, e êste não o encontramos senão na pugnacidade de um Tiradentes.

Joaquim José da Silva Xavier fôra a pedra angular no edifício da unidade nacional. Objetarão alguns: Felipe dos Santos o precedeu em tal luta... Sim, talvez, tenha mesmo sido seu precursor, mas a verdade é que o significado histórico é totalmente diverso.

Da revolução de Tiradentes poder-se-á negar tudo, mas isto não se lhe negará jamais: "... Foi o sistema seguramente mais bem definido e acentuado, acusador de que só a fôrça se conseguiria de fins do século XVIII em diante, manter no Brasil o domínio português. Mas, em que pese a seu e a nosso favor a desdita, Tiradentes não teve o prazer de ver o sonho realizado. Não teve a satisfação de ver desfraldar o vento naquela bandeira que além dos três triângulos, estamparia o índio ou gênio da América, o célebre verso de Virgilio: "Libertas que sera tamen" (liberdade mesmo que tarde).

Estusiasta, sonhador, apaixonado e sobretudo impetuoso, não cuidou de que entre os que a seu lado se diziam defensores dos direitos inerentes à pessoa humana, pudesse haver um traidor. E o inesperado aconteceu. Joaquim Silvério dos Reis, sendo devedor de grande soma à Fazenda Nacional, qual execrável Judas, se fizera delator, vendendo fria e impediosamente a vida de seus concidadãos, por algumas condecorações e alguns réis anuais. Infame covardia que o sangue mártir clama até nossos dias.

Prêso e encarcerado, o herói da nossa Independência, mesmo após três anos de pesadas algemas, deixara resplandecer na fronte altiva o olhar esperançoso. Enquanto os companheiros de infortúnio lançavam-se deprecações mútuas, mantinha a serena confiança de quem se afoita pela mais nobre das causas.

Pronunciada a sentença, fôra o único considerado indigno da clemência régia. Regozijava-se no entanto com os demais, tomando sôbre si tôda culpa. Temos assim mais uma prova evidente de ter sido êle a mola propulsora de todo movimento. A 21 de abril de 1792 subira ao patíbulo sem sequer vacilar em um qualquer dos 20 degraus que a êle conduziam.

A profunda fé em Cristo, consolidada desde o berço, terá por certo suavizado as agruras da prisão e lhe terá dado aquela fôrça, aquela coragem ímpar para enfrentar com tão espantosa firmeza o patíbulo imolatório.

Já pendente na corda, aos olhos do mundo parecia ter morrido, mas êle vivia. Vivia no peito de cada um

dos que conseguira inflamar com a chama do seu idealismo e o espírito de luta.

Joaquim José da Silva Xavier fôra um dos maiores arquitetos de todos os tempos; fôra o arquiteto que trabalhando fagulhas de inteligências as transformou em elemento operoso de criações monumentais.

Haste trigal viçosa, alastrando em o farfalhar ao vento o sagrado aroma da liberdade, igualdade e fraternidade.

Haste florida, verdejante, portadora de sempre novas esperanças para a colheita.

Tiradentes, foi e continua sendo o grão substancial de trigo; pois o trigo é o pão que nos alimenta o corpo e é ao mesmo tempo a hóstia que nos alimenta a vida espiritual.

Joaquim José da Silva Xavier foi numa palavra o homem qualidades heróicas cuja vida não passou de uma luta incansável e cuja morte foi o despertar de uma consciência Nacional.

Fontes de Consulta:

Tesouro da Juventude
Enciclopédia Britânica
História do Brasil (Armando Souto Maior)
História do Brasil (R. P.)
Dicionário Ilustrado Universal

Trabalho executado pela equipe composta dos seguintes alunos do Curso de Engenharia do CPOR de Curitiba.

Eloir César Paleare
Carlos Afonso Gotchuld
Richard Peroto
Eron Marcos do Prado
Sérgio Paulo Cavet
Delcio Antonio Tesser

A FUNÇÃO SOCIAL DA AUDITORIA

A Auditoria guarda para a Contabilidade a mesma relação que a Probabilidade para a Estatística.

CC (IM)

JOÃO METELLO DE MATTOS

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Para melhor compreensão do campo de ação da auditoria externa faremos a revisão de alguns conceitos e relações básicas.

Conceitos e Relações Básicas

A Contabilidade e a Estatística são duas ciências que utilizam métodos quantitativos, segundo leis e princípios próprios, para representar tabular ou gràficamente, através de números, o estado de riqueza de uma economia em seu todo ou de uma azienda.

Fayol enquadrou a Contabilidade entre as seis operações administrativas fundamentais emitindo a êsse respeito os seguintes conceitos:

"É o órgão visual das emprêsas. Deve permitir que se saiba a todo instante onde estamos e para onde vamos. Deve fornecer sôbre a situação econômica da emprêsa ensinamentos exatos, claros e precisos. Uma boa Contabilidade, simples e clara, fornecendo uma idéia exata das condições da emprêsa é um poderoso meio de direção".

A Contabilidade é a ciência que estuda o patrimônio à disposição das aziendas, em seus aspectos estático e dinâmico e em suas variações, para enunciar, por meio de fórmulas racionalmente deduzidas, os efeitos da administração sôbre a formação e a distribuição dos créditos.

Azienda é um patrimônio em movimento, sofrendo variações aumentativas, diminutivas ou específicas, geradas do trabalho humano, desenvolvido sôbre os elementos que o formam, sob a direção da administração.

A azienda é constituída pelo patrimônio, trabalho e administração.

A ciência econômica abrange o estudo, buscando o conhecimento e a explicação da produção, repartição, circulação e consumo da riqueza.

A ciência estatística é a parte da matemática aplicada que se ocupa em obter conclusões a partir dos dados observados. O conjunto parcial sôbre o qual fazemos observações denomina-se amostra, e o conjunto global, sôbre o qual desejamos chegar a conclusões denomina-se população ou universo.

A população pode ser finita ou infinita.

Quando estudamos a Economia Política vamos encontrar dois campos diversos, de observação e metodologia:

É a macroeconomia e a micro-economia.

A macro-economia é o estudo do complexo das unidades econômicas formando um todo.

A macroeconomia é o estudo analítico da produção e do consumo, tendo por objeto, respectivamente, a unidade de produção e a unidade de consumo, ou seja, a emprêsa e o homem.

Não se pode proceder aos estudos de macroeconomia, que dizem respeito ao sistema econômico em seu conjunto, se não se conhece bem o comportamento das unidades econômicas isoladas.

A ciência estatística fornece os instrumentos de pesquisa necessários à explicação do funcionamento da economia como um todo. Fornece os parâmetros necessários ao estudo da macroeconomia. É o conhecimento da população de unidades produtoras, da população das unidades consumidoras e de suas tendências, num dado momento.

É por meio das informações obtidas pela ciência estatística que os economistas terão os elementos suficientes e necessários para armar um quadro representativo da macroeconomia.

— *A ciência contábil* fornece os instrumentos necessários à explicação do funcionamento da unidade econômica específica.

A contabilidade fornece os dados necessários ao estudo da gestão das unidades econômicas, assim entendidas as aziendas, em seu sentido geral, sejam públicas ou privadas, tenham fins sociais ou econômicos.

É a contabilidade que nos permite armar o quadro representativo da riqueza apropriada, à unidade econômica privada e ao próprio Estado, e de suas tendências, num dado momento.

É por meio das informações obtidas pela ciência contábil que os economistas e administradores terão os elementos suficientes e necessários para aferir da situação econômica, própria do campo de estudo da microeconomia.

É através dos métodos contábeis que o administrador se vale para aferir do resultado de sua gestão, modificando as políticas adotadas de forma a atingir os objetivos desejados.

Auditoria Externa

Com o advento da concentração de capitais, resultante da industrialização e da produção em massa, surgiram as unidades econômicas sob a forma de: grandes emprêsas, de sociedades anônimas, de economia mista, estatais, coletivas, como é o caso das cooperativas, tôdas apresentando uma característica comum: seus dirigentes são distintos das pessoas de seus proprietários.

Surgiu, então, um problema nôvo, como garantir ao interêsse social e patrimônio daqueles muitos pequenos proprietários, detentores de ações, acionistas de sociedades anônimas, cooperativas e contribuintes, no caso das emprêsas estatais, onde seus administradores, distintos de seus proprietários exercem uma direção delegada, precisam ter seus direi-

tos e patrimônios devidamente resguardados.

No caso de economia ainda pouco desenvolvida, ou de uma unidade econômica primária, os proprietários e os administradores se confundem numa mesma pessoa física. Nessa situação uma contabilidade incorreta, mascara a verdadeira situação patrimonial da unidade econômica, no entanto seu reflexos no grupo social onde atua a emprêsa são apenas indiretos.

Com efeito uma contabilidade falha, incorreta e fraudulenta, numa emprêsa individual, estará em primeiro lugar e de forma direta atingindo e prejudicando ao proprietário e administrador dessa emprêsa, que voluntàriamente, consciente ou não, está se privando de um dos instrumentos mais necessários à aferição dos resultados de sua gestão.

Não dando a devida atenção a contabilidade estará se privando das informações que se retiram dos balanços e demonstrativos. Será forçado a tomar decisões, sem o conhecimento completo da realidade que sòmente os registros sistematizados podem fornecer.

Os principais prejudicados numa emprêsa primária pela falta de cumprimento das regras contábeis, são os seus proprietários que por não terem noção precisa de seus custos, não confiam nos resultados apresentados ao fim do exercício. Está o campo aberto à desconfiança e ao conflito entre os sócios.

Não há dúvida que êsse tipo de falha na utilização da ciência contábil atinge em primeiro lugar os proprietários, mas também, não resta dúvida que em segundo lugar e de forma indireta, atinge e prejudica a própria sociedade, onde a emprêsa atua, através da inexatidão do recolhimento de impostos e contribuições previdenciárias. No seu conjunto essas emprêsas representam um custo social elevado para a produção que oferecem.

Vejamos o que ocorre com a grande emprêsa:

O efeito da não observância das regras contábeis tem uma repercussão multiplicada, porque no capital das grandes emprêsas se encontra o resultado da poupança popular.

A grande emprêsa representa em parte significativa o resultado do investimento de muitos, adquirentes dos títulos mobiliários, que em pequenas parcelas ajudaram a construir o todo.

Os milhares de proprietários da grande emprêsa têm apenas um meio de avaliar o resultado da administração delegada que confiaram aos Diretores: o exame do balanço e prestação de contas da Diretoria.

Mas, surge o problema: serão os resultados fidedignos representam realmente a situação patrimonial? expressam por inteiro o resultado da gestão?

A enorme influência da grande emprêsa sôbre a economia social, as repercussões que encerra sua atividade, tornaram necessário o aparecimento do auditor externo, também conhecido como Contador público.

Com efeito, sendo impossível a cada acionista ou quotista social proceder a uma verificação permanente, ou mesmo periódica e sistemática, sôbre livros de escrituração, balanços e demais con-

tas de gestões dos mandatários, sòmente pela auditoria externa, realizada por técnicos especializados e legalmente habilitados, poderá o pequeno investidor obter a certeza de uma delegação corretamente desempenhada.

O contador público, colocado em posição eqüidistante das partes interessadas, e fazendo prevalecer em seus trabalhos, tão-sòmente o critério profissional condizente com o objetivo da revisão, é o instrumento mais adequado à prevenção, testificação e repressão de erros e fraudes da contabilidade.

O auditor externo transforma-se num dos fatôres da segurança dos investimentos.

É uma fôrça coercitiva, ao mesmo tempo moral e técnica, que impele os responsáveis à honestidade e à eficiência administrativa no trato da coisa alheia.

E nisso está o alcance social da auditoria, garantindo a paz social, através da correção e segurança que impõe ao uso da poupança alheia (economia popular), possibilitando o clima necessário ao desenvolvimento da economia.

Assim como das estatísticas se infere a situação da macroeconomia e das relações contábeis, se infere a situação da microeconomia; a veracidade dessas informações está em relação direta com o nível de segurança probabilista, no primeiro caso, e com o nível do trabalho da auditoria executado, no segundo caso.

Ambas precisam ser representativas: as estatísticas dos parâmetros que caracterizam a população; o balanço patrimonial e econômico da azienda que dimensionam e caracterizam

Em conclusão: A auditoria é uma avaliação do grau de fidelidade e exatidão com que uma demonstração contábil representa a situação de riqueza de uma azienda.

Regulamentação e Registro

O alto interêsse social do serviço de auditoria foi reconhecido pelo Banco Central da República do Brasil que através da Resolução n.º 7 regulamentou o exercício da função de auditor independente, em decorrência de deliberação do Conselho Monetário Nacional, em sessão de 9 de setembro de 1965.

Naquelas resoluções, o Conselho Monetário Nacional fixa as condições necessárias ao registro entre outras:

a) ser bacharel em Ciências Contábeis, registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

b) ter 5 anos de exercício profissional; e

c) sujeitar-se à fiscalização do Banco Central.

Normas e Auditoria

No Brasil, à semelhança do que ocorre em outros países mais desenvolvidos, caminha-se para adoção de normas padrões, para a execução dos serviços de auditoria externa.

Na Inglaterra tais normas são elaboradas e publicadas pelo "Institute of Chartered Accountants in England and Wales". Nos Estados Unidos, outra importante associação tem a seu cargo essas normas, é o "Americam Institute of Accountants" que fêz publicar

inúmeros regulamentos. Entre nós, essa função vem sendo preenchida pioneiramente pelo Instituto dos Contadores Públicos do Brasil, sediado em São Paulo à Rua Antônio de Godoi, n.º 88, que publicou, em novembro de 1966, o conjunto de "Normas de Auditoria".

Forma de Apresentação

A forma de apresentação dos resultados dos trabalhos de auditoria, é expressa em um Parecer, cujos têrmos encontram-se também padronizados pelo Instituto dos Contadores Públicos do Brasil.

Conclusão

O parecer de um auditor independente, apôsto em um balanço de prestação de contas representa uma segurança para o investidor, e é um incentivo às poupanças.

A auditagem representa uma garantia, necessária à manutenção do clima de confiança, indispensável ao crescimento da atividade econômica, à taxa exigida, para a melhoria das condições de vida da nação brasileira.

A RESPONSABILIDADE DE INFORMAR

A Informação é arma tremendamente mortífera tanto para o adversário quanto para quem a emprega e por isto, a avultam a sua importância e a responsabilidade dos que a produzem e utilizam.

Aos primeiros, os produtores, incumbe selecionar rigorosamente o informe, a matéria-prima de seus trabalhos. A transigência nesta crucial operação poderá comprometer até mesmo o conceito da instituição a que pertencer, pela produção de baixa qualidade e perda parcial ou total da iniciativa com tôda uma coorte de más conseqüências, ou no mínimo provocar perdas de valioso tempo, por confundir e conduzir a marchas e contramarchas.

Aos outros, os utilizadores, convém desconfiar, exigir provas ou demonstrações e não aceitar simplesmente o que para êles trouxerem os que devem trabalhar no sentido de permitir-lhes decisões acertadas. Assim procedendo, contribuem para o aperfeiçoamento do elemento de informações e alerta-o indiretamente para que não perca a iniciativa, não se transforme em instrumento de intriga ou interêsses alheios, com pretensão de conduzir os utilizadores, ao invés de cooperar, positivamente, para que acertem.

AÇÃO DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

I — INTRODUÇÃO

Para que o presente trabalho formasse um conjunto harmônico e de pronta assimilação julgamos necessário dividi-lo em três partes, dando-lhe títulos autônomos.

Essa necessidade se evidenciou pelo fato de que as atividades do Ministério dos Transportes abrangem as Autarquias que lhe são subordinadas e, nas três fases, elas são, necessàriamente, repetidas como um complexo sôbre o qual se apóiam tanto os planos de trabalho concebidos como, gradativamente, os resultados alcançados.

Os títulos se destinam a caracterizar essas etapas. Assim, o primeiro se denomina "Uma Análise Necessária" e reflete as observações que foi possível destacar tendo como base a Revolução de 64 e uma imperativa mudança de métodos.

O segundo é chamado "Realizações em 68" e relaciona as metas físicas atingidas assim como, algumas medidas de particular realce na Política de Transportes.

Finalmente, o último, "Perspectivas para 69" alinha uma série de objetivos a serem alcançados no corrente ano como uma conseqüência natural e lógica do equacionamento a que foram submetidos os problemas de transporte desde a Revolução de 1964 de forma geral e, em particular, a partir de 1967 quando assumimos o Ministério.

II — UMA ANÁLISE NECESSÁRIA

Tem-se que considerar, em primeiro lugar, que em março de 1964 houve uma Revolução no Brasil e ao assumirmos a Pasta dos Transportes em 1967, viemos dispostos a realizar os ideais da Revolução. A presença do Ministério dos Transportes nessa Revolução se manifesta e continuará a manifestar-se através da implantação de uma nova mentalidade dirigida

no sentido de métodos e processos revolucionários condizentes com uma administração moderna, capaz de realizar mais, com maior produtividade, contando com os mesmos recursos financeiros disponíveis.

Estamos certos de que, esta é, na realidade, a melhor contribuição que poderemos dar à realização dos objetivos da Revolução de 1964.

Antes de mais nada e, como um primeiro passo, cuidamos da organização de uma grande equipe, capaz tècnicamente e dotada de inteligência e imaginação indispensáveis ao rompimento dos métodos rotineiros, a fim de, aumentando a produtividade de nossos empreendimentos, realizar mais com menos recursos.

Estruturada a equipe, nosso passo seguinte foi no sentido de estabelecer os objetivos básicos a atingir, dentro da política governamental e, conseqüentemente, às diretrizes para atingi-los.

Estabelecemos, também, que tanto os investimentos de infra-estrutura como a operação de serviço deveriam reger-se por critérios econômicos, ressalvando-se apenas as necessidades imperiosas ligadas à segurança nacional e as de caráter social imprescindíveis; além disso, determinamos que os investimentos, na infra-estrutura, deveriam orientar-se segundo a análise dos benefícios e custos econômicos do projeto, incluindo os efeitos diretos e indiretos do investimento. Tal diretriz tinha como finalidade, não só estabelecer critérios de prioridade, como obrigar que todos os investimentos fôssem precedidos de criterioso estudo de viabilidade técnico-econômico completado por projetos de engenharia que oferecessem melhoria de qualidade e redução de custos na execução de obras. O resultado da aplicação dessa diretriz tem sido a obtenção de indiscutível produtividade na realização de nossos empreendimentos ou, em outras palavras, realizar mais com um mesmo montante, evitando a pulverização de recursos em empreendimentos secundários.

A par disso, identificamos várias obras relativas à infra-estrutura de transportes que trariam benefícios indiscutíveis a diversos órgãos da administração pública; procuramos interessá-los na realização dessas obras de forma a permitir a concretização de seus próprios objetivos. Daí adveio substancial cooperação financeira para a ultimação de objetivos comuns. Os resultados dessas operações financeiras com o IBC, IBRA, IAA e CEPLAC, nos anos de 1968 e 1969, atingiram cêrca de 100 bilhões de cruzeiros novos, enquanto que, nos anos anteriores, foi inexistente.

Por outro lado, a busca de melhores projetos e de maior rentabilidade econômica, motivou ampla tarefa de planejamento e o desenvolvimento de projetos de engenharia como conseqüência de prévios estudos de viabilidade técnico-econômica, dotando os diversos Departamentos do Ministério de instrumentos com os quais puderam se habilitar, junto às agências de financiamento para o desenvolvimento, a obtenção de recursos extra-orçamentários a longo prazo e juros baixos para implantação dêsses projetos.

Os números que se seguem demonstram o crescimento na obtenção de recursos em Agências de Financiamentos, quer externas, quer internas:

MILHÕES DE CRUZEIROS ANTIGOS

Financiamentos:

1964	1965	1966	1967	1968
24	—	1.078	72.740	320.429

Êsses recursos foram obtidos mediante financiamento do BIRD, BID, AID, BNDE, BEG e outros, sendo que, neste ano, já se conseguiu com o BIRD mais um financiamento no valor de US$ 400 milhões e com o BID um outro no valor de US$ 30 milhões para a construção naval.

Deve-se destacar que tais financiamentos são creditados à qualidade e rentabilidade dos projetos selecionados, e permitiram que passássemos dos insignificantes 24 milhões de cruzeiros antigos em 1964, para o significativo montante de 320.429 milhões em 1968 e 1 bilhão, 720 milhões para serem aplicados a partir de 1969.

Outro ponto que merece particular destaque é o que diz respeito à melhoria de produtividade na operação dos serviços. As diversas organizações que fornecem serviços apresentam hoje marcante diminuição de suas despesas em comparação com os resultados produzidos.

Caracterizamos essa afirmativa da seguinte forma:

a) Atualmente não existe nenhum Pôrto subvencionado.

b) No setor da Navegação, a melhoria da produtividade pode ser expressa pela redução do montante de subvenções concedidas às Emprêsas operadas pelo Govêrno.

Exemplo:

Em 1963 — NCr$ 239.586.017

Em 1968 — NCr$ 39.090.400

c) No setor Ferroviário verifica-se que, numa subvenção de ..... NCr$ 176,6 milhões em 1963, atingimos em 1968 uma redução para NCr$ 55,1 milhões (moeda deflacionada). Essa redução nas subvenções foi acompanhada, no período, por acentuado crescimento na receita e simultânea redução na despesa, propiciando a melhoria do coeficiente de exploração de 3,444 para 2,097 em idêntico período.

Está assim claro que, a economia de recursos obtida com a melhoria de operação dos serviços tem permitido o emprêgo mais racional dos recursos recebidos.

Realìsticamente, se sucessos existem, devem ser creditados à inteligência, à capacidade profissional, à imaginação, à honradez e ao amor à Pátria de uma grande equipe, da qual somos apenas um dos integrantes. Uma equipe dedicada que trabalha de manhã à noite, sem desfalecimentos, com entusiasmo e dedicação invulgares, que afirma nossa crença num Brasil nôvo que parte para novos caminhos.

Não seria difícil, portanto, identificar que os resultados obtidos são devidos a uma equipe que foi capaz de:

1 — Fretes e Construção Naval

— de imaginar e concretizar o Fundo de Refinanciamento da Marinha Mercante que proporcionará, em 4 anos, a aplicação de recursos no montante de NCr$ 480 milhões, o que nos possibilitará atingir 4.000.000 TDW (soma superior a tôdas as marinhas mercantes sul-americanas reunidas) em comparação com 1.300.000 TDW em março de 1967;

— de incentivar a participação da iniciativa privada na conquista de fretes internacionais ampliada agora através do Decreto-lei n.º 666, de 2-7-69, assinado pelo Presidente Costa e Silva e que pode ser sintetizado pelos seus parágrafo único e art. 2.º: "Deverão predominar em tráfego entre o Brasil e os demais países, os armadores nacionais do país exportador de mercadorias até que seja obtida a igualdade de participação entre os mesmos armadores preconizada pela política brasileira de transportes marítimo internacional. Será feito, obrigatòriamente, em navios de bandeira brasileira, respeitado o princípio de reciprocidade, o transporte de mercadorias importadas por qualquer órgão da administração pública federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, inclusive emprêsas públicas e sociedades de economia mista, bem como, as importadas com quaisquer favores governamentais, e ainda, as adquiridas com financiamento total ou parcial de estabelecimento oficial de crédito, assim também com financiamentos externos concedidos a órgãos da administração pública federal, direta ou indireta;

— de promover a transformação das autarquias de navegação em sociedades anônimas, com melhoria de operação e marcante redução de subvenções recebidas;

— de realizar um plano de melhoramento da navegação de cabotagem, racionalizando os serviços e incentivando a participação da iniciativa privada nos empreendimentos.

2 — Rodovias

— de realizar um conjunto de estudos de viabilidade técnico-econômica e de projetos de engenharia que permitiram a obtenção de inúmeros financiamentos externos e internos;

— de obter redução nos custos de construção mediante criteriosa elaboração de projetos completos de engenharia;

— de promover, em associação com outras entidades governamentais, projetos integrados que concretizam objetivos multissetoriais, tal como ocorre nos emprendimentos que realizamos com a cooperação do IBRA, IBC, IAA e CEPLAC;

— de haver realizado o estudo de mais de 10.000 km de rodovias e e concluir, no ano em curso, o significativo resultado de mais 5.000 km estudados;

— de dar especial destaque à ação da Diretoria de Vias de Transporte, cuja valiosa colaboração se processa através de obras delegadas, proporcionando a oportunidade de adestramento e aperfeiçoamento da nossa engenharia militar por intermédio dos batalhões rodo-ferroviários.

Tem sido nossa orientação aos órgãos subordinados — DNER e DNEF para que prestem irrestrito apoio aos trabalhos que estão delegados ao Exército Nacional.

Prova é que, de um montante de NCr$ 49,391 milhões em 65, os recursos atribuídos à Diretoria de Vias de Transporte, atingiram em 1968, a significativa cifra de NCr$ 191,640 milhões. Além disso, o Ministério dos transporte está destacando, no momento, a quantia de 40 milhões para reequipamento das unidades de construção do Exército na Amazônia;

— de entrosar-se com os países sul-americanos vizinhos, através do estabelecimento de convênio e solicitações conjuntas, para obtenção de financiamentos multinacionais pelo BID para ligações que conectam nossa rêde rodoviária com as daqueles países. Destacam-se as ligações no Rio Grande entre Brasil, Uruguai e Argentina, a rodovia Campo Grande—Aquidauana—Corumbá, na fronteira da Bolívia e a estrada Pôrto Velho—Rio Branco—Pucalpa, na fronteira do Peru;

— de proporcionar os estudos para implantação da rodovia Transamazônica que, partindo do Nordeste, irá até o Acre tangencionando ou atravessando em seu percurso os afluentes do Rio Amazonas e estabelecendo vias naturais de acesso àquele Estado, permitindo, dessa forma, a algumas das regiões brasileiras de substancial densidade demográfica meios de expansão, fluindo material humano e recursos para uma definitiva conquista e colonização da Amazônia.

3 — Ferrovias

— de concluir obras como o Tronco Sul, cuja construção se arrastava por mais de 30 anos;

— de realizar projetos que justificaram, junto ao BNDE, a obtenção de financiamento de mais de NCr$ 100 milhões, fato que não ocorria há muitos anos;

— de idealizar e justificar a criação do Fundo Federal de Desenvolvimento Ferroviário, que permitirá a realização de um programa de investimentos;

— de comprovar junto ao BIRD a seriedade com que se promove a recuperação do sistema, a tal ponto que, nos próximos dias estará no Brasil uma missão daquele Banco para iniciar, com os nossos técnicos ferroviários, o estudo e análise de projetos para financiamentos;

— de conseguir a melhoria dos serviços da RFFSA, que pode, no dia de hoje, apresentar os resultados significativos caracterizados por:

Aumento do transporte de carga útil	11%
Aumento de passageiros suburbanos	10%
Aumento de receita gestorial	57%
Melhoria do coeficiente de exploração	20%
Redução do deficit	20%

Aqui vale também acentuar o extraordinário trabalho dos batalhões ferroviários da Diretoria de Vias de Transporte do Exército Nacional, destacando-se a construção do Tronco Sul e o do trecho Brasília — Pires do Rio pela sua natural importância como fator de integração e segurança nacional.

4 — Portos

— de obter a melhoria da prestação de serviços de forma a eliminar as subvenções governamentais. Hoje, nenhum Pôrto necessita de subvenções;

— de planejar e desenvolver, em todos os portos do Brasil, um conjunto de empreendimentos que abrange o aumento de cais acostável e reequipamento, a realização de dragagens e a construção de armazéns;

— de implantar a execução de terminais de alta capacidade para movimentação de granéis sólidos, como os terminais salineiros de Macau e Areia Branca, terminais açucareiros de Recife e Maceió e terminal para embarque de cacau em Ilhéus;

— de promover, como faz atualmente, a implantação de uma contabilidade de custos de maneira a estabelecer um sistema de tarifas que represente, realmente, os exatos custos do serviço.

Essas são, no nosso entender, as verdadeiras razões da obra que estamos desenvolvendo no Ministério dos Transportes, fruto, especialmente, do trabalho, determinação e entusiasmo e, sobretudo, de fé nos propósitos em que nos empenhamos.

5 — Investimentos: índices comparativos

Se analisarmos os investimentos realizados verificamos que os preços de 1968, sofreram variações de NCr$ 547 milhões em 1964, NCr$ 968 milhões em 1965, NCr$ 1.141 milhões em 1966, NCr$ 1.158 milhões em 1967 e NCr$ 1.294,5 milhões em 1968.

Constata-se, nìtidamente, que o crescimento dos recursos destinados a investimentos, durante nossa Administração mantiveram-se dentro de índices normais.

Podemos, inclusive, compará-los com as evoluções do PIB e das Despesas da União. Essa comparação traduz, em relação ao PIB, sôbre os investimentos em Transportes, os seguintes índices: 1964 — 0,9% — 1965 — 1,5% — 1966 — 1,6% — 1967 — 1,5% e 1968 — 1,6%, demonstrando, pràticamente, que os acréscimos nos investimentos em Transportes apenas acompanharam os acréscimos do PIB.

Da mesma forma, a comparação das Despesas de Caixa da União em percentagem sôbre dispêndios de Investimentos no setor de Transportes demonstra que, em 1964 chega-se a um índice de 5,8; em 1965, 10,1; em 1966, 11,3; em 1967, 10,6 e em 1968 igual a 11,7, o que prova, da mesma forma, que os acréscimos nos investimentos do setor de Transportes se mantiveram, pràticamente, constantes em relação às despesas da União.

Se o crescimento de nossos empreendimentos não se deve, fundamentalmente, ao aumento de recursos disponíveis, há necessidade de buscarmos outras razões que expliquem o indiscutível desenvolvimento no setor de Transportes.

Essas razões já foram objeto de citação ao longo da exposição que ora fazemos.

São razões que não podem ser medidas por cifras.

Houve, de fato, acima do convencional cumprimento do dever, motivos maiores que se apoiaram no firme desejo de romper com uma estrutura arcaica, partindo para uma arrancada capaz de permitir que em breves anos, nossa Pátria possa se situar lado a lado com as mais adiantadas nações do Universo.

III — REALIZAÇÕES EM 1968

MARINHA MERCANTE

1 — Navegação de longo curso

Relativamente à navegação de longo curso e para poder levar a bandeira brasileira a todos os mares do mundo, disputar agressivamente o mercado de fretes e abrir novos mercados, impôs-se a associação do Lóide com as Companhias privadas. Tal procedimento permitiu a implantação de linhas internacionais para as costas dos Estados Unidos, Canadá, Europa, Extremo Oriente, alcançando o Japão, América do Sul e África.

Coroada de sucesso a política agressiva do Brasil, na guerra internacional de fretes, através de uma série de novos acôrdos com a Polônia, Argentina e EUA, foi a mesma implementada pela reestruturação das Conferências de Fretes na área da Europa, abrangendo o tráfego entre o Brasil e os portos dos países escandinavos, Polônia, Rússia, Alemanha Ocidental, Alemanha Oriental, Holanda, Bélgica, Inglaterra, Irlanda, Portugal e portos da costa atlântica da França e Espanha.

Os dois acôrdos de rateios de fretes, prèviamente existentes, Hamburgo/Boulongo Sur Ner/Portos Brasileiros e Portos Brasileiros/Antuérpia/Hamburgo, considerados lesivos aos interêsses nacionais, foram denunciados e anulados pela Comissão de Marinha Mercante, e substituídos por um nôvo acôrdo; igualmente foi assinado um acôrdo de rateio de fretes para o tráfego entre os portos do Brasil e da costa atlântica da França.

O resultado dessa corajosa política do Govêrno reflete-se nos seguintes números — 93 milhões de dólares em 1966; 126 milhões em 1967 e 150 milhões em 1968. A Criação da Comissão de Coordenação de Transportes a Granel, objetivando a conjugação de esforços da Vale do Rio Doce, Siderúrgica Nacional, Usiminas, Cosipa e Petrobrás, produziu dois efeitos: Redução do custo do transporte do minério de ferro, carvão e petróleo de 40% a 50% provocando mesmo baixa nas cotações do frete internacional; e o preço do minério de ferro, com o barateamento do transporte, cêrca de 3,5 dólares por tonelada, permitiu colocar essa matéria-prima no mercado internacional, em condições competitivas com os outros países produtores.

2 — Navegação de cabotagem

Analisando a conjuntura da navegação de cabotagem, chegou-se à conclusão de que a melhor política seria estabelecer condições econômico-financeiras mínimas para constituição e funcionamento de companhias de navegação.

Dentro dessa nova concepção, exemplo marcante é o da consolidação progressiva das Linhas Brasileiras de Navegação S/A — formada pela

associação de pequenas e inexpressivas emprêsas, — e que já possuem hoje 50.000 TDW de navios próprios e 60.000 TDW de navios encomendados a estaleiros nacionais.

3 — Navegação interior

Cumpria também reformular tôda a sistemática da navegação interior. Após estudos de levantamento de carga disponível nas várias linhas, e dos tipos de embarcações mais adequados à navegação nos vários trechos de rios considerados, encomendaram-se aos estaleiros nacionais 60 chatas e 13 empurradores; já se acham, em tráfego nos rios Paraná, S. Francisco e Amazonas os novos comboios que vieram mudar o panorama da navegação nos rios brasileiros.

4 — Construção naval

Estudando a problemática da construção naval a fim de corrigir a carência de transportes marítimos o Govêrno proporcionou os meios de reativação da indústria naval. Assim, estão em construção nos estaleiros nacionais cêrca de 160 unidades, entre navios, embarcações, rebocadores e chatas, totalizando 490.000 TDW, cêrca de 50% da tonelagem atual de nossa Marinha Mercante. Em estaleiros estrangeiros constroem-se 6 graneleiros, cada um com mais de 100.000 TDW, e na Polônia 10 cargueiros velozes de 10.000 TDW cada, perfazendo essas encomendas um total de 790.000 TDW. Foi ainda assinado um contrato entre a DOCENAVE e a VEROLME para a construção de um graneleiro de 53.000 TDW, o maior navio já construído, no Hemisfério Sul.

Com tal programa ficaram os estaleiros com a capacidade de produção garantida, por três anos. E já se aprestam para construir navios até 200.000 TDW.

Sòmente no Govêrno COSTA E SILVA, foram encomendados navios num montante igual ao que havia sido encomendado, nos 10 anos anteriores.

Os investimentos em construção naval elevaram-se a NCr$ 265 milhões.

5 — Área administrativa

No campo administrativo promoveu-se a consolidação da nova estrutura da CMM dentro da filosofia da Reforma Administrativa.

Com referência às emprêsas de economia mista procurou a CMM desenvolver-lhes a mentalidade empresarial, de modo a reduzir os custos dos serviços, aumentar a produtividade de todo o sistema e eliminar gradativamente as subvenções.

O pessoal da Marinha Mercante mereceu cuidados especiais. Assim, de acôrdo com os entendimentos estabelecidos entre a Comissão de Marinha

Mercante e o Ministério da Marinha elaboraram-se os currículos dos cursos de preparação do pessoal subalterno, tendo sido iniciados, neste ano, alguns dêsses cursos.

Espera-se, assim, melhoria sensível, nos níveis operacionais dos navios.

SETOR RODOVIÁRIO

1 — Estudos

Adotou-se a sistemática contratação de firmas nacionais para execução de serviços de consultoria, medida de real significação para a otimização de investimentos, representando ainda providência do maior alcance para o desenvolvimento da técnica nacional e revigoramento e expansão da engenharia rodoviária brasileira.

Entre os estudos de viabilidade e/ou projetos concluídos no corrente exercício, destacam-se:

— os referentes à Ponte Rio-Niterói e às rodovias Belém-Brasília, Rio-Santos, Alegrete-Uruguaiana, variante da COPEL (Paraná), Pesqueira -Arcoverde e Igarapava-Delta;

— conclusão da análise da rêde rodoviária, abrangendo as estradas federais e estaduais, elaboração do Plano Diretor para o seu desenvolvimento e respectivo programa de investimentos no período 1968/76, dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia;

— análise da rêde rodoviária, abrangendo as estradas federais e estaduais, e elaboração do Plano Diretor para o seu desenvolvimento e respectivo programa de investimentos no período 1968/1976, dos Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso e Goiás;

— estudo da reorganização dos Departamentos de Estradas de Rodagem e dos serviços de Conservação de Rodovias nos seguintes Estados: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Mato Grosso e Goiás;

— conclusão do estudo de viabilidade técnica das rodovias BR-135/136, trecho São Luís-Teresina e da duplicação e melhoramentos da BR-324, trecho Salvador-Feira de Santa.

2 — Atividades

Foram construídos 1.750 km de rodovias e pavimentados ou restaurados a cifra recorde de 2.150 km, além da construção de 5.500m de pontes e viadutos; despenderam-se em tais obras NCr$ 585 milhões.

Foram concluídas e entregues ao trânsito público importantes obras rodoviárias, como o trecho Muriaé-Campos, da BR-040, com a extensão de 160 km; Diamantina-Curvelo, nas BR-259/367, com a extensão de 127 km; Osório-Tôrres, na BR-101, com 100 km de extensão; Curitiba-Paranaguá, na BR-277, com 87 km; Realeza-Rio Casca, na BR-262, com a extensão de 69 km; restauração da rodovia Rio-Petrópolis e construção da ponte sôbre o rio Quaraí, com 750 metros.

Outras obras foram ou estão sendo concluídas e aguardam oportunidade para sua entrega ao público, como a ponte sôbre o rio Santa Maria, na BR-290 com o expressivo comprimento de 1.772 metros; o trecho Pôrto Alegre-São Gabriel, na BR-290, com 331 km; o trecho Feira de Santana-Serrinha, na BR-116, com 72 km; Ceres-Anápolis, na BR-153, com 80 km; Russas-Icó, na BR-116, com 210 km; São Luís-Peritoró, na BR-135, com 243 km; Fortaleza-Sobral, na BR-222, com 253 km; Campina Grande-Pombal, na BR-230, com 243 km; Divisa ES/MG-Monlevade, com 206 km; Laranjeiras-Foz do Iguaçu, na BR-277, com a extensão de 287 km.

3 — Área administrativa

O DNER firmou com a Fundação Getúlio Vargas um convênio com a finalidade de apresentar estudos para a reformulação do órgão dentro dos princípios estabelecidos no Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967.

As operações de crédito externas e internas, realizadas segundo diretrizes e condições amplamente favoráveis duplicaram os recursos para o desenvolvimento dos programas de trabalho.

Aproximadamente 200 milhões de dólares, representando cêrca de 800 milhões de cruzeiros novos, foram incorporados aos recursos ordinários do Departamento, destacando-se entre essas operações, o empréstimo realizado com o consórcio de bancos inglêses e com o Tesouro Nacional, para a construção da Ponte Rio-Niterói, com o BNDE para implantação e pavimentação da Rêde Prioritária Básica do Nordeste com a USAID para a pavimentação da BR-262 e ainda com o BNDE para amplo programa de financiamento à construção e melhoria de estradas vicinais, que ensejou aos Estados, até o momento, a percepção de quase 60 milhões de cruzeiros novos.

Fato que merece registro foi o início de negociações com o Banco Mundial, para abertura de linha de crédito, da ordem de 400 milhões de dólares, para os próximos exercícios, o que vem assegurar a continuidade e ampliação do plano de obras e de projetos em execução.

SETOR FERROVIÁRIO

1 — Construção

Fato marcante em 1968 no setor ferroviário foi a ligação da Capital Federal com os sistemas ferroviários do Sul e Centro-Sul do País; êsse

acontecimento, além do seu significado mais imediato, veio representar o ponto de partida para a integração total de Brasília com o restante do sistema ferroviário nacional.

2 — Principais obras

TRONCO SUL

— Trecho Uberlândia-Araguari — com cêrca de 62km de extensão atacada, restando, apenas, para conclusão dos serviços de terraplenagem 25% do total.

— Trecho Itapeva-Engenheiro Bley — com cêrca de 75% do leito concluído, apresenta-se com 3.566 metros de obras de arte especiais e túneis, totalmente terminados.

— Trecho Lajes-Roca Sales-General Luz — foram concluídos os serviços de terraplenagem, com o volume superior a 2.300.000m³, tendo sido executados aproximadamente 4.900 metros de obras de arte especiais, além de mais de 35 km de túneis.

TRONCO T-1

— Trecho Crateús-Altos-Teresina — com 80% dos serviços de terraplenagem concluídos e já iniciados os trabalhos de assentamento de trilhos.

— Ligação da Estrada de Ferro Central do Brasil com a Estrada de Ferro Santos a Jundiaí, Jundiapeba-Ribeirão Pires — prosseguiram os serviços de terraplenagem.

— Trecho Roca Sales-Passo Fundo — acha-se com cêrca de 80% dos serviços de terraplenagem concluídos, 1.012 metros de obras de arte especiais e 9.766 metros de túneis.

— Trecho Cêrro Largo-Santo Ângelo — os serviços de terraplenagem se encontram com 90% do total concluídos e as obras de arte especiais terminadas, restando 25% para a conclusão de assentamento dos trilhos.

PRINCIPAIS OBRAS CONCLUÍDAS EM 1968

— remodelação de 700 km de linha;

— entrega ao tráfego da variante de Pedras Altas (Hulha Negra-Herval), na VFRGS, com 130 km de extensão cujas condições técnicas permitem a triplicação da tonelagem rebocada e a velocidade dos trens no trecho;

— construção de 2 oleodutos, com 2 km, ligando a Refinaria Gabriel Passos ao terminal ferroviário do Embiruçu, na VFCO, para atender ao abastecimento, com derivados de petróleo, do triângulo Mineiro e Planalto Central;

— conclusão do nôvo oleoduto, com 38 km, entre Cubatão e Utinga, na EFSJ, para atender ao transporte dos produtos claros.

3 — RFFSA como emprêsa

No campo da exploração ferroviária a RFFSA colheu expressivo resultado obtendo o inédito aumento de 11% sôbre o trabalho realizado no ano anterior, com acréscimo superior a um bilhão de toneladas-quilômetros úteis de carga transportada, possibilitando à Emprêsa apresentar sua produção anual recorde de 10,5 bilhões de toneladas-quilômetros úteis de carga. Tal resultado é fruto da política de descentralização administrativa e agressividade comercial que está sendo implantada na Emprêsa.

Os resultados gestoriais da RFFSA acusam o aumento de 17% na receita, e de apenas 13% na despesa, referidos no exercício anterior.

Como fatos de maior destaque podem-se citar:

— a colaboração de convênio com a Ferrocarriles General Urquiza (Argentina) para a importação de trigo e exportação de café e madeiras;

— o início da integração rodo-ferroviária de Assunção, no Paraguai, ao pôrto livre de Paranaguá;

— a integração ferroviária Brasil-Bolívia, decorrente de convênio com a Ferrocarril Yacuiba-Santa Cruz-Corumbá;

— a inauguração do transporte em "Containers" no eixo Rio-São Paulo, já com dois trens diários, e o maior desenvolvimento dêsse transporte na Rêde de Viação Paraná-Santa Catarina;

— a integração da EFSLT com a antiga Estrada de Ferro Central do Piauí, através da ligação Teresina-Altos, recentemente concluída;

— construção, nas oficinas da RFFSA, de 40 carros metálicos para passageiros e reconstrução de 25 locomotivas;

— colocação da encomenda de 400 vagões tanques para atender o escoamento da produção das novas refinarias Alberto Pasqualini e Gabriel Passos.

4 — Área administrativa

No que se refere a pessoal verificou-se a redução de cêrca de 5.000 empregados da RFFSA sem criação de problema social, obtida através da dinamização dos processos de aposentadoria e da rigorosa contenção de admissões, aliada ao programa de treinamento técnico que permitiu um acréscimo da produtividade do pessoal, superado, hoje, em 60% àquela de 1963.

Convênio com o BNDE — Foi assinado com o BNDE para realização de obras, estudos e projetos, no montante de NCr$ 40 milhões, já tendo sido selecionada entre 14 firmas nacionais a que irá elaborar o estudo de viabilidade da ligação Roca-Sales-Passo Fundo e que deverá estar concluído no 1.º semestre de 1969.

NO SETOR DE PORTOS E VIAS NAVEGÁVEIS

1 — Obras portuárias

Foram realizados investimentos de NCr$ 62 milhões, enumerando-se as seguintes metas atingidas:

— estudos de viabilidade econômica para a construção do nôvo pôrto de Belém, do pier petroleiro de Mucuripe e para expansão do pôrto de Santos com o aproveitamento da margem esquerda;

— construção de 400m do nôvo pôrto de Itaqui, no Estado do Maranhão;

— recuperação do cais flutuante do pôrto de Manaus, com obras complementares;

— ampliação do cais acostável, do pôrto de Mucuripe 160m, e construção de armazéns, prédios administrativos, obras complementares, e rêdes de abastecimento de água e energia elétrica;

— início da construção do nôvo terminal açucareiro, e quebra-mar com 1.150 m em convênio com IAA, no pôrto de Recife;

— construção de 400 m de cais, do nôvo terminal açucareiro de Maceió e a criação de cêrca de 200.000 m² de área para a expansão do Pôrto;

— conclusão do quebra-mar do nôvo pôrto de Ilhéus-Malhado com 1.980 m e início da construção de 420 m de cais;

— recuperação total do cais do pôrto de Angra dos Reis com 400 m, inclusive armazéns e obras complementares;

— construção do pôrto de Paranaguá do nôvo pier petroleiro, de 4 armazéns, início da construção do nôvo silo para cereais e ampliação do cais comercial, 500 m;

— complementação das obras do Parque de Minério e Carvão, recuperação do frigorífico para frutas, construção do ramal ferroviário e preparo do terminal para "containers" do pôrto do Rio de Janeiro;

— ampliação do pôrto de Imbituba com 168 m de cais e terrapleno para ampliação do pátio de carvão;

— aquisição e montagem de 244 guindastes de pórtico, destinados aos portos de Belém, Itaqui, Mucuripe, Cabedelo, Maceió, Salvador, Ilhéus, Vitória, Rio de Janeiro, Santos, Paranaguá, São Francisco do Sul, Itajaí, Pôrto Alegre e Rio Grande.

O quadro seguinte representa o volume em milhares de toneladas de granéis sólidos, líquidos e carga geral, movimentados nos anos de 1967 e 1968, nos principais portos nacionais, bem como, o aumento em percentagem do ano de 1968 com relação ao de 1967:

PORTOS	TONELAGEM MOVIMENTADA (1.000 T)		AUMENTO 1968/1967
	1967	1968	
Mucuripe	892	950	+ 7%
Recife	1.729	1.900	+ 10%
Rio de Janeiro..	16.410	19.200	+ 17%
Santos	14.565	16.500	+ 13%
Paranaguá	1.608	2.100	+ 30%
Pôrto Alegre ...	3.247	3.650	+ 12%
Rio Grande	2.669	2.700	+ 2%

2 — No campo das vias navegáveis

No campo das vias navegáveis, está sendo elaborado um estudo geral, compreendendo as principais bacias hidrográficas, com vista à elaboração de um Plano Hidroviário Nacional, inclusive de interligações de bacias, a fim de promover a sua integração no sistema viário e permitindo o intercâmbio comercial entre as diferentes regiões do País. Neste campo foram investidos NCr$ 11 milhões, e atingidas as seguintes metas:

— estudos hidrométricos nos rios que servem os Estados do Amazonas e Acre e Territórios de Rondônia, especialmente dos rios Madeira, Purus, Acre, Juruá, Negro e Branco;

— levantamento aerofotográfico da área das corredeiras do Bem-Querer no rio Branco — Território de Roraima;

— início da construção das eclusas de Boa Esperança;

— construção de eclusas no rio Tietê, em Convênio com o Govêrno do Estado de São Paulo;
— estudos hidrológicos nas bacias dos rios Jacuí e Ibicuí;
— prosseguimento da eclusa e barragem do Anel Dom Marcos;
— início do estudo geral da rêde hidroviária nacional através de um consórcio franco-brasileiro.

3 — No campo administrativo

Destacam-se:

— prosseguimento da Reforma Administrativa do DNPVN dentro dos princípios do Dec.-lei 200, de 25 Fev 67;
— assinatura dos contratos de concessão dos terminais salineiros de Macau e Areia Branca, encontrando-se em fase final os estudos e projetos para sua implantação definitiva;
— assinatura de convênio entre o DNPVN e o Govêrno do Estado de Sergipe para administração do Pôrto de Aracaju.

PERSPECTIVAS PARA 1969

1 — No setor de Marinha Mercante

Metas programadas:

— ampliação da participação da bandeira nacional no transporte de mercadorias visando a atingir a cifra de US$ 180 milhões;
— substituição gradual dos navios afretados por navios construídos em estaleiros nacionais;
— receber dos estaleiros nacionais, cêrca de 65 embarcações, totalizando 150.000 TDW, entre cargueiros, graneleiros, frigoríficos, tanques, chatas, barcaças e empurradores;
— retirar do serviço ativo os navios obsoletos;
— aperfeiçoar os métodos de formação do pessoal subalterno.

2 — Rodovias

Metas programadas:

— pavimentação de 2.500 km;
— entrega ao público dos seguintes trechos com as respectivas extensões:

BR	UF	TRECHO	EXT. (km)
140	MG	— Contôrno de Ouro Prêto	12,0
101	BA	— Div. SE/BA — Esplanada	38,4
101	BA	— Itabuna — Ubaitaba	43,0
101	SE	— Div. AL/SE — Div. SE/BA ..	204,7

101	AL	— Div. PE/AL — Maceió	84,1
101	RN/PB	— Natal — João Pessoa	163,5
101	SC	— Joinvile — Florianópolis	163,5
116	CE	— Russas — Icó	213,0
116	BA	— Serrinha — Feira de Santana	72,5
116	PE	— Div. CE/PE — Salgueiro — Div. PE/BA	92,2
135	RJ	— Contôrno de Três Rios	5,0
135	MA	— São Luís — Peritoró	225,9
153	GO	— Anápolis — Ceres	140,0
163	MT	— Campo Grande — Rio Brilhante	154,6
222	CE	— Fortaleza — Sobral	227,0
232	PE	— Recife — Salgueiro	514,2
262	MG	— Betim — Uberaba	441,3
262	MG/ES	— Realeza — Vitória	250,8
267	MG	— Leopoldina — Juiz de Fora	85,0
267	MT	— Pôrto XV — BR-163	247,6
290	RS	— Pôrto Alegre — Rosário do Sul	392,1
316	NA	— Peritoró — Teresina	191,6
343	PI	— Piripiri — Teresina	160,0
364/519/236	NT/RO/SC	— Cuiabá — Rio Branco	1.886,0
373/277	PR	— Ponta Grossa — Foz do Iguaçu	538,0
458	MG	— Ipatinga — Iapu	50,0
471	RS	— Quintas — Chuí	218,0
472	RS	— Uruguaiana — Barra do Quaraí	75,0
474	MG	— Ponte Nova — Rio Casca	43,0

Observações: Os serviços realizados ou a serem realizados nos trechos acima serão de pavimentação, a exceção do trecho Cuiabá — Rio Branco que será de implantação básica.

3 — Ferrovias

Metas programadas:

1 — No campo da construção:

Tronco Sul — entrega ao tráfego definitivo dos trechos:

— General Luz (RS) a Lajes (SC) com 454 km
— Engenheiro Bley (PR) a Ponta Grossa (PR) com 83 km
— Araguari (MG) a Uberlândia (MG) com 56 km

Troncos Secundários e Ligações Ferroviárias — conclusão e entrega ao tráfego:

— Água Boa a Cianorte (PR) com 61 km
— Jundiapeba (SP) a Ribeirão Pires (SP) com 32 km, fazendo parte do Anel Ferroviário da Cidade de São Paulo.

Prosseguimento das obras:

— Teresina (PI) a Oiticica (CE) com 238 km
— Cruz das Almas (BA) a Santo Antônio de Jesus (BA) com 60 km
— Araguari (MG) a Pires do Rio (GO) com 192 km
— Pátio e Estação de Brasília (DF)
— Unificação e Remodelação dos Transportes Suburbanos da Guanabara
— Itapeva (SP) a Ponta Grossa (PR) com 203 km

2 — No campo da exploração:

— prosseguimento da execução de uma política comercial marcada pelo constante empenho em vender transporte, conquistando novos clientes e aproveitamento ao máximo a capacidade ociosa das estradas, prevendo-se uma produção de 11,6 bilhões de toneladas km úteis de carga transportada, resultado que irá superar em 10% o trabalho realizado em 1968.

Investimento de NCr$ 257 milhões em serviços de rentabilidade mais imediata, destacando-se:

— remodelação de 1.200 km de linha;
— conclusão de 5 variantes, com um total de 50 km, no eixo Rio-São Paulo que permitirão o tráfego de trens a 120 km por hora;
— instalação do sistema de cremalheira na EFSJ, com modernas locomotivas elétricas, no trecho antigo da Serra do Mar e que duplicará a capacidade de transporte;
— a frota ferroviária será revigorada com o recebimento de 400 vagões-tanques e reconstrução de 450 vagões de carga;
— construção e montagem de 70 novos carros de passageiros;
— reconstrução de 30 (trens unidades elétricas de subúrbio);
— reconstrução e aquisição de 14 locomotivas e prosseguimento do programa de modernização de freios a ser aplicada em mais 660 veículos.

3 — No campo administrativo:

Consolidação do sistema ferroviário com a adoção de um único sistema, composto das atuais rêdes federal e estadual, num total de vinte e duas ferrovias, administrado através de superintendências regionais, que

adotarão medidas de implantação a curto e médio prazos, visando à unificação do comando da política dos transportes ferroviários, estabelecerem-se bases para a reestruturação dos órgãos ligados aos mesmos, com a conseqüente simplificação de sua estrutura administrativa.

— Redução do efetivo a 125.000 empregados, aumento de produtividade e aprimoramento da operação e da técnica administrativa.

4 — Portos e vias navegáveis

Metas programadas:

— prosseguimento de estudos e projetos para as bacias do Paraguai e dos rios Purus, Madeira, Juruá, Negro, Branco, Ibicuí e Jacuí;

— prosseguimento da construção das eclusas de Boa Esperança, no rio Tietê e na barragem do Anel de Dom Marcos;

— complementação das obras do Parque de Minério e Carvão do Pôrto do Rio de Janeiro;

— retomada da construção da barragem eclusada do Bom Retiro, no rio Taquari;

— aquisição e instalação de equipamentos modernos para a movimentação de cargas gerais, granéis sólidos e líquidos, cofres de carga (containers), frigoríficos, silos e demais instalações complementares;

— aquisição de 2 dragas por conta de financiamento inglês, uma de alto mar e outra de alcatruzes, equipamentos de "containers" para os Portos de Santos e Rio de Janeiro e 5 cábreas de 100 a 150 toneladas de capacidade;

— recuperação das linhas férreas e ampliação das rêdes de água, esgôto e energia elétrica do Pôrto de Salvador com vistas à demanda de 27 guindastes de pórtico, em face de montagem;

— recuperação da rêde elétrica do Pôrto de Pôrto Alegre para atender a 17 novos guindastes;

— construção do pier petroleiro do Pôrto de Mucuripe;

— construção de silos para cereais e armazéns internos e externos no Pôrto de Santos;

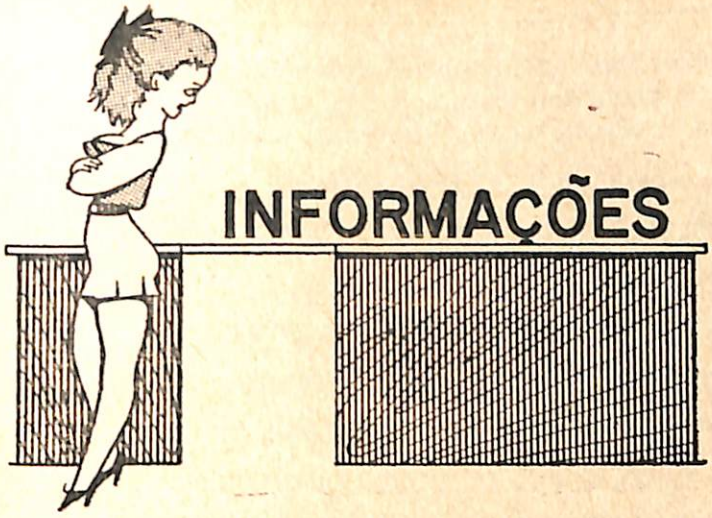
— construção da barragem de Amarópolis (em substituição a Três Irmãos) no rio Jacuí;

— construção das instalações do nôvo Pôrto de Belém com 400 metros de cais acostável e recuperação da rêde elétrica para atender à demanda de 18 guindastes em fase de montagem.

Observação final:

Uma percentagem significativa das obras programadas para 1969, inclusive, Construção Naval, Rodovias e Ferrovias, já foram inauguradas e entregues à sua destinação.





LEITURA DINÂMICA

(*Conclusão*)

8. FAMÍLIAS ETIMOLÓGICAS

Pertencem à mesma família etimológica as palavras que possuem o mesmo radical. A elas também se dá o nome de **cognatos.**

Alguns cognatos de procedência latina

AEQUUS, A, UM (direito, justo):

adequar, equação, eqüidade, igual, iníquo.

AGER, AGRI (campo):

agrário, agricultor, agrícola, peregrino.

AGO, AGIS, EGI, ACTUM, AGERE (impelir, fazer):

ALTER, ALTERA, ALTERUM (outro):

ágil, ator, coagir, exigir, indagar, pródigo.
alterar, alternância, altruísmo, outro.

ANGO, ANGIS, ANXI, ANGERE (apertar):

angina, ângulo, angústia, ânsia.

CADO, CADIS, CECIDI, CASUM, CADERE (cair):

acidente, cadente, esquecer, incidir, ocaso.

CAEDO, CAEDIS, CECIDI, CAESUM, CAEDERE (cortar):

cesariana, cesura, conciso, incisão, precisar.

Dêste radical há numerosos derivados em cida, cidio, cuja significação é matar: fratricida, homicida, infanticida, matricida, parricida, regicida, uxoricida, suicida, fratricídio, homicídio, suicídio, etc.

CAPIO, CAPIS, CEPI, CAPTUM, CAPERE (tomar):

antecipar, cativo, emancipar, incipiente, mancebo.

CAPUT, CAPITIS (cabeça):

cabeça, capitão, capital, decapitar, precipício.

CAVEO, CAVES, CAVI, CAUTUM, CAVERE (ter cuidado):

caução, cautela, incauto, precaver-se.

COLO, COLIS, COLUI, CULTUM, COLERE (habitar, cultivar):

agrícola, colônia, culto, íncola, inquilino, cultura (agri-, avi-, hort-, pisci-, triti-, ovino-, etc.).

COR, CORDIS (coração):

acôrdo, cordial, discórdia, misericórdia, recordar.

DICO, DICIS, DIXI, DICTUM, DICERE (dizer):

abdicar, bendito, dicionário, ditador, fatídico, maledicência.

DO, DAS, DEDI, DATUM, DARE (dar):

data, doação, editar, perdoar, recôndito.

DOCEO, DOCES, DOCUI, DOCTUM, DOCERE (ensinar):

docente, documento, doutor, doutrina, indócil.

DUO, DUAE, DUO (dois):

dôbro, dual, duelo, duplicata, dúvida.

DUCO, DUCIS, DUXI, DUCTUM, DUCERE (levar, dirigir):

conduto, duque, educação, dútil, produzir, tradução, viaduto.

Dêste radical há numerosos derivados em duzir (an-, con-, de-, in-, intro-, pro-, re-, se-, tra-, etc.).

EO, IS, IVI, ITUM, IRE (ir):

comício, circuito, itinerário, transitivo, subir.

FACIO, FACIS, FECI, FACTUM, FACERE (fazer):

afeto, difícil, edificar, facínora, infecto, malefício, perfeito, suficiente. Há numerosos derivados em ficar (clari-, falsi-, grati-, puri-, testi-, etc.).

FERO, FERS, TULI, LATUM, FERRE (levar, conter):

ablativo, aferir, conferência, fértil, oferecer, prelado, relação.

FRANGO, FRANGIS, FREGI, FRACTUM, FRANGERE (quebrar):
fração, frágil, infringir, naufrágio, refratário.

FUNDO, FUNDIS, FUDI, FUSUM, FUNDERE (derreter):
fútil, funil, refutar, fundir, (con,- di-, in-, re-,) confuso, difuso, profuso.

GERO, GERIS, GESSI, GESTUM, GERERE (gerar):
beligerância, exagêro, famigerado, gerúndio, registo.

JACIO, JACIS, JECI, JACTUM, JACERE (lançar):
objeto, jacto, jeito, injeção, sujeito.

LAC, LACTIS (leite):
lácteo, lactante, lactente, leiteria, laticínio.

LEGO, LEGIS, LEGI, LECTUM, LEGERE (ler):
florilégio, legível, leitura, lente.

LOQUOR, LOQUERIS, LOCUTUS, SUM, LOQUI (falar):
colóquio, eloqüência, locução, prolóquio.

MITTO, MITTIS, MISI, MISSUM, MITTERE (mandar):
demitir, emissão, missionário, remeter, promessa.

MOVEO, MOVES, MOVI, MOTUM, MOVERE (mover):
motorista, motriz, demover, comoção, móvel.

NASCOR, NASCERIS, NATUS, SUM, NASCI (nascer):
natal, nativo, nascituro, renascimento.

NOSCO, NOSCIS, NOVI, NOTUM, NOSCERE (conhecer):
incógnita, noção, notável.

OPUS, OPERIS (obra):
obra, cooperar, operário, opereta, opúsculo.

PATIOR, PATERIS, PASSUS, SUM, PATI (sofrer):
compatível, paciente, paixão, passional, passivo.

PLICO, PLICAS, PLICAVI ou PLICUI, PLICATUM ou PLICITUM, PLICARE
aplicar, chegar, cúmplice, explicar, implícito, réplica.

PONO, PONIS, POSUI, POSITUM, PONERE (colocar):
apôsto, dispositivo, disponível, posição, pôsto.

QUAERO, QUAERIS, QUAESSIVI ou QUASII, QUAESITUM, QUAERERE (procurar):

adquirir, inquirir, quesito, questão, questor.

REGO, REGIS, REXI, RECTUM, REGERE (dirigir):

correto, reitor, regência, regime, reto.

RUMPO, RUMPIS, RUPI, RUPTUM, RUMPERE (romper):

corrupção, corruptela, rôto, ruptura, erupção.

SECO, SECAS, SECUI, SECTUM, SECARE (cortar):

bissetriz, inseto, secante, seção, segador, segmento.

SOLVO, SOLVIS, SOLVI, SOLUTUM, SOLVERE (desunir):

absolver, dissoluto, resolver, solução, solúvel.

SPECIO, SPECIS, SPEXI, SPECTUM, SPECERE (ver):

aspecto, espetáculo, perspectiva, prospecto, respeito.

STO, STAS, STETI, STATUM, STARE (estar):

estado, distância, estante, obstáculo, substância.

STERNO, STERNIS, STRAVI, STRATUM, STERNERE (estender por cima):

consternar, estrada, estratificar, prostrar.

SUMO, SUMIS, SUMPSI, SUMPTUM, SUMERE (tomar, apoderar-se):

assumir, consumir, sumidade, sumário.

TANGO, TANGIS, TETIGI, TACTUM, TANGERE (tocar):

contagioso, contingência, tato, contacto, atingir.

TENDO, TENDIS, TETENDI, TENSUM, TENDERE (estender):

atender, detento, contenda, extenso, pretensão.

TENEO, TENES, TENUI, TENTUM, TENERE (ter):

contentar, abstinência, tenaz, sustentar, tenor.

TORQUEO, TORQUES, TORSI, TORTUM, TORQUERE (torcer):

extorsão, tortura, retorquir, tortuoso, distorção.

VIDEO, VIDES, VIDI, VISUM, VIDERE (ver):

evidência, próvido, vidente, visionário.

VOLVO, VOLVIS, VOLVI, VOLUTUM, VOLVERE (enrolar):

devolver, envolto, revolução, voluta.

Alguns cognatos de procedência grega

AER, AÉROS, (ar):
aéreo, aeródromo, aeronauta, aeróstato.

ÁGO (conduzo):
demagogo, pedagogia, sinagoga.

AGÔN (luta):
agonia, antagonista, protagonista.

ANGELOS (mensageiro):
anjo, angelical, evangelista.

ÁNTHOS (flor):
antologia, crisântemo, perianto.

ÁNTROPOS (homem):
antropófago, antropologia, filantropo, misantropia.

ARITHMÓS (número):
aritmética, (ou arimética), logaritmo.

ÁRKTOS (urso):
ártico, antártico

ASTÉR (astro):
asteróide, astrólogo, astronomia.

AUTÓS (próprio):
autocrata, autógrafo, automático, autômato, autonomia.

BÁROS (pêso):
barítono, barômetro.

BIBLION (livro):
bibliófilo, bibliografia, biblioteca.

BIOS (vida):
anfíbio, biografia, biologia, macróbio.

DÁKTYLOS (dedo):
datilógrafa, datiloscopia.

DÊMOS (povo):
demagogo, democracia, epidemia.

DÉRMA (pele):
endoderma, epiderme, paquiderme.

DÓXA (opinião):
heterodoxo, ortodoxia, paradoxo.

DYNAMIS (fôrça):
dinâmica, dinamite, dinamômetro.

ÉIDOS (forma):
calidoscópio, elipsóide.

ÉNTERA (intestino):
enterite, disenteria.

ÉRGON (fôrça, trabalho):
energia, dramaturgo, metalurgia.

ÉTHNOS (raça):
étnica, etnografia, etnólogo.

ÉTYMOS (verdadeiro):
étimo, etimologia.

PHAGÊIN (comer):
antropofagia, fagocitose, sarcófago.

PHILOS (amigo):
bibliófilo, filologia, filósofo, filantropo.

PHÓBOS (mêdo):
fotofobia, germanófobo, hidrófobo.

PHONÉ (voz):
eufonia, fonologia, telefone.

PHÓS, PHOTÓS (luz):
fósforo, fotofobia, fotógrafo.

GÁMOS (casamento):
bígamo, gamopétalo, poligamia.

GASTÉR (estômago):
gastralgia, gastrite, gastrônomo.

GÊ (terra):
apogeu, geografia, geodésia, geólogo.

GLÔSSA ou GLÔTA (língua):
glossário, glotologia, poliglota.

GONÍA (ângulo):
diagonal, polígono.

GRÁPHO (escrevo):
grafologia, ortografia, polígrafo, telégrafo.

HAIMA, HAIMATOS (sangue):
anemia, hematologia, hemoptise, hemorragia.

HÉLIOS (sol):
afélio, helioscópio, heliotrópio.

HEMÊRA (dia):
efêmero, efeméride.

HEPTÁ (sete):
heptaedro, heptágono, heptassílabo.

HEX (seis):
hexágono, hexâmetro, hexassílabo.

HÍPPOS (cavalo):
Felipe, hipódromo, hipopótamo.

HYDOR (água):
hidráulica, hidrogênio, hidrografia.

HODÓS (caminho):
êxodo, método, período.

ÍDIOS (particular, próprio):
idioma, idiossincrasia, idiotismo.

ÍKHTHYS (peixe):
ictiófago, ictiol, ictiologia.

KÁLLOS (beleza):
calidoscópio, caligrafia.

KAKÓS (mau):
cacofonia, cacografia.

KHEIR (mão):
cirurgia, quiromancia.

KHORÉIA (dança):
coreografia, corifeu, Terpsícore.

KHRÔMA (côr):
acromatismo, cromossomo, policronia.

KHRÓNOS (tempo):
cronologia, cronômetro, diacrósico, isócrono.

KHRYSÓS (ouro):
crisálida, crisântemo.

KÓSMOS (mundo):
cosmopolita, microcosmo.

KYKLOS (círculo):
bicicleta, hemiciclo.

LÍTHOS (pedra):
lítico, litografia, monólito.

LÓGOS (discurso, tratado):
apólogo, biologia, diálogo, filosofia, logorréia.

MAKRÓS (grande):
macróbio, macrocéfalo, macrocosmo.

MANTÉIA (adivinhação):
cartomante, quiromancia.

MÉGAS, MEGÁLE (grande):
megalomania, megatério.

MÉLOS (canto):
melodia, melodrama, melopéia.

MICRÓS (pequeno):
micróbio, microcéfalo, microscópio.

MÓNOS (um só):
monarca, monólogo, monoteísmo, monótono.

MORPHÊ (forma):
amorfo, metamorfose, morfologia.

NECRÓS (morto):
necrófago, necrópole, necrotério.

NÉOS (novo):
neófito, neolatino, neologismo.

OCTÔ (oito):
octaedro, octógono.

ODÚS, ODÓNTOS (dente):
mastodonte, odontologia.

ÓNYMA (nome):
anônimo, antonomásia, onomatopéia, pseudônimo.

OPHTHALMÓS (ôlho):
oftalmia, oftalmologista.

ÓROS (montanha):
oréade, orografia.

PÁS, PAN (todos):
diapasão, panacéia, panorama.

PAIS, PAIDÓS (criança):
pedagogo, pedante, pedologia.

PALAIÓS (antigo):
paleografia, paleontologia.

PÁTHOS (modo de sentir):
antipatia, patologia, simpatia.

PÉNTE (cinco):
pentágono, pentâmetro, pentacórdio.

PÓLIS (cidade):
acrópole, cosmopolita, metrópole.

POLYS (muito):
policromia, poliglota, polígono.

POTAMÓS (rio):
hipopótamo, potamografia.

PSÊUDOS (mentira):
pseudônimo, pseudopatriota.

PSYKHÉ (alma):
metempsicose, psicologia, psicoterapia.

PUS, PODÓS (pé):
antípoda, pólipo.

STRATÓS (exército):
estratagema, estratégia.

SKOPÉO (vejo):
calidoscópio, periscópio, telescópio.

SOPHÓS (sábio):
filósofo, sofisma, teosofia.

STÍKHOS (verso):
acróstico, dístico, hemistíquio.

STÓMA (bôca):
estomatite, anastomose.

TÁPHOS (túmulo):
epitáfio.

TÁXIS (ordem):
ataxia, sintaxe.

TÊLE (longe):
telefone, telégrafo, telescópio.

THÉOS (deus):
entusiasmo, monoteísta, teocracia, teólogo.

THERMÓS (calor):
isotérmico, termômetro.

TÓPOS (lugar):
tópico, topografia, topologia.

TREPHO (alimento):
atropia, hipertrofia.

ZÔON (animal):
zodíaco, zoófito, zoologia.

9. CONCLUSÃO

É óbvio que o aluno não irá decorar tôda uma relação de prefixos, sufixos e radicais. Seria um absurdo. No entanto, deverá lê-la com a máxima atenção, sobretudo aquela que trata das famílias

etimológicas. Isto irá favorecer profundamente sua capacidade perceptual.

Àqueles que desejarem um melhor **domínio do texto**, recomenda-se a leitura de "Estilística da Língua Portuguêsa", de Rodrigues Lapa e de "Manual de Explicação de Textos", de Carreter e Lara. A leitura assimilativa destas obras irá aprimorar profundamente o "insight" do leitor, beneficiando a sua velocidade de leitura.

Para ativar a memória, recomendamos a execução dos exercícios das séries 1 e 2, abaixo transcritos. É material empregado pela PUC ao fim de seus cursos de Leitura Dinâmica. Sua realização reiterativa será o coroamento de seu trabalho.

Assim, damos por terminado nosso curso. Estimamos que lhe tenha sido útil e proveitoso. Gostaríamos mesmo de saber se êle foi de seu agrado e se houve algum ponto que tenha ficado obscuro. Receberíamos sugestões com imensa satisfação, pois na verdade só nos move o desejo de ser útil. Augurando êxito pleno aos novos expertos em LD, aqui ficamos.

SÉRIE 1

O aluno deverá exercitar-se pelo menos durante 1 hora e meia por dia. Tôda e qualquer leitura deverá ser feita usando os movimentos III, IV, ou qualquer das variações, e a velocidade será muito rápida de modo a atingir idéias gerais e nunca palavras isoladas.

Exercício 1A — O aluno deverá exercitar-se pelo menos 20 minutos por dia.

A — Seleção do Material

1 — Qualquer livro simples

B — Procedimento diário

1 — Preler o material durante 2 minutos, com uma velocidade pelo menos 5 vêzes maior do que a necessária para compreensão.

2 — Ler desde o princípio durante 5 minutos.

3 — Posler o mesmo material em 30 segundos.

4 — Repetir do item 1 ao item 3.

Exercício 1B — Leitura e Estudo Profundo.

O aluno deverá exercitar-se durante 1 hora e 10 minutos por dia.

A — Seleção do material

1 — O aluno pode ler:

a) Livros sôbre sua especialidade
b) Livros-teste de assuntos de seu interêsse

c) Biografias e livros de interêsse geral

d) Revistas técnicas

e) Livros históricos

f) Livros de interêsse geral sôbre assuntos como Medicina, Genética, Computadores, Física, etc.

2 — O aluno deverá praticar em 2 livros diferentes por dia:

a) Se os assuntos dos livros forem totalmente desconhecidos, ambos os livros podem tratar da mesma área.

b) Se os livros tratarem de assuntos de seu conhecimento, deverão ser escolhidos em 2 áreas diferentes.

B — Procedimento diário

1 — Examinar as capas internas e externas do livro. Ler tôdas as informações contidas nestas capas.

2 — Examinar o índice, de modo a compreender a organização do livro.

3 — Montar um Diagrama estruturado, escrevendo os títulos dos capítulos.

4 — Preler o 1.º capítulo com 2, 3 ou 4 passagens por fôlha (1 segundo em cada passagem).

5 — Examinar novamente o Diagrama. O aluno deverá levantar perguntas como:

— "O que eu espero aprender dêste capítulo?"

— "Como êste capítulo se encaixa no plano geral do livro?"

— "Como eu poderia explicar êste capítulo a outra pessoa?"

6 — Ler o 1.º capítulo usando 4, 5 ou 6 passagens por página (um segundo por passagem), marcando o material que deve ser lido novamente.

7 — Posler o material marcado.

8 — Completar o Diagrama.

9 — Observando o mesmo procedimento, trabalhar nos capítulos seguintes.

10 — Preler nôvo material por 1 minuto. Ler êste material por 1 minuto. Calcular velocidade.

SUMÁRIO

1 — 20 minutos c/o exercício 1A.

2 — 1 hora e 10 minutos c/o exercício 1B.

FÔLHA DE TAREFA DE CASA

NOME:
Total de horas praticadas esta semana:

1.º dia: Tempo de prática ..... horas — **Livros:** .....

Menor velocidade: — Maior velocidade:
Comentários:

2.º dia: Tempo de prática ..... horas — **Livros:** .....

Menor velocidade: — Maior velocidade:
Comentários:

3.º dia: Tempo de prática ..... horas — **Livros:** .....

Menor velocidade: — Maior velocidade:
Comentários:

4.º dia: Tempo de prática ..... horas — **Livros:** .....

Menor velocidade: — Maior velocidade:
Comentários:

5.º dia: Tempo de prática ..... horas — **Livros:** .....

Menor velocidade: — Maior velocidade:
Comentários:

6.º dia: Tempo de prática ..... horas — **Livros:** .....

Menor velocidade: — Maior velocidade:
Comentários:

FÔLHA DE TAREFA DE CASA

DATA: ALUNO:
LIVRO:

RESUMO:

DATA:
LIVRO:

RESUMO:

DATA:
LIVRO:

RESUMO:

DATA:
LIVRO:

RESUMO:

DATA:
LIVRO:

RESUMO:

DATA:
LIVRO:

RESUMO:

SÉRIE 2

O aluno deverá exercitar-se, pelo menos, durante 1 hora e meia por dia. Tôda e qualquer leitura deverá ser feita usando os movimentos III, IV, ou qualquer das variações.

Exercício 2 — O aluno deverá exercitar-se 1 hora e meia por dia.

A — Seleção do Material

1 — O aluno deverá exercitar-se com novelas e clássicos que tem tido vontade de ler desde há muito tempo.

B — Procedimento diário

1 — Observar as capas internas e externas do livro. Ler qualquer informação aí contida.

2 — Anotar o título do livro, autor, editôra e data da publicação.

3 — Passar ràpidamente pelas primeiras 15 ou 20 fôlhas do livro, procurando nomes de personagens, locais e datas. Anotar êstes dados numa fôlha de papel.

a) Colocar a fôlha ao lado do livro.

b) Recorrer aos dados da fôlha no caso de esquecimento de nomes, etc.

4 — Durante 3 minutos, preler a 1.ª quarta parte do livro, com 3 passagens por página (se a página contiver mais de 450 palavras, usar 4 passagens).

5 — Ler, em 8 minutos, o mesmo material do item 4.

6 — Durante 3 minutos, preler a 2.ª quarta parte do livro.

7 — Ler, em 8 minutos, o mesmo material do item 6.

8 — Durante 6 minutos, preler a 2.ª metade do livro, com 3 ou 4 passagens por página.

9 — Ler, em 7 minutos, a 2.ª metade do livro, com 4 ou 5 passagens por página.

10 — Posler, todo o livro, gastando de 5 a 8 minutos.

11 — Organizar um Diagrama.

SUMÁRIO

1 — Uma hora e meia por dia com o exercício da série 2.

FÔLHA DE TAREFA DE CASA

NOME:
Total de horas praticadas esta semana:

1.º dia: Tempo de prática ..... horas — **Livros:** .....

Menor velocidade: — Maior velocidade:
Comentários:

2.º dia: Tempo de prática ..... horas — **Livros:** .....

Menor velocidade: — Maior velocidade:
Comentários:

3.º dia: Tempo de prática ..... horas — **Livros:** .....

Menor velocidade: Maior velocidade:
Comentários:

4.º dia: Tempo de prática ..... horas — **Livros:** .....

Menor velocidade: Maior velocidade:
Comentários:

5.º dia: Tempo de prática ..... horas — **Livros:** .....

Menor velocidade: Maior velocidade:
Comentários:

6.º dia: Tempo de prática ..... horas — **Livros:** .....

Menor velocidade: Maior velocidade:
Comentários:

FÔLHA DE TAREFA DE CASA

DATA: ALUNO:
LIVRO:

RESUMO:

DATA:
LIVRO:

RESUMO:

DATA:
LIVRO:

RESUMO:

DATA:
LIVRO:

RESUMO:

DATA:
LIVRO:

RESUMO:

DATA:
LIVRO:

RESUMO:

PROBLEMAS DA PROTEÍNA BOVINA

Cel Vet QEMA
ESTÊVÃO ALVES CORRÊA FILHO

O Brasil atingirá, no ano 2000, uma população humana superior ao dôbro da sua população atual, ou seja 170 milhões de habitantes, conforme nos levam a crer os estudos estatísticos realizados por órgãos internacionais.

Trabalhos recentemente apresentados à OEA, dão para a América Latina, o índice de crescimento populacional de 2,7% ao ano, índice êste, superior aos da Europa e África. Assim sendo, o nosso País dobraria a sua população em cada período de 23 anos.

Tendo em vista essa premissa, surgem de imediato, duas idéias, para que seja equacionado êsse problema de magna importância:

— o aumento da produção agropecuária, visando manter a sobrevivência dêsse enorme potencial humano;
— a adoção de medidas não condizentes com nossa formação espiritual — o contrôle da natalidade.

Nessa divagação, cremos que a primeira hipótese seja a única solução prática e viável para o cruciante problema e é êste o objetivo de nosso trabalho.

Enfatizar o aumento da produção agropecuária nacional é o objetivo de nosso trabalho, principalmente, quando se sabe que de sua enorme base territorial, 120.000.000 ha são constituídos de campos, sendo, portanto, um país privilegiado para o desenvolvimento da pecuária.

O Brasil, conforme demonstram estudos realizados, tem possibilidades de possuir um rebanho pastoril muito acima do atualmente existente, principalmente no que diz respeito ao seu rebanho bovino — produtor do alimento nobre — a proteína.

Por outro lado, podemos afiançar que muito remota está a época de nosso País deixar de ter espaço territorial para abrigar a sua população humana.

Disto se depreende que a questão advinda, não é superfície nem tampouco superpopulação e sim a produção de alimentos para sua subsistência.

É fato corrente que o máximo de habitabilidade do mundo é baseado em 6 habitantes por km^2; portanto, mesmo atingindo a nossa população, o dôbro da atualmente existente, chegaremos a ter 3,2 habitantes/km^2, o que fica muito aquém daquela superpopulação humana.

A disponibilidade de alimentos protéicos, principalmente de carne, é fator preponderante na alimentação dessa população.

1 — REBANHO BOVINO

Dados da FAO (1962) apresentam o seguinte quadro demonstrativo da relação da população bovina, Boi/Km² e Boi/Pessoa:

PAÍSES	POP. BOVINA	RELAÇÃO BOI/KM²	RELAÇÃO BOI/PESSOA
Estados Unidos	100.000.000	10,68	0,53
Rússia	82.077.000	3,66	0,32
Argentina	43.300.000	15,59	2,02
Austrália	18.033.000	2,34	1,68
Brasil	76.176.000	8,83	1,05

Levando-se em consideração a disponibilidade de nossa área territorial e as relações verificadas aos Estados Unidos e Argentina, nosso país tem possibilidade de usufruir o desfrute de um rebanho bovino de 90.929.520 ou 133.283.260 cabeças, respectivamente. Isso sem atentarmos para o fato da possibilidade de manutenção de rebanhos com efetivos muito superiores, conforme já obtiveram a Alemanha e a Dinamarca, desde que para isso, sejam adotadas técnicas aperfeiçoadas. O Brasil se possuísse a taxa de pastoreio dêste último país, poderia, atualmente, abrigar 72,8% do rebanho bovino mundial.

O simples povoamento animal não implica em maior produção de carne. O desenvolvimento da indústria pastoril exige, além de outros fatôres, que seja assegurada a assistência técnica imprescindível a uma maior produtividade.

2 — ASSISTÊNCIA TÉCNICA

O efetivo de veterinários existente no Brasil é insuficiente para apoiar a infra-estrutura pecuária do nosso país.

O anuário mundial da FAO em 1963, comparando o efetivo bovino e o número de veterinários existentes em vários países dá as correlações para 1 veterinário:

	bovinos
Índia	50.000
Estados Unidos	4.600
Rússia	1.900
Brasil	26.000
Argentina	21.000

O levantamento médio de veterinários existentes nesses países, nos leva à necessidade do Brasil possuir no mínimo 4 (quatro) vêzes o número de veterinários atualmente existente.

A extensão territorial de vários países, ao ser pôsto em confronto com o número de seus veterinários, apresenta dados realmente alarmantes, considerando-se a enorme área que caberá à responsabilidade de cada profissional. Esta responsabilidade traduz-se pela proteção da saúde e a defesa dos interêsses econômicos da população humana, através a proteção sanitária e a

adoção de métodos zootécnicos na criação de seu rebanho animal.

Dêste modo o veterinário tem sob sua responsabilidade profissional a defesa da população humana contra as doenças transmissíveis pelos alimentos e pelos próprios animais, como também, a defesa da saúde dos rebanhos contra as suas zoonoses; ao mesmo tempo que presta aos criadores orientações técnicas, objetivando maior produção e rendimento animal.

3 — CONSUMO DE CARNE BOVINA

O Brasil, não obstante possuir o 3º rebanho do mundo, possui um baixo consumo de carne — 24,5 kg *per capita*, estando muito aquém do consumo da Argentina e Uruguai, países vizinhos que possuem, respectivamente, os índices de 79,3 kg e 117,3 kg/habitante/ano, sendo êste índice o maior do mundo.

Segundo as normas dietéticas, estabelecidas pela Conferência do Hot Springs, a média universal é, aproximadamente, 34 kg, incluindo-se tôdas as classes de carnes.

As tabelas estabelecidas pelo laboratório de Higiene e Nutrição da Polônia estabelecem as seguintes exigências de proteína animal:

Padrão A — Insuficiência.

Padrão B — Mínimo — 39,8 gramas de proteína animal/homem/dia e equivalente a 48,8 kg de carne/e peixe/homem/ano.

Padrão C — Ração completa 47,6 gramas de proteína animal por homem/dia, equivalente a 55,2 kg de carne e peixe por homem/ano.

Padrão D — Excelente — 55,4 gramas de proteína animal por homem/dia equivalente a 60,6 quilos de carne e peixe por homem/ano.

O índice mínimo considerado recomendável como exigência dietética é 50 kg por homem/ano, portanto o consumo em carne, do povo brasileiro é a metade do mínimo recomendável.

O incremento da criação bovina, além de promover maior disponibilidade de carne para o consumo interno, pode possibilitar melhor exportação, apresentando considerável saldo positivo para nossa balança comercial.

O Commonwealth Economic Comitte, Meat Inteligence Buletin, com dados relativos a 1961, demonstrou que o nosso País exportou apenas 15.000 ton de carne, enquanto o Uruguai exportou 39.000 e Argentina ..... 264.000 ton.

O carreamento de divisas pelo aumento de nossas exportações é uma necessidade premente para o desenvolvimento de nosso País, sendo a exportação de carnes e derivados um fator considerável na consumação dêsse desiderato.

Os países importadores, naturalmente, apresentam suas exigências quanto à sanidade e qualidade do produto, como fizeram últimamente a Inglaterra e a França. Dentre tais exigências destacando-se o combate à febre aftosa e o atendimento a preferências particulares a cada país importador, no que diz respeito a tipos de carne, épocas de importação e preparo de carcaças.

O nosso País sòmente poderá concorrer com os demais exportadores, com a melhoria qualitativa e o aumento da sua produção de carne e sòmente através os recursos da técnica poderá alcançar êsse objetivo.

4 — DESFRUTE

O Brasil ainda possui uma taxa de desfrute de seu gado bovino em padrão muito baixo uma vez que o nosso abate atinge 9,2% do efetivo bovino.

Pelo estudo de dados colhidos pela FAO podemos constatar as seguintes percentagens de desfrute:

Estados Unidos	34,8%
Argentina	25,6%
Austrália	32,6%
Alemanha	45,5%
Polônia	47,7%
Brasil	9,2%

Dêste modo verificamos que chegamos a estar colocados em último lugar entre 18 países objetos dêsse estudo da FAO, com o desfrute irrisório de 9,2%.

São vários fatôres que permitem o aumento do rendimento da pecuária de corte a fim de serem atingidos os índices já atingidos por outros centros criadores do mundo, entre êles destacamos os seguintes:

a) *Diminuição da idade do abate*

No Brasil a idade do abate oscila entre 40 a 54 meses. Entre 16 países, 13 abatem 17 a 27 meses, a Argentina entre 27 a 36 meses. Enquanto em vários países cria, recria e engorda tem um período médio de 22 meses, no Brasil a média é de 47 meses. Um boi no nosso País para ser abatido leva mais do dôbro do tempo que nos demais países produtores de carne.

b) *Aumento do pêso da carcaça*

O pêso médio das carcaças dos bovinos no Brasil é da ordem de 194 quilos, com média de 47 meses de idade.

Nos Estados Unidos com a média de 22 meses de idade o pêso da carcaça é em média 259 quilos, isto é, 33,2% mais que no Brasil.

Na Argentina, com a média de 31 meses o pêso da carcaça é em média de 202 quilos, isto é, 4,2% mais que no Brasil.

c) *Aumento numérico do gado bovino*

Cálculos aproximados nos levam à necessidade de possuirmos no ano 2000, cêrca de 170 milhões de bovinos. Isto seria perfeitamente viável devido às nossas disponibilidades de suporte das pastagens naturais, adjuvadas de meios modernos de criação.

O excesso de disponibilidade de carne, caso existisse, teria franca colocação no mercado exterior, devido à procura sempre crescente de proteína animal.

O Brasil dispõe de áreas enormes adequadas ao desenvolvimento da indústria pastoril, que dependem, ùnicamente, de suficientes recursos para crédito rural e assistência técnica.

Pode-se afirmar, mesmo, que mais de 2/3 da superfície brasileira são perfeitamente adaptáveis à pecuária. É bem verdade que não poderemos dispor logo de início de imensas áreas, quer cobertas por florestas, quer constituídas de cerrados cujos solos necessitam de trato e melhoramentos para o desenvolvimento de campos de pastoreio ou formação de pastagens.

Seria muito mais viável melhorarmos as áreas já criatórias com técnicas modernas e meios de defesa às causas de baixa produtividade.

No Estado de São Paulo, onde o desenvolvimento agrícola corre paralelo à produção animal, o suporte bovino chegou a atingir em 1966 cêrca de 45,7% animais por km².

O Brasil Central, e aí incluimos além dos Estados de Mato Grosso e Goiás os de Minas Gerais e São Paulo, apresenta um povoamento bovino de 18,6 bovinos/km², ao passo que em todo o território nacional tem o adensamento de 10,6 reses por k/m².

A semelhança entre êsses espaços territoriais fazem prever a viabilidade dêsse aumento de gado bovino, tendendo para um povoamento de 40 reses/km², taxa aliás já obtida no Rio Grande do Sul.

Sòmente o Brasil Central permitiria obter mais de 100 milhões de bovinos, dobrando a sua população bovina atual em uma área correspondente a 1/3 da área total do Brasil.

5 — CONCLUSÕES

1. O Brasil com sua imensa extensão territorial tem condições de manter a sua posição de realce em relação a seu efetivo bovino e melhorar a sua produtividade, pela utilização de seu potencial, ainda em fase de incipiente exploração.

2. O aumento da população humana implicará, forçosamente, num incremento da produção de carne bovina, necessária à sua alimentação e sobrevivência.

3. Os estudos comparativos com países dedicados à criação bovina dão ao nosso território possibilidades apreciáveis para a produção de carne bovina necessária ao previsto consumo dos próximos anos.

4. O aumento de nossa produção, no setor pecuário, está na dependência de prática zootécnica e conseqüente abandono dos métodos empíricos, que, até agora, vêm sendo seguidos por nossos criadores. Neste sentido, enumeramos, principalmente, as seguintes medidas:

a) povoamento adequado das áreas disponíveis;

b) combate às causas que diminuem a taxa de desfrute;

c) abolição do pastoreio permanente com adoção do sistema de rotação de pastagens;

d) adoção de novas técnicas zootécnicas e emprêgo de maior número de reprodutores de alta linhagem;

e) incremento dos meios de defesa sanitária.

5. A deficiência acentuada de profissionais técnicos aumenta sobremodo as perdas animais, tanto por falta de combate às

zoonoses quanto pelo emprêgo de más técnicas adotadas nessas criações.

6. O consumo de carne bovina no Brasil não atingiu ainda o mínimo desejável, ficando aquém da metade dessa quantidade.

7. Sòmente com aumento adequado da população bovina poderemos então atender a essa imposição da natureza — o combate a fome de proteína posssibilitando a exportação de excedentes, canalizando divisas para nosso País.

A VERDADE OPORTUNA E BEM APRESENTADA

Geka

1. "A Verdade Oportuna e Bem Apresentada" sintetiza muito bem a essência da boa Informação — mais do que parece à primeira vista.

2. **A Verdade,** naturalmente, é fundamental na Informação. — Nunca superestimar, subestimar ou cobrir-se demais ao apresentar uma situação. Seleção, destaque adequado e real compreensão do assunto são imprescindível para que se diga a verdade.

3. **Oportuna** é uma consideração que muitos Oficiais de Informações, com outras excelentes características, nunca chegam a apreciar devidamente. Na erudição pura, a oportunidade não tem grande importância. Em informações, porém, o valor de quase todos os documentos está em sua utilidade — direta ou indireta — com vistas à segurança. A utilidade de uma informação está ìntimamente ligada à sua oportunidade. O valor de qualquer informação deprecia-se ràpidamente com o tempo.

4. **Bem Apresentada** é a noção final e vital. Informações verdadeiras e oportunas, muitas vêzes, não atingem sua finalidade por não serem lidas, entendidas ou acreditadas. Na apresentação, merecem cuidade especial a simplicidade e a clareza, legibilidade, gráficos e ilustrações. Deve-se deixar evidente ao leitor o nosso grau de certeza ou incerteza, e pôr em relêvo a importância dos fatos relatados.

MINISTROS MILITARES À NAÇÃO

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, como responsáveis pela execução das medidas destinadas a assegurar a paz e a ordem pública e de tomar as providências relacionadas com a Segurança Nacional, comunicam à Nação que o Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, por motivo de enfermidade, se encontra, temporàriamente, impedido do exercício pleno de suas funções.

A conselho médico, S. Ex.ª deverá guardar repouso e ficar liberado, durante certo prazo, dos encargos do Govêrno, a fim de mais ràpidamente recuperar a saúde.

A situação que o país atravessa, por fôrça do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, e do Ato Complemntar n.º 38, da mesma data, que decretou o recesso do Congresso Nacional, a par de outras medidas relacionadas com a Segurança Interna, não se coadunam com a transferência das responsabilidades da autoridade suprema e de Comandante Supremo das Fôrças Armadas, exercida por S. Ex.ª, a outros titulares, conforme previsão constitucional.

Como imperativo da Segurança Nacional, cabe aos Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar assumir, enquanto durar o impedimento do Chefe da Nação, as funções atribuídas a S. Ex.ª pelos textos constitucionais em vigor.

O exercício da autoridade suprema, que as Fôrças Armadas, em outras oportunidades, já desempenharam, ficará limitado ao período de repouso e tratamento médico a que está submetido o Chefe do Poder Executivo.

Os objetivos da Revolução de 31 de março de 1964 serão inteiramente cumpridos, conforme os compromissos assumidos perante a Na-

ção, na forma dos Atos Institucionais e da Constituição de 24 de janeiro de 1967.

A paz e a segurança internas, o exercício dos podêres constituídos, no plano federal, estadual e municipal, a garantia dos direitos individuais e os compromissos de ordem internacional ficarão mantidos na forma da legislação em vigor.

Pode a Nação confiar no patriotismo de seus chefes militares, que, nesta hora, como sempre, souberam honrar o legado histórico de seus antepassados, fiel ao espírito da nacionalidade, à formação ordeira e cristã de seu povo, contrário às ideologias extremistas e às soluções violentas, nos momentos de crises políticas ou institucionais.

Apelam os Ministros Militares para a compreensão e cooperação do povo brasileiro, para o desempenho do relevante encargo que assumem, em nome do Presidente da República, temporàriamente impedido por motivo de saúde. Durante êsse período o Govêrno adotará tôdas as medidas que se fizerem necessárias para a normalidade da vida do país, nos planos interno e internacional, abstendo-se de adotar outras que não sejam as indispensáveis à continuidade administrativa e das atividades públicas e privadas em todo país.

Em nome do Govêrno e da Revolução de 31 de março de 1964, pelos motivos expostos, resolvem baixar o seguinte ATO INSTITUCIONAL.

ATO INSTITUCIONAL N.º 12

Os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica, em nome do Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, temporàriamente impedido do exercício de suas funções por motivo de saúde, e

Considerando que continua em plena vigência o Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, que manteve a Constituição com as modificações nela introduzidas;

Considerando que o Ato Complementar n.º 38, de 13 de dezembro de 1968, decretou o recesso do Congresso Nacional;

Considerando que os compromissos assumidos perante a Nação, pelas Fôrças Armadas, desde a Revolução vitoriosa de 31 de março de 1964, ainda perduram e não devem sofrer solução de continuidade;

Considerando que nesta conformidade, e ouvido o Alto Comando das Fôrças Armadas, o exercício da suprema autoridade do Govêrno e de Comandante Supremo das Fôrças Armadas, durante o impedimento temporário do Presidente Arthur da Costa e Silva, deve caber aos seus Ministros auxiliares, diretamente responsáveis pela execução das medidas destinadas a preservar a Segurança Nacional, o gôzo pacífico dos direitos dos cidadãos e os compromissos internacionais, resolvem a editar o seguinte Ato Institucional n.º 12:

Art. 1.º. Enquanto durar o impedimento temporário do Presidente da República Marechal Arthur da Costa e Silva, por motivo de saúde, as suas funções serão exercidas pelos Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar, nos têrmos dos Atos Institucionais e Complementares, bem como da Constituição de 24 de janeiro de 1967.

Art. 2.º. Os Ministros Militares baixarão os atos necessários à continuidade administrativa, à preservação dos direitos individuais e ao cumprimento dos compromissos de ordem internacional.

Art. 3.º. Continuam em exercício os podêres e órgãos da administração federal, estadual e municipal que não foram atingidos pelos Atos Institucionais e Complementares.

Art. 4.º. Cessado o impedimento, o Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, reassumirá as suas funções em tôda a sua plenitude.

Art. 5.º. Excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acôrdo com êste Ato Institucional e seus Atos Complementares bem como os respectivos efeitos.

Art. 6.º. Êste Ato entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, GB, 31 de agôsto de 1969.

(a) *Augusto Hamann Rademaker Grünewald* — Ministro da Marinha de Guerra

Aurélio de Lyra Tavares — Ministro do Exército

Márcio de Souza e Mello — Ministro da Aeronáutica Militar.

"PARA SEU GOVÊRNO"

CONSÓRCIOS

O QUE É PRECISO VER ANTES DE ESCOLHER

Enquanto se aguardam as garantias prometidas pela nova regulamentação governamental, só resta aos interessados nos consórcios tomar uma série de precauções para evitar dissabores. Antes de ingressar num consórcio devem verificar por exemplo se êste tem conta bancária vinculada; se sua duração é de cinqüenta meses; e que garantia (alienação fiduciária, reserva de domínio, etc.) prevê para pagamento das prestações depois de obtido o bem ou o financiamento.

As mesmas precauções são recomendadas para os fundos mútuos, que juntamente com os consórcios constituem as duas modalidades de financiamento mais difundidas para a aquisição sobretudo de veículos.

Para que possa ser considerado bom o consórcio — limitado geralmente ao máximo de cem participantes — tem de garantir pelo menos um carro mensal por sorteio e outro por lance. E os lances perdedores devem ser devolvidos na hora, pois se ficarem retidos será mau sinal. Já o fundo mútuo tem número ilimitado de participantes e distribui veículos ou financiamentos de várias outras maneiras, além dos sistemas de lances e sorteio geral adotados pela maioria dos consórcios.

Na faixa do fundo mútuo surgiram recentemente várias submodalidades, com nomes diversos, para compensar em parte o descrédito causado por vários casos de estouro e de fraude. Há por exemplo fundos mútuos que distribuem 30% de sua arrecadação pelo critério de antiguidade dos participantes e 70% pelo de antecipações de cotas (lances).

Será importante notar que como no fundo mútuo que adota o critério de antecipações não há devolução de lances — as antecipações ficam retidas — o participante não contemplado verá o total arrecadado diminuir a cada reunião, porque quem já retirou o financiamento ou o carro não faz novas antecipações. E com isso diminuem cada vez mais as possibilidades de atendimento dos

restantes. Há ainda um terceiro recurso que está sendo muito usado para a compra de carro: o financiamento direto.

O repórter de ME também estêve numa das firmas que fazem êsse tipo de negócio, bem no centro de São Paulo. Com NCr$ 3 mil de entrada podia adquirir um Volkswagen 1.300, zero quilômetro, pagando 24 prestações mensais de NCr$ 568,80. Assim pagaria a longo prazo NCr$ 13.632,00 que, somados aos NCr$ 3 mil de entrada, totalizariam NCr$ 16.632,00.

Depois de fazer essas contas o repórter coçou a cabeça e saiu de fininho — afinal de contas o carro custava à vista NCr$ 11.060,00.



DE SCRIPTA

SENTINEL, O SISTEMA DENUNCIADO

DIVERSOS SISTEMAS E NENHUM DEFINITIVO

Muito se vem falando nestes últimos tempos do SENTINEL, que significa *o sistema de defesa antimíssel, instalado no território dos EUA, face à ameaça da URSS e da China.* Fala-se, com freqüência, no Congresso Americano, em têrmos partidários; noticia-se na imprensa mundial, diz-se em manifestações de nações da OTAN e de outras áreas; tudo, porém, sem definir precisamente o verdadeiro aspecto do *afair* Sentinel.

Previsões — Do Congresso dos EUA tem-se a impressão de que, *sendo muito caro e não oferecendo a segurança desejada,* o projeto *não justifica as vultosas despesas* adicionais pedidas para a sua ampliação — 40 bilhões de dólares. Da imprensa leiga, deduz-se que o SENTINEL está obsoleto e, por isso, deverá ser substituído por outro que garanta efetivamente o território americano, transformando-o em fortaleza à prova, inclusive de mísseis orbitais. Dos países da OTAN, que constituem e desdobram as fôrças vanguardeiras *de bloqueio e contenção de qualquer escalada comunista,* partem os reclamos de que o SENTINEL não dispõe de flexibilidade bastante para cobrir os efeitos de um ataque nuclear a que se vêem expostos por fôrça dos tratados assinados. Os esforços combinados das potências atômicas principalmente da URSS e dos EUA, *para evitar a proliferação das armas nucleares,* dificulta e impede a adoção de um sistema de retaliações, que tem constituído, e ainda hoje, condição de respeito e contenção no campo da

estratégia nuclear. A instalação de um sistema de MAB (mísseis antibalísticos) em cada país participante da OTAN, além de extremamente caro para a economia nacional de cada um, seria impraticável para os EUA pelo custo e pelos efeitos e conseqüências políticas que possa acarretar. Tôdas essas coisas se somam e se difundem no tumultuamento das paixões e dos interêsses, num amontoado impreciso de previsões contraditórias e desconcertantes.

Evolução do Sistema — Realmente o SENTINEL *é o estágio atual do sistema de defesa norte-americano* contra ataques nucleares, instalado pelo Exército no território dos EUA, desde que a ameaça atômica se tornou patente. Visa à defesa de áreas críticas, *pela destruição dos engenhos ofensivos dirigidos contra objetivos estratégicos*, com o emprêgo de armamento instalado em terra e servido por um sistema de alarma capaz de, em tempo útil, detectar e rastrear as cargas explosivas lançadas de áreas extraterritoriais. O primeiro sistema MAB adotado pelos EUA foi o Master Missil Sistem que se baseava na defesa local de alvos selecionados com o emprêgo de mísseis da "família NIKE", adequadamente alertados por um serviço de telecomunicações instalado em linhas sucessivas segundo as direções julgadas perigosas. Com o aparecimento dos mísseis intercontinentais (MBIC) e as possibilidades dos engenhos orbitais, o sistema teve de evoluir e, assim, surgiram os antimísseis (NIKE/X), além de outros de emprêgo específico. *A tecnologia aprimorou-se, as velocidades aumentaram e as distâncias/tempo encurtaram;* a bomba H *multiplicou o poder de destruição;* tôdas essas coisas, acontecidas secretamente, exigiram providências e medidas que permitissem em caráter permanente uma taxa de segurança compatível com a garantia mínima a oferecer à Nação Americana base principal dos suprimentos para a efetivação da política ocidental.

O Sentinel — Estruturado, sobretudo, na instalação, em terra de um dispositivo, em funcionamento permanente, visando especificamente à defesa de áreas definidas de valor estratégico, o SENTINEL tornou-se estático e *a sua flexibilidade não poderá ir além das características do equipamento empregado e da organização dos comandos e das fôrças.* Assim, pois, o engenho ofensivo *deverá ser destruído sôbre a área do alvo,* dentro de uma probabilidade média em tôrno de 80% de acêrto para cada arma, não podendo por esta forma oferecer defesa em profundidade. O SENTINEL *é bastante para a defesa do território americano mas não é suficiente;* é caro pela sua operação em permanência e porque a sua atualização exige reajustamentos que têm que acompanhar a aceleração atômica e as variações estratégicas da situação dos EUA; é intransferível e não atende às necessidades de cobertura das nações da OTAN e dos países garantidos ou teme-

rosos da ameaça atômica. Militarmente não é suficiente para garantir o poderio americano em têrmos de segurança efetiva.

O Sistema Naval — Partindo do pressuposto referido, o Departamento de Defesa e *face ao desafio lançado pela URSS* com o SBOF (Sistema de bombardeio orbital fracionário), decidiu fazer estudar para o SENTINEL o SNAMB (Sistema naval de antimísseis balísticos de interceptação), e permitir assim maior profundidade na defesa e maior mobilidade nos dispositivos extraterritoriais. O SNAMB deverá possuir as seguintes características: aptidão para desdobramentos bem avançados, próximos das bases de lançamento; mobilidade que permita ajustagens resultantes das lacunas da defesa e do aperfeiçoamento das técnicas ofensivas; condições operacionais como sistema autônomo. O planejamento e montagem do SNAMB foi deferido à Marinha e segundo as previsões sòmente em 1975 terá condições operacionais.

"Top Secret" — Êste nôvo sistema complementar traz implicações econômicas, políticas e estratégicas que, pela sua própria natureza, "top secret", deixa margem a incompreensões que quase sempre são divulgadas em têrmos deformados, *aumentando a desinformação e o desconhecimento do problema global.* De tal maneira, a reestruturação da defesa contra a guerra atômica tem grande significação para os EUA ante a projeção conseqüente do avanço tecnológico que se alinham valôres estratégicas como os mísseis orbitais, as ogivas múltiplas a cada vez maior velocidade dos foguetes transportadores e tantos outros equipamentos que constituem conquistas secretas das potências nucleares.

As informações que acabamos de prestar e que visam a aclarar o assunto SENTINEL, foram colhidas em boa fonte, mas não trazem chancela oficial. *Qualquer semelhança será mera coincidência.*

EXPLOSÃO DEMOGRÁFICA

ROBERT McNAMARA

O excessivo crescimento populacional não é apenas um problema: é também um paradoxo. Ao mesmo tempo, é questão intrinsecamente particular e de ineludível caráter público. Caracteriza-se pela reticência e pela circunspecção, porém necessita desesperadamente de realismo e franqueza. É questão que não admite pressão governamental, mas que se agrava diante da desídia oficial. É, finalmente, uma questão que toca tantas sensibilidades e origina tão diferentes opiniões que chega a tornar compreensível a tendência de se evitar a discussão; de se voltar a atenção para assuntos menos complexos, com a esperança de que, de alguma forma, o problema desapareça.

Entretanto, isso não sucederá. O que pode desaparecer é a oportunidade de se encontrar uma solução racional e humana. Se esperarmos muito tempo essa possibilidade será anulada pelos acontecimentos. Não podemos permitir que isso ocorra. Porque, se existe algo de certo com relação à explosão demográfica, é o fato de que. se não a encararmos de forma razoável, ela se tornará uma verdadeira explosão de sofrimentos, de violência, de desumanidade.

Naturalmente essa perspectiva nos preocupa a todos.

Aqui em Notre Dame esta questão tem sido objeto de atenção construtiva há vários anos. Contudo, pode parecer estranho que eu fale sôbre assunto tão delicado num centro do pensamento católico, quando seria mais conveniente ignorar o problema ou deixá-lo aos peritos na matéria. Minha condição de presidente do Banco Mundial me obriga, entretanto, a referir-me com franqueza aos fatos que afetam as perspectivas do desenvolvimento global.

O fato mais inexorável é o de que existe uma necessidade imperativa de desenvolvimento. Um têrço da humanidade vive hoje num ambiente de relativa abundância. Porém, dois terços — mais de 2 bilhões de indivíduos — permanecem embaraçados numa rêde cruel de circunstâncias, que limita de forma rígida seu direito à satisfação das próprias necessidades. Não puderam êsses dois terços alcançar um crescimento econômico auto-sustentável. Encontram-se sob as garras da fome e da desnutrição, de um elevado grau de analfabetismo. de uma preparação insuficiente, de oportunidades que

nunca chegam, de uma pobreza destruidora.

A diferença que separa as nações ricas das pobres já não é uma simples diferença. É um abismo. De um lado encontram-se as nações do Ocidente que desfrutam de rendas **per capita** de cêrca de US$ 3.000. Do outro, estão as nações da Ásia e África que lutam pela sobrevivência com rendas **per capita** inferiores a US$ 100.

É importante compreender que não se trata de uma situação estática. A miséria do mundo subdesenvolvido é uma miséria dinâmica, que continuamente se dilata e se aprofunda, em conseqüência de um crescimento demográfico sem precedentes na história. Por essa razão, o problema da população é parte inseparável do problema geral mais amplo do desenvolvimento.

Há os que falam como se a existência de uma população menor no mundo fôsse algo que tivesse algum valor intrínseco. Porém, não é êsse o caso. Quando a vida humana é envilecida pela calamidade da probreza, e essa pobreza se transmite às gerações futuras através de um crescimento demográfico demasiadamente excessivo, os responsáveis pelo desenvolvimento não têm outra alternativa que a de enfrentar o problema.

Em poucas palavras: o principal obstáculo que se opõe ao progresso social e econômico da maior parte dos povos do mundo subdesenvolvido, é o desmedido crescimento demográfico.

Devo salientar, de forma inequívoca, que a solução do problema da população não pede que sejam substituídas as formas mais tradicionais da assistência para o desenvolvimento, a ajuda para a infra-estrutura econômica, para a agricultura, para a industrialização, para a educação, para o avanço tecnológico.

O mundo subdesenvolvido necessita de capitais para uma grande variedade de projetos produtivos. Nada seria mais insensato que permitir que êsses projetos fracassassem porque ficaram submersos num oceano populacional.

A dinâmica das estatísticas demográficas é enganadoramente simples. O crescimento da população define-se, simplesmente, como o excesso de nascimento sôbre o total de óbitos. Durante a maior parte da história da humanidade, ambos os fatôres se mantiveram em relativa harmonia. Apenas no último século acusaram grave desequilíbrio.

Apesar de as cifras serem bastante conhecidas, vale a pena repeti-las, ainda que seja apenas para impedir que a familiaridade dos dados desagradáveis nos torne insensíveis. Foram necessários 1.600 anos para que se duplicasse a população de 250 milhões que existia no primeiro século de nossa era. Atualmente, os 3 bilhões e tanto de habitantes da terra foram duplicados em 35 anos e, para o futuro, a população do mundo irá aumentando à razão de 1 bilhão de oito em oito anos.

As cifras previstas para depois do ano 2.000 exigem tanto da imaginação que as estatísticas se tornam quase incompreensíveis. Uma criança nascida hoje e que

viva até os 70 anos, conhecerá um mundo de 15 bilhões de habitantes. Seu neto compartilhará o planêta com 60 bilhões. Dentro de seis séculos e meio — o mesmo lapso insignificante que nos separa de Dante — haverá um ser humano para cada pé quadrado de terra: um quadro de horror que nem o **Inferno** poderia igualar.

Tais previsões, entretanto, são irreais. Não se cumprirão porque os acontecimentos não o permitirão. Disso podemos estar certos. Não temos, porém, a mesma certeza sôbre quais serão êsses acontecimentos. Sòmente se sabe que serão um dos seguintes: a inanição das massas, o caos político ou o planejamento da população.

O que poderá acontecer depois do ano 2.000, o que está acontecendo agora já é suficiente para nos levar à ação.

Na Índia, por exemplo, cêrca de 1 milhão de pessoas são acrescentadas mensalmente à população, apesar de já estar sendo aplicado o mais antigo programa de planejamento familiar do sudeste da Ásia. As Filipinas possuem atualmente 37 milhões de habitantes e não têm programa governamental de planejamento da família. Se fôr mantida a atual taxa de crescimento, em apenas 35 anos as pequenas ilhas deverão suportar mais de 100 milhões de sêres humanos.

Ainda que o crescimento médio da população em todo o mundo seja de 2%, muitos países subdesenvolvidos suportam a carga de uma taxa de 3,5% ou mais. Uma população que cresce à razão de 1% se duplica em 70 anos; a 2% se duplica em 35 anos, e a 3,5% se duplica em apenas 20 anos.

Se recusarmos a inanição em massa e o caos político como soluções para esta explosiva situação, é evidente que só se pode conceber três formas através das quais uma nação pode planificar a diminuição de sua taxa de crescimento demográfico: incrementar a mortalidade, elevar a emigração ou reduzir a natalidade.

Não existe pessoa que seja favorável à primeira alternativa. Pelo contrário, graças aos programas de saúde pública as taxas de mortalidade estão diminuindo em tôdas as zonas subdesenvolvidas. Até as mais simples medidas médicas — melhores serviços sanitários, erradicação da malária, vacinação em massa, provocam um rápido e satisfatório declínio de mortes. As baixas taxas de mortalidade que a Europa demorou um século e meio para alcançar, estão sendo conseguidas em um quinto dêsse tempo nas zonas subdesenvolvidas.

A segunda alternativa é totalmente inadequada. Simplesmente não é factível aumentar-se a emigração em escala considerável de modo que venha ela a ser significativa. Os outros países, igualmente preocupados com a perspectiva de seu próprio excesso futuro, mostram-se relutantes em aumentar a população pelo acolhimento de uma quantidade ainda que limitada de estrangeiros, o que de resto é compreensível. Porém, o mais importante é que o incremento da população, em escala global, chegou a tal ponto, que a emigração é manifestamen-

te uma solução carente de realismo para a pressão demográfica. Podemos enviar homens à Lua, porém não é possível que milhões de sêres humanos abandonem nosso planêta.

Resta-nos, pois, a terceira alternativa: uma redução humana e racional da taxa de natalidade. É isso viável? Sim. É isso simples? Não. É isso necessário? Sem a menor dúvida, pois se se permitir que continuem as atuais taxas de crescimento demográfico, as conseqüências serão inadmissíveis. (Do discurso pronunciado, a 1.º de maio, na Universidade de Notre Dame).

DE SCRIPTA

ENERGIA ELÉTRICA

O Brasil ocupa lugar de destaque e está expandindo sua produção

1. Em têrmos absolutos, o Brasil ocupa o 18.º lugar quanto à produção de energia elétrica no mundo, embora em Quilowatts/hora — kwh — *per capita* a posição de nosso País seja bem menos destacada.

2. *Os Principais* — Em primeiro lugar no mundo estão os Estados Unidos com a produção espetacular de 1.296.000 milhões kwh em 1967, e, o que é mais extraordinário ainda, apresentando uma taxa elevada de crescimento anual. Para se ter idéia da capacidade norte-americana nesse setor "chave" da estrutura econômica de um país, basta dizer que a produção da União Soviética, a segunda produtora do mundo, é de menos da metade — 564.000 milhões de kwh. Segue-se uma ordem lógica de vez que os países mais destacados são aquêles mais desenvolvidos ou que, embora subdesenvolvidos em têrmos de renda *per capita* etc., já possuem uma renda absoluta de certo nível e, portanto, uma capacidade de investimentos e realizações de vulto. Êsse é o caso do Brasil, que figura em 18.º lugar entre os primeiros vinte países produtores de energia elétrica no mundo. Talvez a única surprêsa dessa relação seja a Espanha, que ocupa o 14.º lugar.

3. *Os Planos Brasileiros* — Três são os órgãos principais responsáveis pela execução da política brasileira de energia elétrica: Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE), Departamento de Águas e Energia (DNAE) e Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás). O objetivo básico dessa política, expresso no Programa Estratégico de Desenvolvimento, 1968-1970, do Ministério do Planejamento, é de, nesse período, alcançar o pleno atendimento do mercado consumidor de energia elétrica de todos os tipos e eliminar a chamada demanda reprimida.

Nesse programa estão previstas, além das realizações bastante divulgadas de energia termelétrica e hidrelétrica, instalações de energia nuclear, com projetos em fase adiantada, e o aproveitamento dos potenciais internacionais. Essa última parte do programa exigirá projetos conjuntos com outros países limítrofes do Brasil.

Nesse sentido será realizada a 4.ª Reunião do Subcomitê de Recursos Energéticos da Comissão de Integração Elétrica Regional, em fins de 1969, em Cochabamba, na Bolívia, e deverá reunir representantes do Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile, Peru e Bolívia.

A evolução do consumo brasileiro prevista pelo Programa Estratégico de Desenvolvimento é alcançar 40 bilhões de kwh em 1970, dependendo do ritmo de crescimento econômico do País. A capacidade instalada deverá passar de 7.493 megawatts — MW — em 1967 para 10.616 MW em 1970, registrando, portanto, um aumento de 3.123 MW.

PRODUÇÃO MUNDIAL DE ENERGIA ELÉTRICA

(20 principais países) — Milhões de KWH

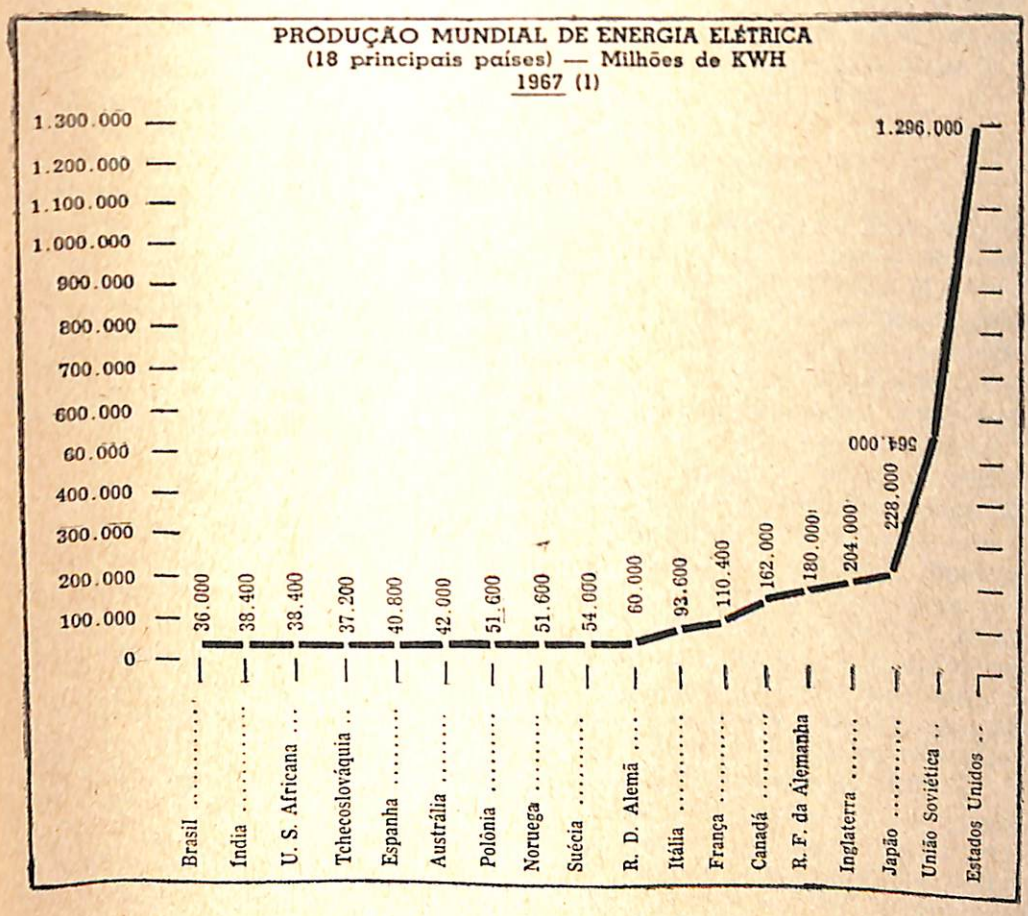
	1965	1966	1967 (1)
Estados Unidos	1.157.338	1.248.228	1.296.000
União Soviética	506.676	544.560	564.000
Japão	192.228	215.316	228.000
Inglaterra	194.472	201.036	204.000
R. F. da Alemanha	172.344	178.320	180.000
Canadá	144.276	158.136	162.000
França	101.448	106.116	110.400
Itália	82.968	89.988	93.600
R. D. Alemã	53.544	56.868	60.000
Suécia	49.104	50.640	54.000
Noruega	48.948	48.348	51.600
Polônia	43.800	47.388	51.600
Austrália	36.912	39.876	42.000
Espanha	31.728	37.464	40.800
Tcheco-Eslováquia	34.188	36.708	37.200
U. S. Africana	32.772	34.752	38.400
Índia	31.380	34.152	38.400
BRASIL	30.132	32.652	36.000
Suíça	24.468	27.960	31.200
Países Baixos	25.008	27.864	30.000

Investimentos em Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica — NCrS 1.000,00 de 1968

Setor	1968	1969	1970	*Total*	%
Federal	860.000	885.263	888.280	2.634.080	42,6
Estadual	1.027.362	950.306	942.657	2.920.325	47,2
Privado	253.200	199.380	178.890	631.470	10,2
Total	2.141.099	2.034.949	2.009.827	6.185.875	100,0

Fonte: Programa Estratégico de Desenvolvimento, 1968—1970 — Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica.

(Transcrito de "Scripta", Jan 69.)



ÊSSES HOMENS MARAVILHOSOS E SUAS MÁQUINAS PENSADORAS...

Em 1642, Blaise Pascal construiu uma somadora mecânica: estava aberto o caminho para os grandes computadores de nossa era. Leibnitz, que Norbert Wiener (o pai da Cibernética) considera um dos precursores dessa ciência, realizou também estudos com máquinas calculadoras, chegando mesmo a construir uma. Mais tarde, em 1842, o inglês Babbage terminou seu prodígio: uma máquina de calcular capaz de realizar tôdas as operações. Depois de gastar cêrca de 250.000 libras esterlinas, foi detido por dificuldades técnicas.

Tôdas estas máquinas utilizavam a energia mecânica para funcionar. Por isso, sua velocidade de operação era pequena. O grande salto só foi dado quando o homem aprendeu a usar a eletricidade como fonte de energia. E isto foi há muito pouco tempo.

. Em 1938, Aiken e os engenheiros da International Business Machine Corporation terminaram a construção da primeira calculadora moderna: o Mark I. Ela tinha a eletricidade como fonte de energia, mas fazia o processamento dos dados ainda mecânicamente; sua memória era, por isso, eletromecânica.

Desde 1940, Vannevar Bush e Wiener realizavam estudos para a utilização de circuitos elétricos na computação dos dados. Isto estava intimamente ligado à invenção da válvula eletrônica e à sua utilização nos computadores de então.

O primeiro computador eletrônico apareceu em 1943, construído pelos doutôres John Mauchly e John Eckert. O ENIAC — como foi chamado — podia realizar várias centenas de operações por segundo, enquanto o Mark I fazia apenas uma dezena.

As gerações

Do ENIAC até hoje, a evolução foi tão rápida quanto demonstram as três gerações em 22 anos.

Existe uma tendência significativa, sobretudo por parte das fábricas, para negar a identificação homem/máquina, mantendo o computador como simples "ferramenta". Todavia, a terminologia do mundo dos computadores está cheia de palavras como "gerações", "memória", "linguagem".

Os computadores modernos são agrupados, de maneira geral, em três gerações. À primeira pertencem o ENIAC e seus dois irmãos mais novos o BIVAC e o UNIVAC (1950) e todos aquêles que usavam circuitos de válvulas.

À segunda, os computadores que passaram a operar com circuitos transistorizados, como por exemplo o B-500 da Burroughs.

A terceira geração é a atual, representada pelos aparelhos que utilizam os circuitos monolíticos integrados. Para se ter uma idéia da superioridade dos computadores de terceira geração, um dêsses microcircuitos equivale a cem válvulas e os microtransistores que os integram são tão diminutos que cabem 50.000 num dedal.

Isto quer dizer: menor tamanho, velocidade de funcionamento infinitamente maior e capacidade de armazenar em 20 minutos o conhecimento que o cérebro humano apreende durante tôda uma vida.

Uns contam, outros comparam

Essa separação em gerações não é tão rígida quanto se supõe. Francisco Pinheiro, da UNIVAC, frisou que existem computadores de terceira geração que ainda utilizam circuitos transistorizados.

Os computadores podem ser também identificados pela maneira pela qual processam as informações. Os digitais trabalham contando grandezas e apresentam todos os resultados em forma de números. Seu nome deve-se ao fato de operarem com dígitos, através do sistema binário.

Isto quer dizer o seguinte: quando programamos o computador e lhe entregamos alguma coisa para resolver, êle não efetua os cálculos no sistema decimal (0 a 10). Como todo circuito elétrico, o computador só possui duas posições: ligado ou desligado, sim ou não. Por isso calcula no sistema binário (0 e 1).

Os computadores analógicos funcionam de maneira diferente. Êles fazem comparações entre grandezas físicas e dão a resposta através de registro contínuo, em uma escala graduada ou mostrador. Um terceiro tipo aparece na forma dos computadores híbridos, que são uma combinação dos sitemas anteriores.

Os "programas" do computador

Um computador realiza 4 operações básicas: entrada, armazenamento, processamento, e saída de dados. Antes porém é preciso programá-lo, isto é, traduzir as operações que se espera do computador em linguagem que êle entenda.

Até pouco tempo, tôdas as liguagens eram em forma de código. Recentemente o Govêrno americano exigiu que se desenvolvesse uma linguagem de fácil acesso, aplicável a todos os tipos de computadores, com pequenas modificações. Daí surgiu o COBOL, para uso comercial, e o FORTRAN, para uso em programas científicos.

A programação COBOL obedece a certas palavras-chave em inglês. Assim, tudo o que o programador tem que fazer é ordenar (em inglês): "Some I a k"; "escreva linha"; "use o procedimento de êrro na tabela"; "mova o documento correspondente para DOC-3 (k)", etc. Êsse tipo de linguagem permite também que se junte computadores diferentes.

Depois de programado o computador, faz-se a entrada dos dados pela unidade de entrada. Para isso, utilizam-se cartões perfurados, fitas de papel ou fita magnética. Êstes dados são então ar-

mazenados pelo computador na sua memória, que pode ser constituída de núcleos, fitas ou tambores magnéticos.

Na memória, os dados ficam armazenados para serem usados no processamento, feito através do sistema binário num computador digital. De posse da resposta, o computador no-la comunica pelas unidades de saída: máquinas de escrever, impressoras ou mesmo uma tela parecida com a de sua TV. Se os dados de saída não são finais, isto é, se vão ser usados para nôvo processamento em outro computador, êles podem ser fornecidos também em cartões perfurados, fitas ou discos magnéticos.

Brasil: a automação subdesenvolvida

O Sr. Raul Isiris, presidente da Sociedade dos Usuários de Computadores e Equipamentos Subsidiários, não acredita que existam mais de 350 computadores em funcionamento no País. Enquanto isso, há cêrca de 50 mil nos Estados Unidos.

Não obstante, John Davis, da IBM, como de resto parece ser a opinião generalizada dos fabricantes, considera o Brasil "um mercado promissor".

Existem cinco firmas construtoras operando no Brasil: a IBM, responsável por cêrca de 160 computadores; a Burroughs e a Univac, com 50 cada; a Bull-GE e a National Cash Register. Essas emprêsas vendem ou alugam seus computadores.

A compra de uma dessas máquinas é operação muito arriscada. Primeiramente, é elevadíssimo o custo inicial: um computador UNIVAC, dependendo do tipo, custa de 60 mil a 2 milhões de dólares, acrescidos de 50% de taxas de importação. Além disso, a compra é desencorajada pelo fato de que, de 4 em 4 anos, aproximadamente, a tecnologia dos computadores muda completamente, tornando obsoletos os mais recentes modelos.

Por isso, tanto a IBM como a Burroughs mantêm seus próprios centros de processamento de dados, onde vendem os serviços de seus computadores aos interessados. Além destas, outras firmas se especializaram na venda dos serviços dos computadores, que elas, por sua vez, alugam. Entre elas, a Datamec, Racimec, Sulamec, Programec, etc. O aluguel de uma hora num dêsses Bureau de Serviços custa cêrca de NCr$ 500,00.

O alto custo de um computador de terceira geração pode ser compensado por sua fabulosa capacidade de operação. Isto torna possível o multiprocessamento, isto é, o processamento de vários programas simultâneamente. Assim, várias firmas se associam e alugam um computador, que realiza ao mesmo tempo as tarefas de cada uma.

Nos Estados Unidos, está muito desenvolvido também o teleprocessamento: operação a distância do computador, por meio de circuito telefônico público ou particular e telex. No Brasil, o teleprocessamento ainda não existe.

A mão-de-obra especializada para o trabalho com os computadores também é problema no País. Os cinco grandes fabricantes mantêm cursos de preparação de pes-

soal, mas confessam "que o nosso negócio não é ensinar, mas fabricar e vender computadores". Além disso, êstes cursos são destinados aos clientes ou a pessoas indicadas pelos clientes. Tirante uns poucos, grande número dos outros cursos em funcionamento têm nível fraco, formando programadores e analistas de sistemas deficientes.

Um lindo bebê de 400 mil dólares

A CEDAG tem o maior orgulho de seu nôvo funcionário. Êle tem, de longe, a memória mais desenvolvida da Companhia: 40 mil caracteres. Sem falar na memória auxiliar, uma unidade de disco magnético capaz da armazenar 10 milhões de caracteres. Duvido que alguém na CEDAG possa ler mais rápido: 1400 cartões por minuto. Ou imprimir mais rápido: 1040 linhas por mituto. Seu nome: Burroughs B-3500, computador digital de terceira geração.

Êsse excelente matemático começou a operar em outubro de 68 e, embora tenha custado 400 mil dólares, economizou NCr$... 30.000,00 para a Companhia em seu primeiro mês de operação. Êle realiza atualmente os seguintes serviços: emissão das contas de água e esgôto; pagamento do pessoal; contrôle da arrecadação das contas de água.

Além disso, já realiza também sua primeira missão científica: o dimensionamento da rêde de água da Guanabara. De posse do volume de água recebido e da necessidade de cada região, o computador calcula os valôres de vazão e pressão para atender a essas necessidades.

Quatro outros programas estão na fase de implantação: contrôle de estoque, contrôle dos bens patrimoniais, contabilidade geral e contrôle das obras de adução e distribuição, pelo método PERT.

No caso da CEDAG, uma emprêsa estadual, o computador não trouxe desemprêgo. Embora o número de funcionários necessários para realizar o que êle hoje em dia faz tenha caído de 520 para 301, os que sobraram com sua chegada foram relotados em outras repartições. Segundo o Engenheiro Antônio Turano, o computador deu uma oportunidade de aperfeiçoamento aos funcionários, já que a equipe que opera o B-3500 foi recrutada dentro da própria Compahnhia.

A automação nos serviços da CEDAG vai prosseguir com a chegada em breve de outro computador: o PDP-8, da Digital Equipment Corporation *. Com êste computador, a Companhia vai automatizar todo o abastecimento de água da Guanabara. Emissores serão instalados em diversos pontos da rêde de abastecimento e enviarão, por meio de impulsos elétricos, os valôres de vazão e pressão ao computador, situado a distância. Êste então os analisará e enviará, da mesma maneira, as respostas àqueles locais, onde servomecanismos farão, automàticamente, as correções necessárias nos registros. O funcionamento do sistema está previsto para daqui a um ano e meio.

---

* orientação para telemedição.

SOLUÇÃO DO «TESTE SEUS CONHECIMENTOS SÔBRE INFORMAÇÕES»

A cada resposta CERTA corresponde um VALOR conforme aparece indicado entre parênteses:

1.º PEDIDO:

1. Busca (2); Processamento (2); Utilização (2); Orientação (2).
2. Processamento (2).
   Registro (2); Avaliação (2) e Interpretação (2).
3. Atividades do Inimigo (2).
4. Importância (2); Idoneidade (2) e Exatidão (2).
5. Análise (2); Integração (2) e Dedução (2).
6. Missão (2).
7. Composição e Valor (2) e (2); ou dois outros como: Dispositivo; Atividades Importantes, Recentes e Atuais; Peculiaridades e Deficiências.
8. Que pode fazer o inimigo? (2)
   Quando pode fazê-lo? (2)
   Onde pode fazê-lo? (2)
   Com que valor pode fazê-lo? (2)

2.º PEDIDO:

1. Reuniões (Atividades do Ini) na Tenda dos Caboclos (2); no Bar 13 de Maio (2); Comunicações Rádio, etc.
2. 1.º Ten Subcmt e S3 (2); 2.º Ten S2 (2); 2.º Ten Cmt Pel Exploração (2); 2.º Ten QOA Mobilizador (2), 2.º Sgt Alfredo (2) e Cabo Meireles (2).
3. "O Ini pode praticar atos de sabotagem? Onde? Quando?" (10).
4. Sim. O furto do Depósito da Pedreira Cruz de Malta de 1 acionador, 16 bananas de dinamite e 22 espoletas elétricas é indício de que o Ini pode praticar atos de sabotagem (10).
5. Não. O Ini não é fìsicamente capaz (nos têrmos da situação apresentada) de usar TNT (10).

6. Reuniões sistemáticas no Bar 13 de Maio; ou outra possível (10).

7. 2.º Ten Nelson, Cmt Pel Exploração — Comunicações Rádio

2.º Sgt Alfredo — Reuniões (Atividades do Ini) na Tenda dos Caboclos

Cabo Meireles — Reuniões no Bar 13 de Maio

10

Justificativa: Princípio da ADEQUABILIDADE

Ao GRAU final obtido com a SOMA dos VALÔRES atribuídos aos itens, corresponde uma CONCEITUAÇÃO como S2, de acôrdo com a seguinte TABELA:

de 79.5 a 100 — você é CONFIRMADO S2

de 59.5 a 79.4 — você é PROVÀVELMENTE VERDADEIRO S2

de 39.5 a 59.4 — você é POSSÌVELMENTE VERDADEIRO S2

de 19.5 a 39.4 — você é DUVIDOSO S2

de 09.5 a 19.4 — você é IMPROVÁVEL S2

de 00.0 a 09.4 — você é S2 cuja veracidade não pode ser avaliada (tipo ZERO ZERO ... NADA!)

Relação dos Assinantes que pagaram 1969

Mar. Arthur da Costa e Silva
Mar. João Segadas Vianna — Chefe de Gab. Mil. da Presidência da República
Conselho de Segurança Nacional
Gen Darcy Lazaro
Cel Danton Pescadinha
Cel Germano Seidl Vidal
Ten Cel Washington Manoel V. de Souza Bermudes
Ten Cel Danilo Venturino
Ten Cel Dalvino Camilo Dagaiva
Ten Cel Carlos de Amorim Rocha
Ten Cel Carlos Aloysio Weber
Ten Cel Everaldo de Oliveira Reis
Maj Raul H. Munhoz Moura
Maj Remy de Almeida Escaudet
Maj Aloysio Pires
Maj Normam Pinheiro Negreiros
Maj Paulo Cezar Lacerda
Maj Jacy Sampaio Moreira
Maj Ayrton Leôncio B. Tourinho de Bitencort
Maj Francisco Moacyr Gonçalves
Maj Sebastião Nazaret Vital
Maj José Sampaio Maia
Cap Rubens Lins de Mello
Cap Joaquim Sidney B. Alarcão
Cap Paulo Cezar Braz da Cunha Tovar
Cap Paulo Armando de Albuquerque Maranhão
Ten Osmar Antonio Setânio
Ten José Nicolau Ourique Filho
Ten José Antonio Moreira Xexeo
Ten Lauro Luck Castro e Souza
Ten Olavo Procopio de Abreu
Ten José Augusto Rodrigues Palma
Ten Paulo Bomfim Ribeiro
Ten Francisco Cestare Neto
Ten Hilberto Alves Passos
Ten Vasco Wiazowiski
Ten José Antonio Alves dos Santos Filho
Ten Odenil de Castro e Silva Campos
Ten Jadjalbar Fernandes Lima
Ten Hemeterio Chaves Filho
Ten Flavio Oscar Mourer
Asp Frederico Lohman
Ten João Batista dos Santos
Sub Ten Oscar da Cunha Filho
Sub Ten Antonio Coelho
Cap Abel Neijaime
Cap Hamilton Otero Sanches
Cap José Carlos de Oliveira
Sgt João Fidelis Guimarães
Sgt Oscar Douvel Faria Filho
Sgt Esmayr Furtado
Sgt Meltore Soares de Souza
Sgt Eloisio de Oliveira Cordeiro
Sgt Jair Candido de Almeida
Sgt José Apolonio de Almeida
Sgt Joséas Rodrigues
Sgt Alex Molim
Sgt Eloisio Ferreira da Silva
Sgt Alceu Bicas Rojas
Sgt Getulio Banderlo Ambrosio
Sgt José Alves
Sgt Serafim Rodrigues de Magalhães
Sgt Antonio José Lopes G. Filho
Sgt Ady Vaz Paz
Sgt Homero Dutra
Sgt Iguatemy Alves Paz
Sgt René Moraes
Sgt Antonio Edemar Sórea
Sgt Clovis Cardoso Carate

Sgt Daltro Silveira
Sgt Doralicio Alves de Oliveira
Sgt Hamilton Caio dos Santos Vaz
Sgt Ismael Barcelos Nerves
Sgt Jair Oliveira Luana
Sgt João Batista Moreira
Sgt João Odilon Padilha
Sgt João Ramiro Gomes Seixas
Sgt Moacir de Souza Oliveira
Sgt Ronaldo Dutra
Sgt Rotilde Moreira Machado Leal
Sgt Celeste de Oliveira Campos
Sgt Agenor Saciloto Minuzzi
Sgt Sebastião Thcotôneo da Silva
Sgt Seledon Dias da Cunha
Sgt Luiz Gonzaga Lima Silveira
Sgt Noel Oliveira Cavalheiro
Sgt Sebastião de Oliveira
Sgt Antonio Albere R. Oliveira
Sgt Carlos Alberto Câmara Lima
Sgt Guido Zeni
Sgt Nauzero Alves Ferreira
Sgt Frontim Pereira Santiago
Sgt Herocledes Orives da Luz
Cb Dedues Ramão dos Santos
Cb Sidney Cardoso Rosa
Cb Silvestre Manoel Freitas Noble
Sd Gilberto Lopes de Castro
Dr. Estevam Marinho Pinto Moreira
Dr. Carlos Alberto Bandeira
Sr. Alipio Húffer

DA CARTA MENSAL PARA A ALIANÇA PARA O PROGRESSO

Estão ganhando fôrça, graças à ação de agências nacionais e interamericanas, esforços coordenados para o desenvolvimento do ensino técnico no Hemisfério

Na Argentina, o Conselho Nacional de Ensino Técnico (CONET) iniciou vasto plano de melhoria e expansão dos programas de ensino técnico do pais. O Conselho vai construir ou remodelar 74 centros de ensino técnico em Buenos Aires e em grande número de capitais provinciais.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) anunciou um empréstimo de US$ 12 milhões para ajudar a financiar o programa argentino, que custará ao todo US$ 31,9 milhões. De acôrdo com o BID, o programa visa ao aumento das matrículas nas escolas técnicas numa proporção de 20%, elevando em 9% o número dos diplomados por essas escolas e reduzindo de 10% a 15% a taxa de desistências.

O programa argentino é um entre muitos no esfôrço interamericano para melhorar o ensino técnico. Há um ano, em Maracay, Venezuela, o Conselho Interamericano Cultural aprovou programas multinacionais para desenvolver a educação, a ciência e a tecnologia no Hemisfério, tão rápida e eficientemente quanto possível.

Um nôvo grupo de alto nível, o Comitê Executivo do Conselho Interamericano Cultural (CECIC), foi criado para administrar o programa multinacional. Em junho último, Patricio Rojas, ex-Subsecretário da Educação do Chile, assumiu a presidência do CECIC. Êste completou em fins do ano passado a elaboração de uma série de projetos multinacionais de desenvolvimento e começou a dar-lhes execução em princípios de 1969. Já estão em andamento programas de ciência na Argentina, Brasil e Chile. No setor educacional, a OEA está iniciando um programa de longo prazo no campo da assistência técnica, bôlsas e fornecimento de equipamento ao Instituto de Adestramento de Professôres do Ensino Técnico da Argentina, uma divisão do CONET. Em fins do mês passado, a OEA patrocinou uma reunião em Buenos Aires de representantes dos Ministérios da Educação de todos os Estados-membros para examinar o quadro do ensino técnico em nível interamericano.

Nas últimas semanas, o CECIC tem exercido sua atividade simultâneamente em várias frentes. No mês passado, em Washington,

diretores de televisão educativa da Argentina, Chile, Colômbia e México se reuniram para discutir um projeto multinacional planejado para êsse veículo. No comêrço dêste mês, em São Paulo, representantes de todos os Estados-membros da OEA tiveram uma reunião de uma semana sôbre Inovação e Pesquisa Educacional no Hemisfério.

Na próxima semana, o Comitê Interamericano de Educação e o de Ciência e Tecnologia se reunirão em Washington para preparar uma reunião do Conselho Interamericano Cultural em junho próximo em Port-of-Spain, Trinidad. Os dois comitês são grupos consultivos técnicos do CECIC. Êste realizará uma sessão em Washington de 23 a 30 de abril.

A ARGENTINA VAI COMBATER A FEBRE AFTOSA

A Argentina anunciou um programa de quatro anos para combater a febre aftosa, com uma despesa orçada em US$ 48,5 milhões. Nos últimos anos, o setor pecuário da Argentina, que representa metade da economia agrícola do país e gera de 15% a 20% do produto nacional bruto, vem sendo afetado sèriamente por surtos da doença.

O VATICANO CONFIA AO BID O FUNDO DE DESENVOLVIMENTO

O Papa Paulo VI anunciou a criação de um fundo de desenvolvimento da América Latina financiado pelo Vaticano. Falando no segundo aniversário de sua encíclica *Populorum Progressio*, que empenhou a Igreja Católica nos esforços das nações em desenvolvimento a fim de acelerar-lhes o progresso, o Papa disse que a administração do nôvo fundo, que terá o nome de Fundo *Populorum Progressio*, será confiada ao Banco Interamericano de Desenvolvimento.

O Fundo será instituído com uma contribuição livre de juros de US$ 1 milhão da Santa Sé, decorrente da venda de propriedades imobiliárias em Paris. Inicialmente, os recursos serão empregados em projetos agrários destinados a beneficiar camponeses de baixa renda.

O Fundo proporcionará empréstimos e assistência técnica nos campos de reforma agrária, organizações de trabalhadores e outras áreas de reforma social e econômica dentro da Aliança para o Progresso.

A contribuição inicial será dedicada a empréstimos para incentivar a reforma agrária na Colômbia, onde o Papa fêz a sua histórica primeira visita no ano passado — a primeira vez em que um Papa visitou a América Latina. Os pagamentos dêsses empréstimos e quaisquer novas contribuições do Vaticano poderão ser utilizados em projetos em outras nações da Aliança.

* * *

CORRFA

CLUBE DE OFICIAIS REFORMADOS E DA RESERVA DAS FÔRÇAS ARMADAS

SEDE PRÓPRIA — AVENIDA PRESIDENTE VARGAS N.º 583 — 2.º andar, ZC 00 — RIO DE JANEIRO — GUANABARA — Tels.: 243-9391 e 223-4007

Há mais de meio século O CORRFA distribui proteção à família militar



BENEFÍCIOS

(Péculios, Pensões e Seguros)

Valor NCr$

PECÚLIOS :

MARECHAL DEODORO ... 3.000,00

ALMIRANTE TAMANDARÉ ... 3.000,00

PENSÕES :

TIPO A ... 150,00

TIPO B ... 300,00

SEGUROS :

TIPO A ... 4.000,00

TIPO B ... 10.000,00

CARÊNCIA

(A contar do mês de inscrição)

PECÚLIOS :

1/3 após 12 meses

½ após 24 meses

Integral após 36 meses

PENSÕES :

½ após 36 meses

Integral após 48 meses

SEGUROS :

Integral após 60 dias

"A DEFESA NACIONAL"



O Sr. Ministro do Exército, em Aviso n.º 373-D/6-GB, de 25 de novembro de 1968, resolveu reiterar o Aviso n.º 99, de 21 Jan 47, a respeito da importância e da significação que tem "A DEFESA NACIONAL", e cujo teor é o seguinte:

"1. Reiterando, vinte e um anos depois, os conceitos e as recomendações do Aviso n.º 99, de 21 Jan 47, do então Ministro da Guerra, General Canrobert Pereira da Costa, a respeito da importância e da significação que tem "A Defesa Nacional" para a cultura profissional e geral dos militares do Exército, cumpro o dever de congratular-me com a sua atual Diretoria pelos benemeritos esforços que está empreendendo para a consolidação do prestígio crescente dessa mais antiga e mais conceituada Revista brasileira de assuntos militares e gerais.

2. Ela continua a merecer não apenas o apoio da Alta Direção do Exército, como, particularmente, o interêsse e a contribuição de todos os oficiais, subtenentes e sargentos, como fator preponderante da atualização dos conhecimentos e dos estudos imprescindíveis ao preparo próprio, o que constitui não apenas amor à profissão, como virtude militar, em todos os Exércitos.

3. Os que são assinantes, leitores e colaboradores de "A Defesa Nacional" recomendam-se, por isso mesmo, como militares preocupados com o seu próprio preparo profissional e com o prestígio da cultura do Exército.

4. Esta recomendação deve ser transcrita, obrigatòriamente, nos boletins internos de todos os escalões de comando e da administração do Exército."

(Av. n.º 373-D/6-GB, de 25 Nov 68, do Ministro do Exército.)

EXÉRCITO
1969